

TRABALHO INFANTIL E GÊNERO:
UMA LEITURA DA MÍDIA DO MERCOSUL

La prescidencia de la história de la niña es un hecho político infiltrado en el diseño de los Derechos Humanos, bajo cobertura de “la niñez” y está apenas contemplada en la redación de la Convención sobre los Derechos “del Niño”

Eva Giberti, argentina, psicóloga, consultora da UNESCO

“Um bom jornalista nunca recusa
uma boa informação”

*Ámbar de Barros, fundadora da ANDI, Agência de Notícias dos
Direitos da Infância*

TRABALHO INFANTIL E GÊNERO: UMA LEITURA DA MÍDIA DO MERCOSUL

Programa de Parceria da Organização Internacional do Trabalho – OIT/IPEC e
DFID (United Kingdom Department for International Development)

Agência Implementadora do Programa de Ação:
ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância/Brasília

Texto:

Regina Festa e Guilherme Canela

Pesquisa:

Nina Rodrigues e Karina Guimarães, Wilson Rizzo,
Alexandre Tanaka, Fabio Senne, Leandro Rocha,
Alice Ouédraogo (OIT/Genebra), Renato Mendes (OIT/Brasil) e
Nadir Magalhães (OIT/Brasil)

Bibliografia Complementar:

Anita Amorim, Una Murray e Pallavi Rai (OIT/Genebra)

Coordenação Geral:

Regina Festa (ANDI/Brasil), Marcus Fuchs (ANDI/Brasil), Veet Vivarta (ANDI/Brasil),
Anita Amorim (OIT/Genebra) e Pedro Américo Furtado de Oliveira (OIT/Brasil)

Revisão e edição final:

Clarice Paiva e Daniela Rocha (ANDI/Brasil)

Projeto Gráfico e Diagramação:

Interagência Comunicação Ltda.

Outubro, 2003

As publicações da Secretaria Internacional do Trabalho gozam da proteção dos direitos autorais sob o Protocolo 2 da Convenção Universal do Direito do Autor. Breves extratos dessas publicações podem, entretanto, ser reproduzidos sem autorização, desde que mencionada a fonte. Para obter os direitos de reprodução ou de tradução, as solicitações devem ser dirigidas ao Serviço de Publicações (Direitos do Autor e Licenças), *International Labour Office*, CH-1211 *Geneva 22*, Suíça. Os pedidos serão bem-vindos.

Trabalho infantil e gênero : uma leitura da mídia do Mercosul /
Regina Festa, Guilherme Canela ... [et al.] – Brasília : OIT :
ANDI, 2003.
96 p. : il.

Inclui bibliografia e anexos.
ISBN 92-2-816569-3 (versão impressa). – ISBN 92-2-816570-7
(versão eletrônica)

1. Trabalho infantil. 2. Gênero. 3. Mídia. 4. Mercosul. I. OIT.
II. Festa, Regina. III. Canela, Guilherme. IV. ANDI.

As designações empregadas nas publicações da OIT, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, e a apresentação de material nelas incluídas não significam, da parte da Secretaria Internacional do Trabalho, qualquer juízo com referência à situação legal de qualquer país ou território citado ou de suas autoridades, ou à delimitação de suas fronteiras.

A responsabilidade por opiniões expressas em artigos assinados, estudos e outras contribuições recai exclusivamente sobre seus autores, e sua publicação não significa endosso da Secretaria Internacional do Trabalho às opiniões ali constantes.

Referências a firmas e produtos comerciais e a processos não implicam qualquer aprovação pela Secretaria Internacional do Trabalho, e o fato de não se mencionar uma firma em particular, produto comercial ou processo não significa qualquer desaprovação.

As publicações da OIT podem ser obtidas nas principais livrarias ou no Escritório da OIT no Brasil: Setor de Embaixadas Norte, Lote 35, Brasília - DF, 70800-400, tel.: (61) 2106-4600, ou no *International Labour Office*, CH-1211. *Geneva 22*, Suíça. Catálogos ou listas de novas publicações estão disponíveis gratuitamente nos endereços acima, ou por e-mail: bravendas@oitbrasil.org.br

Visite nossa página na Internet: www.oit.org/brasil

Revisão / Tradução: Edilson Alkmim Cunha (5561) 367-2389

Catálogo na Fonte: Marcos Bizerra Costa (5561) 301-1744

Advertência: o uso da linguagem que não discrimine nem estabeleça a diferença entre homens e mulheres, meninos e meninas é uma preocupação deste texto. O uso genérico do masculino ou da linguagem neutra dos termos criança e adolescente foi uma opção inescapável em muitos casos. Mas fica o entendimento de que o genérico do masculino se refere a homem e mulher e que por trás do termo criança e adolescente existem meninos e meninas com rosto, vida, histórias, desejos, sonhos, inserção social e direitos adquiridos.

SUMÁRIO

RESUMO	9
INTRODUÇÃO	11
AGRADECIMENTOS	13
CAPÍTULO 1 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A ELABORAÇÃO DA PESQUISA	15
Produção audiovisual	17
a) Vídeos e documentários	17
b) Programas de televisão	17
A internet e a pornografia infantil	18
Produção escrita: jornais no Mercosul	19
O trabalho	20
CAPÍTULO 2 - OS DESAFIOS DO MERCOSUL EM RELAÇÃO AO TRABALHO INFANTIL, QUESTÕES DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS	21
A história do Mercosul	21
A agenda do trabalho infantil	23
Vontade política e políticas públicas	23
Sub-grupo 10 do Mercosul	23
CONAETIs	24
Políticas Públicas e de Transferência de Renda às Famílias	25
Políticas Públicas de Inspeção do Trabalho	25
CAPÍTULO 3 - A DÍVIDA É HISTÓRICA PARA COM AS CRIANÇAS DO MERCOSUL	27
As estatísticas do trabalho infantil no Mercosul	28
Análise dos dados e impactos para meninas e meninos, adolescentes e famílias	31
Brasil-Paraguai	33
CAPÍTULO 4 - O DEBATE SOBRE O TRABALHO INFANTIL NA SUB-REGIÃO	35
Resistências à erradicação do trabalho infantil	36
Os direitos e a Convenção	37
Magnitude do problema	39
Pobreza, questões de gênero e outras causas inter-relacionadas	40
Trabalho infantil, pobreza e escola	41
Mudança no debate sobre as responsabilidades	42
As questões sobre ética e gênero neste novo debate	43
PETI	43
O programa “Bolsa-Escola”, agora parte do Bolsa-Família	45
O Bolsa-Escola Cidadã	45
Pontos para um novo diálogo	46
O mapa da desigualdade de gênero no Mercosul	48

CAPÍTULO 5 - GÊNERO: O QUE INTERPELA E DESAFIA?	51
Diferenças de abordagem	53
Outras ações, por conseguinte, começaram a se desenhar	53
Ausência da dimensão de gênero	55
E quem te mandou nascer menina?	56
CAPÍTULO 6 - COMO O TRABALHO INFANTIL, QUESTÕES DE GÊNERO E POBREZA SÃO PERCEBIDOS PELA MÍDIA?	59
Qual o objeto deste estudo?	60
A paisagem do cenário midiático e a proposta de solução.	61
Isso é o bastante?	61
Quem pode participar da esfera pública?	61
O debate sobre sexismo e estereótipos	62
A imprensa é o outro cenário midiático importante para esta pesquisa	64
CAPÍTULO 7 - TRABALHO INFANTIL, GÊNERO E MÍDIA: “UM NÃO-LUGAR”	69
A pesquisa nos 17 jornais do Mercosul	69
Gênero e poder, um ponto importante	70
Análise empírica do conteúdo da mídia impressa no Mercosul + Chile	74
Análise de discurso	79
CAPÍTULO 8 - VALIDAÇÃO E CONCLUSÕES	85
Resultados	85
Lista de apontamentos	86
Seminário	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	89
ANEXO 1 - BOAS PRÁTICAS COMO PERSPECTIVAS PARA O FUTURO	93
Programa PAPAÍ	93
PROMUNDO	94
ANEXO 2 - BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	95

RESUMO

Esta pesquisa analisa a importância do trabalho infantil na perspectiva do Mercosul + Chile, bem como o aspecto de gênero relacionado ao trabalho infantil e à mulher, colocando numa outra dimensão a questão dos direitos adquiridos pelas crianças e adolescentes na última década – a da diversidade. Analisa ainda como, nesse cenário, a mídia e os profissionais de comunicação percebem ou não as implicações desses direitos no debate contemporâneo. As pesquisas abrangeram cinco países na sub-região da América do Sul, que conformam o Mercosul: Argentina, Brasil, Chile¹, Paraguai e Uruguai. Constatou-se que, a partir de 2003, existe um novo empenho para harmonização dos direitos da criança e do adolescente nos vários países e a decisão de Chefes de Estado de priorizar a erradicação do trabalho infantil na sub-região. Esta pesquisa discute, também, a relação intrínseca que existe entre os direitos da criança e do adolescente com os direitos da mulher, especialmente na dimensão entre trabalho infantil e pobreza: mapeia os esforços das empresas de mídia e de profissionais de comunicação para contribuir com mudanças; aponta a dificuldade dos jornalistas; analisa como os 17 principais jornais da sub-região trataram, no segundo semestre de 2002, o trabalho infantil e as questões de gênero. Apesar dos esforços, esta pesquisa mostra que ainda é frágil a percepção dos governos, pesquisadores, jornalistas e profissionais de comunicação a respeito dos *derechos diferenciados* que meninas e meninos, homens e mulheres desfrutam na sub-região.

¹ O Chile tem status de país associado do Mercosul, uma vez que compartilha do acordo de livre comércio, mas não faz parte da união aduaneira (que aplica uma tarifa externa comum). O Chile participa do Grupo Ad Hoc em Matéria de Direitos Humanos do Mercosul e Países Associados, que define, entre outros temas, ações em conjunto na área de direitos da criança. Ao longo deste documento, foi mantida a forma “Mercosul + Chile” para deixar claro que este estudo não inclui os outros países associados, Bolívia e Peru.

CRIME

Rede agia na internet; 20 são detidos nos EUA e na Europa

Preso grupo que usa pornografia infantil
DA REDAÇÃO

Autoridades dos EUA ontem a prisão de 20 internacional de por

internet. Os crianças mu do grupo era

O Serviço A unidade de território am

novas prisão variando de que praticav

A Dinamarca investigação novembro d preso após

DIPUTADOS APRUEBAN QUE COMBATE LA PED

Como un paso de vital importancia par calificó el diputado DC Patricio Walker

REAL MADRID Y LA OIT FIRMARÁN ACUERDO CONTRA EL TRABAJO INFANTIL

Real Madrid y la Organización Internacional del Trabajo (OIT) firmarán el próximo martes un acuerdo de colaboración para combatir el trabajo infantil, problema que afecta a 180 millones de niños en el mundo.

La firma del acuerdo supone la presentación de una 'Tarjeta roja al trabajo infantil'. En el acto participará el presidente del Real Madrid, Florentino Pérez, y el representante de la OIT, Kari Tapiola.

También asistirán como testigos de la firma el presidente de la OIT, Eduardo Zaplana; el presidente de la OIT y los secretarios generales de los sindicatos U

ANTE OIT: Paraguay promete eliminar el trabajo infantil

Nelson Ávezada | Asunción. Paraguay se comprometió, ante la Organización Internacional del Trabajo (OIT), a eliminar paulatinamente el trabajo infantil. El Ministro de Justicia y Trabajo, Nelson Ávezada, asumió responsabilidad en tal sentido, en la última reunión de Ginebra.

La protección efectiva es una demanda que usualmente se viene reclamando al Gobierno paraguayo, incluso para trabajos forzados en condiciones miserables y sin ninguna asistencia básica.

Con el expreso objetivo de contrarrestar el problema, se ha conformado una Coordinación para la Eliminación del Trabajo Infantil (Coeti) y con instituciones afines se han realizado campañas de información y concientización en la que hay que insistir.

Ávezada fue claro en precisar ante la OIT que el Legislativo paraguayo está por ratificar convenios, los cuales favorecerán a una más efectiva protección de los derechos de los niños. Destacó también que la promulgación del Código de la Niñez y de la Adolescencia, de avance en el campo.

Cuarteles

se suma que en el ámbito militar se estaba reclutando menores. El problema es complejo, pero recrudescieron las denuncias de maltratos que sufren los niños. Se debe frenar los abusos y torturas que últimamente se denunciaron en los cuarteles. Se retomará las visitas a los cuarteles como medida preventiva", afirmó Susana

Camaño: erradicar el trabajo infantil es "una cuestión de Estado"

La ministra de Trabajo presidió la jornada de difusión del Programa Nacional de Prevención y Erradicación Progressiva de este fenómeno social que comprende a unos 180.000 niños

NECOCHEA.- La ministra de Trabajo, Empleo y Seguridad Social, Graciela Camaño, consideró hoy que la problemática del trabajo infantil es una "cuestión de Estado" que debe ser abordada con "firmeza".

Al participar de una jornada de difusión del Programa Nacional de Prevención y Erradicación Progressiva de este fenómeno social, la ministra señaló que "la erradicación del trabajo infantil es una cuestión de Estado que debemos asumir todos los argentinos, con firmeza y propuestas serias".

Camaño presidió el encuentro, organizado por la Comisión Nacional de Erradicación del Trabajo Infantil (Conaeti) en esta ciudad, y que tuvo como principal objetivo concientizar sobre la importancia de colaborar y participar en la prevención y erradicación progresiva del trabajo infantil rural.

INTRODUÇÃO

Procurou-se demonstrar, com esta pesquisa, que a inclusão da dimensão gênero nas análises a respeito do trabalho infantil realizadas pela mídia, pode gerar uma outra compreensão pública e política nos marcos do Mercosul + Chile.

O enfoque é novo na região, desconhecido dos jornalistas e profissionais da mídia, ainda pouco pesquisado pelos especialistas que se dedicam aos estudos dos direitos da criança e do adolescente e inexistem, por enquanto, investigações consistentes que relacionem trabalho infantil aos aspectos de gênero na mídia do Mercosul + Chile. Portanto, até o momento, foram tímidas as ações nesta sub-região da América do Sul, quer seja quanto à compreensão relacionada ao impacto que esta dimensão pode construir no campo das esferas públicas organizadas pela mídia, com a atuação dos profissionais de comunicação, dos pesquisadores das várias áreas das ciências sociais ou antropologia, quer seja como foco de atenção das políticas públicas. O foco, nesse caso, não é apenas de políticas para crianças e adolescentes, mas de políticas específicas que reequilibrem as desigualdades de gênero. Políticas que reconheçam as identidades ocultas, a reprodução de mentalidades em todas as classes sociais, as exclusões visíveis no âmbito da pobreza, da educação e dos currículos escolares e, ainda, as diferenças que ocorrem nas culturas urbanas, rurais e interculturais.

O desafio, portanto, é construir essas pontes e as interconexões dentro de uma realidade ainda pouco desafiada, que é reprodutora de crescentes discriminações entre homens e mulheres, meninas e meninos e que é marcadamente ocultada, não visível, não reconhecida, um não-lugar onde circulam informações, mentalidades e um marco legal acanhados.

Em outras palavras, o desafio colocado é o de expandir as liberdades humanas como motor do desenvolvimento. Para isso, como argumenta Amartya Sen², é necessário identificar as influências que impedem aos membros de determinada sociedade de desfrutar dessas liberdades, como as disposições sociais, econômicas e os direitos civis de participação nas discussões e averiguações públicas. E, ainda, é necessário acrescentar as influências que constroem o direito de ser identificado nas esferas públicas como sujeitos de direitos dessas mesmas liberdades apontadas por Sen. O objetivo, nesse argumento, não se restringe aos meios que se emprega, à temporalidade do factual captada pela informação, mas diz respeito explicitamente aos fins que se persegue com cada ação empenhada. Pois como sinaliza Amartya Sen:

² Amartya Sen – *Desenvolvimento como Liberdade*. Companhia das Letras, São Paulo, 2000.

“Na visão do desenvolvimento como liberdade, os argumentos de diferentes lados têm de ser apropriadamente considerados e avaliados. É difícil pensar que qualquer processo de desenvolvimento substancial possa prescindir do uso muito amplo de mercados, mas isso não exclui o papel do custeio social, da regulamentação pública ou da boa condução dos negócios do Estado quando eles podem enriquecer – ao invés de empobrecer – a vida humana”³

Esta pesquisa, portanto, é um primeiro ensaio conjunto de uma orquestra ainda desafiada. Uma orquestra que está sendo montada simultaneamente no Mercosul, em várias regiões da Ásia, África e outras da América Latina, pelo programa IPEC da Organização Internacional do Trabalho - OIT, das Nações Unidas, pela erradicação do trabalho infantil em todo o mundo.

Uma das dimensões fundantes do programa OIT/IPEC é a de *gender mainstreaming*.

Gender mainstreaming⁴, de acordo com a definição adotada pelas Nações Unidas em 1997, é o processo de avaliação das implicações para mulheres e homens quanto as ações planejadas em legislação, políticas públicas ou programas, em qualquer área e em todos os níveis. É uma estratégia para atribuir valor às experiências da mulher, assim como do homem, como parte integral do desenho, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas e programas das áreas de política, economia, esferas sociais, para que mulheres e homens recebam benefícios iguais e para que a desigualdade não se perpetue. O objetivo último é conseguir a igualdade de gênero. (*United Nations Economic and Social Council, ECOSOC: 1997*)

³ Idem, ibidem, pg. 22.

⁴ Leia complemento à definição de *gender mainstreaming* à pág. 72.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa não teria sido realizada sem a participação generosa das equipes regionais da OIT/IPEC, das equipes de comunicação do UNICEF nos países do Mercosul + Chile e das equipes da ANDI de monitoramento e classificação.

Agradecemos também o apoio, sugestões e críticas de Marcus Fuchs, Veet Vivarta, Virginia Guzman, Anita Amorim, Pedro Américo Furtado de Oliveira, Tatiana Merlo Flores, Line Bareiro, Jorge Freyre, Hugo Muleiro, Graciela Sfaciotti, Francis Valverde, Aroldo Salas, Cláudio Aventaño, Laura Bado, Susana Oviedo, Marta Gimenez, Maria Silvia Calvo, Isa Ferreira, Carmen Colazo, Rosangela Ramos de Freitas, Fulvia Rosenberg, Alicia Cytrinblum, Andréa Peres, Rita Segato, Tacyana Arce, TT Catalão, Anamaria Portugal, Guillermo Torres, Fred Ghedini, Hugo Ignacio Machin Fajardo, Lidia Fegale e Kailash Satyarthi.



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA A ELABORAÇÃO DA PESQUISA



Esta pesquisa foi realizada a partir de amplo levantamento bibliográfico na OIT, UNICEF, CEPAL, Banco Mundial, em universidades, por internet, com jornalistas, pesquisadores, organizações sociais, na ANDI e em áreas de governo. Parte da checagem dos dados foi realizada pela visita de campo aos cinco países da sub-região, nos quais foram realizadas 41 entrevistas. O material coletado compõe as informações que orientam a análise conceitual, as referências históricas, os dados dos censos e os levantamentos referentes ao Mercosul e às questões trabalhistas e a visão dos especialistas e jornalistas.

O material pesquisado procurou responder às seguintes interrogações:

- Qual a importância do Mercosul e do tema trabalho infantil nas políticas sub-regionais.
- Quais os direitos adquiridos pelas crianças e adolescentes dos cinco países-membros e como operam os indicadores para a harmonização de políticas públicas sub-regionais.
- Quais as principais linhas de pensamento teórico dos anos 90 a respeito de trabalho infantil e suas contribuições.
- Como as políticas públicas de combate ao trabalho infantil reduzem a evasão escolar, melhoram a qualidade do ensino e contribuem para o combate à pobreza.
- Como os meios de comunicação, as instituições de classe e os profissionais de mídia compre-

endem e atuam nesse cenário e qual a sensibilidade para as questões de gênero.

- Qual a contribuição dos estudos feministas e qual a relação entre os direitos da mulher e o das crianças e adolescentes.

Evidentemente, nem todas essas interrogantes mereceram o aprofundamento desejável, mas elas ofereceram pistas interessantes para essa intersecção complexa, formada por um conjunto de quatro elementos que, teoricamente, não se inter-relacionam, pelo menos na América Latina. Ou seja, “trabalho infantil”, “gênero”, “mídia” e “Mercosul”. Mas, e as políticas públicas? O *gender mainstreaming*? O desafio maior, no entanto, foi encontrar, nas muitas variáveis dos quatro elementos do conjunto, em quais espaços se dava à correlação entre eles. Ou não se dava, simplesmente.

Par tui-se, então, para a pesquisa bibliográfica focada que permitisse a construção de um modelo de classificação da mídia, relacionado com as questões de gênero⁵ aplicável ao trabalho infantil. Os resultados são surpreendentes.

Foram realizadas pesquisas temáticas no sistema de revistas eletrônicas mantidas pelo Ministério da Educação do Brasil, através do portal do JSTOR (revistas internacionais) e do SCIELO (revistas nacionais). Nos países da pesquisa ou latino-americanos não foram encontradas referências. O portal “ejournals.ebsco” traz inúmeros artigos de professores norte-americanos e europeus⁶ que trabalham com gênero e criança, formação da masculinidade em crianças, multiculturalidade, mídia e gênero (voltadas para a educação de adolescentes), pornografia, iden-

⁵ A metodologia da classificação e o processo de avaliação serão descritos adiante.

⁶ Destacam-se as pesquisas de Zucker Kenneth J., Price Jeremy N., Andréa Bosch entre outros.

tidade, criança e mídia e outros. Nada relacionado com trabalho infantil e monitoramento da mídia ou destes cruzando com gênero. O sistema Dedalus, da Universidade de São Paulo, no qual estão arquivadas pesquisas por tema, teses de doutorado, mestrado e conclusão de curso apontou outra particularidade. Quando acionado o sistema de busca por “criança e mídia” ou seus correlatos de pesquisa avançada, ele não encontra nada referente a trabalho infantil e gênero. Apenas dois trabalhos sobre gênero e educação, gênero e psicologia – ambos referentes a brincadeiras de meninas e meninos. Foi interessante constatar que o indicador “criança e mídia” está cruzado apenas com modos de entretenimento, semiótica, aleitamento materno, filhos, família e educação. Em relação a “gênero e criança”, o cruzamento é com família e movimento feminista. Portanto, nem na base de dados da USP existe uma classificação que compreende o universo das questões de gênero. Esse dado é surpreendente considerando que a USP é responsável por mais de 40% de todas as pesquisas que se efetuam no Brasil e é um centro de excelência na perspectiva do Mercosul.

Outro caminho percorrido foi entre as pesquisadoras⁷ de gênero e feminismo nos cinco países do projeto. Observou-se que gênero, mídia e trabalho infantil não constituem tema de pesquisa, o que é compreensível quando se olha a história percorrida pelos movimentos de mulher. A preocupação com o mundo do trabalho infanto-juvenil tem merecido alguns estudos de relevância pela OIT e UNIFEM, mas em nenhum dos casos pesquisados o tema se relaciona com a mídia. Constatou-se, ainda, que as questões de gênero, quando tratadas, referem-se apenas ao mundo da jovem mulher ou da menina em relação ao da mulher, em resposta aos Planos de Ação das Conferências Mundiais da ONU da década dos 90, especialmente a da Mulher, na China. Apenas, recentemente, os movimentos feministas começam a colocar atenção em temas fora do espectro dos direitos da mulher adulta.⁸

Comprovou-se que o impasse, na região, referente às questões de gênero e mundo infanto-juvenil está

colocado sob distintas óticas. Consultada a coordenadora do departamento do UNICEF LAC, no Panamá, que trata das questões de gênero e criança, a resposta foi a de que existe apenas um livro com um texto a respeito do tema, indicado na bibliografia complementar⁹. Uma das autoras é Gladys Acosta, representante do UNICEF na Guatemala, que apresentou em Cartagena, Colômbia, em junho de 2003, o trabalho “Gênero e Trabalho Infantil Doméstico: Enfoque de Direitos Humanos”. Considerou-se esse trabalho interessante, porque nele é feito um mapeamento das condições das meninas intimamente relacionadas às das mulheres adultas. Ou seja, a autora demonstra que no trabalho infantil doméstico se reproduz a discriminação de gênero, a desvalorização do trabalho doméstico, a vulnerabilidade do corpo feminino, a maternidade como destino e a ausência de poder político em relação a esses temas. O trabalho mostra o impacto sobre a anulação da capacidade de decisão que sofrem as meninas e as adolescentes submetidas ao trabalho infantil doméstico e demonstra que não é por acaso que existem mais meninas no trabalho infantil doméstico. Gladys Acosta argumenta que, dadas às relações de poder entre os sexos, estabelecidas por uma percepção socialmente construída, permanece vigente a associação do feminino com trabalhos menos importantes, desacreditados ou estigmatizados, contribuindo para que as mulheres, as meninas e as adolescentes – especialmente as dos segmentos pobres – não sejam consideradas “pessoas de pleno direito”.¹⁰

Mesmo considerando a importância deste trabalho, permanecem ausentes outras categorias de análise aplicáveis aos modos diversos do trabalho infantil de meninas e meninos, às diferenças entre o público e o privado segundo as culturas, às regiões geográficas do Mercosul, ao urbano e rural, serracosta-altiplano, às questões étnicas, de fronteira, ao comportamento que estrutura e reproduz a construção dos papéis sociais nas várias culturas e, conseqüentemente, não é por acaso que os estereótipos de gênero se reproduzem de forma universalista nos meios de comunicação.¹¹

⁷ Beatriz Lovesio (Uruguai), Eva Giberti (Argentina), Virgínia Guzman (Chile), Carmem Colazo (Paraguai), Rosângela Freitas (Brasil).

⁸ A ONG feminista SOS Corpo, de Pernambuco, realizou em maio deste ano, em parceria com a Save the Children Suécia, um seminário estadual para discutir uma agenda de ação política com interface entre trabalho infantil e gênero.

⁹ À pp. 144 deste documento, há uma bibliografia complementar, selecionada a partir da publicação *A Selected Annotated Bibliography on Girl Child Labour: A Gender perspective* – Girl Child Labour Studies, Vol. 04 – ILO, 2003 - Compilado e editado por Anita Amorim, Una Murray e Pallavi Rai.

¹⁰ Gladys Acosta (2003) *Genero y Trabajo Infantil Doméstico: Enfoque de Derechos Humanos*, UNICEF, Guatemala, mimeo.

¹¹ No Brasil, em fins de junho, o UNICEF realizou o *I Seminário Criança Esperança* para apresentar a versão preliminar do “Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileira 2003”, com apoio da Rede Globo de Televisão, a participação de membros do governo, da sociedade, de pesquisadores, jornalistas e instituições sociais. Os dados são fruto de uma tabulação especial da Amostra do Censo Demográfico 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a pedido do UNICEF. Como parte da nota geral do documento, o último item refere-se a gênero no qual se informa que “os dados apresentados não fornecem a complexidade da realidade das mulheres e homens, pois os dados não foram desagregados por gênero dentro de uma raça ou de uma situação de domicílio”. O ineditismo do Relatório é que ele rompe o pressuposto universalista das pesquisas e acena com dados sobre a iniquidade de renda das crianças e adolescentes, entre as mães, entre negros ou afrodescendentes e entre os indígenas e aponta para as desigualdades entre meninos e entre meninas, segundo os dados de família e de pertencimento a determinada raça/etnia ou situação geográfica.

Com relação aos meios de comunicação como tal, tentou-se mapear a produção de televisão, vídeo e internet, no período definido de amostragem da pesquisa, e considerando a produção jornalística. Portanto, não de entretenimento. Por que a mídia? Porque a mídia é um ator central na definição da agenda pública e, com isso, pode estimular que determinado tema, até então ausente, adentre a esfera pública de discussão. Nas palavras de Shaw:

“...em consequência da ação dos jomais, da televisão e dos outros meios de comunicação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os *mass media* incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos *mass media* aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas”¹²

Com base nesses pressupostos, também conhecidos na teoria de comunicação como parte da *agenda-setting* (aquela que define o tema, o que é visível e importante) e com base na experiência da ANDI, em classificação e análise de mídia, optou-se pelo monitoramento dos jomais e revistas de alcance nacional nos cinco países e pela análise dos programas de televisão, o que não foi possível, como será demonstrado a seguir. Ao longo dos últimos oito anos, a ANDI aprimorou uma metodologia de análise que inclui mais de 200 variáveis, como é possível verificar adiante. Antes, faz-se necessário considerar o resultado da pesquisa de prospecção nos outros meios, que não o da imprensa escrita.

Produção audiovisual

Com relação à produção de documentários e vídeos sobre Trabalho Infantil no período estabelecido pela pesquisa, buscou-se material nas emissoras de televisão, em produtoras e nas videotecas de pro-

dução independente nos países da pesquisa, nas empresas brasileiras de clípage eletrônica e, finalmente, na maior videoteca sobre as produções latino-americanas, localizadas em Nova York, coordenadas pela documentarista e cineasta Karen Rance¹³, onde não foi encontrada nenhuma produção registrada sobre “trabalho infantil” oriundo da América Latina.

A) VÍDEOS E DOCUMENTÁRIOS

Constatou-se, posteriormente, que os cinco documentários e vídeos produzidos e localizados tinham contado com o apoio da OIT, UNICEF ou Cooperação Espanhola. Desses, um é brasileiro, produzido por mulheres da Rádio Margarida (trabalho infantil, trilogia da infância perdida), um chileno (produzido pelo sindicato de professores), um uruguaio (sobre trabalho infantil e adolescência, para uma série documental) e dois documentários da própria OIT, “Forzados a Trabajar” (que examina os processos de escravidão e servidão por dívidas a que estão submetidos crianças e jovens pelo mundo) e “El Rostro del Trabajo Decente” (que analisa as mais funestas profissões e trabalhos perigosos existentes). Não se descartou a possibilidade de que existam outros, mas o dado real é que a produção não é significativa e não está disponível.

B) PROGRAMAS DE TELEVISÃO

No período da amostragem, referente ao segundo semestre de 2002, as pesquisas mostraram as produções que seguem na tabela abaixo:

TABELA 1

Televisão	Número de Matérias
Crônica TV – Argentina	1
Canal 7 – Argentina	1
Rede Globo – Brasil	3
TV Record – Brasil	2
Bandeirantes – Brasil	3
TV Cultura – Brasil	1
SBT – Brasil	-
Canal 13 – Chile	2
TVN – Chile	1
Telefuturo – Paraguai	-
Canal 9 – Paraguai	-
Canal 13 – Paraguai	-
Red Guaraní – Paraguai	-
Canal 4 – Paraguai	-
Canal 5 – Uruguai	-
Canal 10 – Uruguai	-
Canal 12 – Uruguai	-
Total	14

¹² Shaw (1979), apud Mauro Wolf – *Teorias da Comunicação*, 5ª ed. Lisboa, Ed. Presença, 1999, pág. 144.

¹³ A *Latin América Video Archives* – LAVA, foi criada com apoio da Fundação MacArthur, Fundação Rockefeller, do New York State Council e do National Video Resources, para facilitar a distribuição nos Estados Unidos de filmes e vídeos produzidos na América Latina e nos EUA.

Do material coletado, só foi possível ter acesso aos seguintes programas: um do Canal 7, TVN do Chile, cuja matéria fora apresentada no noticiário da noite e repetido pela manhã. São entrevistas com meninas e meninas que trabalham na rua, não aparentam pobreza extrema e que “defendem o direito de trabalhar para ter, no futuro, uma boa profissão”. Um programa do Crônica TV, da Argentina, de entrevista com participação da sociedade por telefone (modelo de programa radial), no qual foi entrevistada uma jovem que trabalha em casa de terceiros, enquanto a apresentadora destilava preconceitos e estereótipos. Quanto aos noticiários televisivos brasileiros, só foi possível consegui-los com ajuda de uma agência de clipagem eletrônica. Os temas foram a campanha “Criança Esperança”, liberação de verba internacional para os programas Bolsa-Escola e PETI, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, e crianças que trabalham em lixões (TV Globo). Uma matéria sobre trabalho infantil na lavoura de café e nas oficinas de artigos de couro, ambos na Bahia e como o trabalho infantil reforça o orçamento familiar (TV Bandeirantes). A TV Record cobriu o Fórum Estadual de Combate ao Trabalho Infantil, do Estado de Minas Gerais. Nos demais países não existem empresas de clipagem eletrônica que mantêm armazenados os informativos eletrônicos.

Como foi dito anteriormente, a conjuntura nacional interfere na maior presença ou na ausência de determinados temas na mídia. Por exemplo, com as campanhas sobre o trabalho infantil doméstico, que ocorrem simultaneamente em 2003 nos países do Mercosul, é provável que o tema adquira maior visibilidade na mídia e que o cenário até aqui analisado se altere. Ainda que não existam estudos de impacto, sabe-se, por exemplo, que o tema trabalho infantil doméstico, enfocado pela telenovela da TV Globo, *Mulheres Apaixonadas*, provocou um grande debate em segmentos importantes da sociedade e entre as mulheres. A campanha de mídia organizada pela OIT-ANDI-Fundação Abrinq-McCann Erikson sobre o mesmo tema, em 2003, no Brasil, também tornou visível o tema, até então oculto, nas esferas públicas, ainda que não seja objeto de análise desta pesquisa. Reconhece-se, entretanto, seguindo o argumento de Shaw, acima, a ação poderosa da mídia para instalar o debate, na sociedade, para o bem e para o mal.

Com respeito aos programas de entretenimento da televisão, o custo para análise do material é caro e complexo. Observou-se, contudo, que somente o Chile tem, entre os países do Mercosul, uma análise da programação infantil relacionada aos direitos da criança.

O projeto é acompanhado pelo Conselho Nacional de Televisão, órgão governamental e paritário que promove regularmente pesquisas de audiência, controla a programação e a publicidade do horário infantil.

A relação entre televisão e criança foi estudada mais a partir do interesse cooperativo das emissoras, do que sobre a programação em si, conforme será mostrado adiante.

A internet e a pornografia infantil

O tema internet, na perspectiva desta pesquisa, está relacionado a pornografia, prostituição e pedofilia, portanto, às piores formas do trabalho infantil.

O tema, assim colocado, é tão novo quanto o instrumento internet, cujo avanço possibilitou a troca de informações e a produção de pornografia infantil em indústria sofisticada, universal e caseira.

Segundo a Interpol, “a pornografia infantil é a consequência da exploração ou abuso sexual perpetrado contra a criança. Pode ser definido como qualquer meio de representar ou promover o abuso sexual de uma criança, inclusive impresso e/ou gravado, focalizando atos sexuais ou órgãos sexuais de crianças.”¹⁴

Embora o acesso de crianças e adolescentes à internet esteja restrito mais às classes médias do

CRIME

Rede agia na internet; 20 são detidos nos EUA e na Europa

Preso grupo que usava os próprios filhos em pornografia infantil

DA REDAÇÃO

Autoridades dos EUA

ontem a prisão de 20

internacional de pornog

internet. Os acusados tr

crianças muitas delas filh

do grupo eram sexualmen

O Serviço Alfandegário dos

unidade de combate a esse

território americano, disse

novas prisões. Cerca

variando de 2 a

que praticam

A Di

Conexão Friburgo

CIDADE

Pelo menos 24 jovens, entre 12 e 17 anos,

moradoras de Nova Friburgo, na Região Se

do Rio, foram retratadas em poses eróticas

canadense durante quatro meses desta an

mais de 8 mil as fotos de adolescentes inic

espalhadas pela internet mundo afora. A

descoberida foi feita numa investigação inic

responsabilidade da Procuradoria da Repu

Dois holandeses estão presos na Pointe

da Holanda.

“Eu raram

Robert C. B

Alfandegário

Uma corte feo

os dinamarque

em acusações d

sexual de criança

infantil. Se conden

Holandeses são presos por explorar menor

ANA PAULA CONDE - FREE LANCE PARA A FOLHA

Dois holandeses acusados de envolvimento com uma quadrima internacional de exploração sexual de menores foram presos antontem na Barra da Tijuca (zona oeste do Rio).

A operação que resultou na prisão de Jerry Kaddedeijk, 31, e Johan Toet, 34, começou em Nova Friburgo (na região serrana do Estado) fotos de crianças com menores.

Segundo o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, o local era alugado por um canadense supostamente representante da empresa holandesa Deutch Adult Entertainment na internet, no Brasil, mantinha sites pornôs, que também trabalhavam com fotos para comercias de lingerie pela internet conhecido o canadense, que também trabalhava com fotos para comercias de lingerie pela internet integrado um esquema que manteria sites de pedofilia na Rússia, Ucrânia, Estados Unidos, Austrália e República Tcheca. Os holandeses teriam vindo ao Brasil para abrir estúdios e fotografar meninas.

O canadense, identificado pelo Ministério como “Senhor T”, colaborou com a polícia durante dez dias, um policial bilíngue (Delegacia de Atendimento. Dois a um auxiliar do canadense (zona sul) e outro em Copacabana (zona sul) foram utilizados as negociações para acompanhar as negociações e o caso com autorização judicial, as entre os holandeses e o canadense.

De acordo com o Ministério, comprovaram o envolvimento em exploração sexual de R\$ 10 e pagariam entre R\$ 5 e R\$ 10 (Interestaduai). Se comprovado, os holandeses estão cumprindo pena de até

¹⁴ Agnès Fournier de Saint Maur – “Abuso Sexual de Crianças na Internet: um Novo Desafio para a Interpol”. In: *Inocência em Perigo*, UNESCO, Ed. Garamoud, Rio de Janeiro, 1999, pg. 102.

Mercosul, o tema está presente no mundo dos internautas crianças e adolescentes. A escola não discute o tema, a família tampouco, os governos ainda não contam com leis eficazes para punição, prevenção ou para reabilitação dos agressores e apoio às vítimas.

Segundo um estudo realizado pela Comissão de Reprodução e Cidadania, de São Paulo, sobre o comportamento dos jornais relacionado à pedofilia e ao abuso sexual no final dos anos 90, a constatação é de que “nos casos relatados como pedofilia, o desejo sexual por crianças é apreendido pela imprensa enquanto doença e perversão, ainda que não se perca a leitura criminal dos fatos; já nos casos relatados pela imprensa no âmbito do abuso sexual, as questões do desejo são apagadas e o maior peso é dado ao crime.”¹⁵

Em suma, além do ato criminoso o tema é um tabu. Requer enfrentar vários tipos de questões, inclusive, na pedofilia, o ato do desejo de um adulto sobre uma criança e o reconhecimento de que também existe o desejo sexual infantil. Cabe lembrar, nesse caso, que é tarefa do adulto introduzir a criança na ordem da cultura, mostrando-lhe os limites para a realização do mesmo desejo, como salienta o psicólogo Felipe Rios.¹⁶

Com relação ao abuso e exploração sexual, o estudo realizado pela ANDI em 2000 e 2001 mostra que 61.4% das matérias da mídia brasileira envolviam a polícia, portanto, são “casos de polícia” e 28.6% sequer nomeavam a fonte, o que impede a contextualização da violência praticada. A gravidez é apontada como o principal efeito dos delitos sexuais contra as meninas¹⁷, seguidos de problemas físicos e psicológicos. Sem apoio e condições, muitas entram no mercado do sexo.

Procurou-se, nesta pesquisa, fazer um levantamento da questão legal relacionada à pornografia, pedofilia e internet, relatado no Anexo 2 (pp.144). O tema do abuso sexual também será tratado em vários momentos.

Produção escrita: jornais no Mercosul

A análise da produção escrita da sub-região é o ponto nodal deste trabalho e está relatada no capítulo dois. Conforme explicado anteriormente, ela se refere a um período amostral que vai de 1º de julho de 2002 até 31 de dezembro daquele mesmo ano. Abarcou 17 jornais de circulação nacional do Mercosul + Chile e 7

revistas semanais de influência nesses países (que não publicaram nenhuma matéria no período).

Os temas estabelecidos para a busca basearam-se no modelo de classificação da ANDI (que será explicado abaixo). Por isso, além de “trabalho infantil”, foram pesquisadas matérias classificadas em separado nas retrancas “trabalho infantil doméstico”, “drogas”, “tráfico de seres humanos” e “exploração sexual comercial”.

Na busca, deparou-se com a precariedade dos centros de documentação mantidos pelos jornais e revistas, a ausência de arquivos organizados por tema e por data, e constatou-se a inexistência de clippagem e monitoramento de mídia na Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, com o rigor com que são feitos no Brasil pela ANDI, pelos grandes meios impressos brasileiros e por empresas de clipping. Ao final, o material coletado é uma soma dos esforços de pesquisa nas empresas, pela internet e, principalmente, pelo material arquivado nos escritórios regionais da OIT e do UNICEF. Evidentemente, o fato em si denota a precariedade dos sistemas de armazenagem e processamento de dados também na área de mídia.

A metodologia da ANDI, aplicada à análise de mídia, consiste em coleta de matérias, aplicação de uma ficha de monitoramento, análise do material e, posteriormente, discussão com especialistas, capacitação de jornalistas sobre o tema e publicação dos resultados que são enviados a cerca de 4 mil jornalistas e editores em todo o país onde o trabalho é realizado. A importância ulterior desse trabalho da ANDI é a regularidade do processo, o efeito acumulativo das informações, a sistematização das informações em um sofisticado banco de dados que, ao longo do tempo, contribuem para uma compreensão sempre mais diferenciada e qualificada do papel dos jornalistas. Essas informações contribuem ainda para, ao longo do tempo, apoiar os profissionais de mídia – de todos os meios de comunicação – na construção de pautas com novos enfoques, fontes plurais e da área social e a possibilidade de um exercício mais alargado e confiante da profissão, em benefício da sociedade e das políticas públicas. O sistema de *mailing* da ANDI inclui os diversos setores da sociedade, todos os meios de comunicação (inclusive boletins para rádios-comunitárias), instituições de classe, organizações sociais, escolas, áreas de governo, empresas de responsabilidade social, instituições bi e multilaterais e universidades. É um trabalho permanente de construção de processos que envolve, ainda, 10 instituições regionais da Rede ANDI Brasil. Portanto, a metodologia da ANDI, em que pese a impor-

¹⁵ Luis Felipe Rios – *Quando o Assunto é Cultura Sexual: um olhar sobre a mídia*. In: *Olhar sobre a Mídia*, CCR, Mazza Edições, São Paulo, 2002, pg. 129

¹⁶ Idem ibidem.

¹⁷ Veet Vivarta (coord.) – *O Grito dos Inocentes*, ANDI / UNICEF / Childhood, Ed. Cortez, São Paulo, 2003.

tância da análise aqui realizada, cobra sentido maior quando colocada na dimensão acumulativa do próprio processo e com os atores trabalhando em sinergia.

A ficha de classificação para esta pesquisa contemplou um desenho que incluiu 223 itens, subdivididos em áreas estruturantes, como: identificação do foco central, identificação societal, geográfica e étnica (sexo, raça/etnia, idade, origem cultural, inserção geográfica urbana, rural, migrante, imigrante etc), tipo de trabalho infantil, modelos de construção dos papéis sociais de gênero (estereótipos atribuídos ao trabalho da casa e da rua, à menina e ao menino), valores culturais atribuídos pela família e pela sociedade à menina e ao menino, causas e conseqüências do trabalho infantil e das relações de gênero, tratamento oferecido à matéria, questões de linguagem (neutra, inclusiva, exclusiva), fontes ouvidas, uso das imagens, enfoque em políticas públicas, educação, legislação, cruzamentos com o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), CONAETIs (Comissões Nacionais para Erradicação do Trabalho Infantil), Mercosul etc. As análises primárias são quantitativas. As análises qualitativas vão adquirindo maior alargamento, conforme o envolvimento dos especialistas nos temas.

Uma ficha de classificação especial foi desenhada também para a televisão, considerando questões específicas da linguagem televisiva, que não pôde ser aplicada por falta de material. As fichas, como o processo metodológico da ANDI, são ajustadas com periodicidade definida para responder à evolução do próprio processo informacional, social e, inclusive, tecnológico e estatístico.

Conforme mencionado anteriormente, o resultado desta pesquisa será detalhado no segundo capítulo.

O trabalho

Este trabalho foi dividido em oito capítulos, uma conclusão e dois anexos.

O primeiro capítulo é este, sobre os procedimentos metodológicos para a elaboração da pesquisa.

No segundo capítulo, apresentou-se e analisou-se a importância do Mercosul e as ações que estão em curso com o intuito de erradicar o trabalho infantil; em seguida, analisou-se como são percebidas as questões de gênero e como são concretizadas as políticas públicas no Mercosul e nos países da sub-região, relacionando-as com pobreza e os programas de governo.

No capítulo três, foi feito um levantamento estatístico do trabalho infantil no Mercosul e um estudo sobre o impacto da exploração da mão-de-obra infantil para os países, para as meninas, meninos, adolescentes e para suas famílias, levando em conta o contexto histórico de cada país.

No capítulo quatro, procurou-se mostrar como se construíram as linhas de pensamento e o debate sobre trabalho infantil nos últimos anos na sub-região; como apontamentos de como os pesquisadores analisaram a resistência à erradicação do trabalho infantil, a importância das Convenções da OIT, a relação entre trabalho infantil, gênero e pobreza, a ausência de discussão sobre gênero, o papel da escola para a erradicação do trabalho infantil, e a mudança do debate sobre as responsabilidades dos governos, iniciativa privada e dos movimentos sociais. Aponta-se, ainda, a necessidade de um novo diálogo sobre a situação da mulher-mãe dos trabalhadores infanto-juvenis e o papel que é atribuído a elas nos programas de transferência de renda.

No capítulo cinco, apresenta-se o que a ONU define por questões de gênero, papéis de gênero, políticas de gênero e as conseqüências do não entendimento dessa dimensão para o futuro das sociedades. São tratados os ocultamentos da dimensão de gênero, raça e etnia, da situação particular da menina pobre, e o enfoque oferecido a esses temas por meio da linguagem.

No capítulo seis, procura-se olhar para a percepção que a mídia, os pesquisadores, os meios de comunicação têm a respeito do trabalho infantil, das questões de gênero, da participação nas esferas públicas, sobre sexismos e estereótipos. A situação atual dos jornalistas do Mercosul a respeito do trabalho infantil também é vista.

No capítulo sete, são apresentados a pesquisa, o resultado e uma análise de conteúdo a respeito de como os 17 jornais mais importantes do Mercosul trataram a questão do trabalho infantil e gênero durante o último semestre de 2002. A relação de poder das mulheres no cenário contemporâneo e o papel da mulher jornalista na cobertura do trabalho infantil e gênero na sub-região mereceram um olhar especial.

No capítulo oito, são apresentadas as discussões realizadas em seminário convocado para discutir esta pesquisa e do qual participaram 21 representantes de diversas áreas e dos cinco países da sub-região.

Este trabalho apresenta ainda dois anexos. No primeiro, dois exemplos de "boas práticas", ou seja, de projetos que estão contribuindo para mudanças reais de mentalidade são apresentados. No segundo anexo, foi agregada uma bibliografia complementar sobre menina e trabalho infantil, com a perspectiva de gênero. São indicações de pesquisas, documentos e livros que contribuem para a ampliação do debate. A seleção teve como base um completo levantamento bibliográfico realizado por uma equipe da OIT/Genebra que, além de subsidiar futuras análises, pesquisas e ações práticas, podem abrir a compreensão para o que ainda não se vê com clareza.

Os direitos trabalhistas e, conseqüentemente, o combate ao trabalho infantil são tratados nas Reuniões Ministeriais, pelo aporte das CONAETIs – Comissões Nacionais para a Erradicação do Trabalho Infantil - instância dos Ministérios do Trabalho dos países-membros, que atuam de forma tri ou quadripartite. No Subgrupo de Trabalho 10 (SGT10), Assuntos Trabalhistas, a erradicação do trabalho infantil é tratada pelas ações das Centrais Sindicais do Cone Sul e na Comissão Parlamentar Conjunta, responsável pelos projetos de lei visando a harmonização, que requerem aprovação pelos Paramentos nacionais.

Em dezembro de 1998, foi aprovada a Declaração Sócio-Trabalhista do Mercosul, objetivando estabelecer modos de operar em rede. A secção dos Direitos Individuais prevê a não-discriminação ao trabalho entre homens e mulheres ou a exclusão por motivos de raça, origem nacional, cor, idade, orientação sexual, opinião ou credo religioso. No que se refere ao trabalho infantil, os Estados-partes do Mercosul e Chile se comprometeram a adotar políticas e ações que conduzam à abolição do trabalho infantil e à progressiva elevação da idade mínima para o ingresso ao mercado de trabalho.¹⁸ Para apoiar a construção desses direitos, a OIT, com apoio da Cooperação Espanhola, publicou um *Guia para a Implantação de um Sistema de Monitoramento do Trabalho Infantil nos Países do Mercosul e Chile*. Trata-se de um esforço necessário para fortalecer a decolagem das vontades políticas a fim de desenvolver ações em escala local, nacional e sub-regional.

Pesquisas sobre Mercosul do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo apontam que, no conjunto, o Mercosul movimenta uma economia da ordem de US\$ 1 trilhão de dólares anuais e está composto por uma população de cerca de 220 milhões de pessoas, sendo que, da região Sudeste do Brasil (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo) em direção sul até Corrientes, na Argentina, está localizado o maior mercado de mão-de-obra qualificada, os principais rios e portos, a melhor infraestrutura e o coração industrial e do *agrobusiness* do Mercosul. Portanto, uma área produtora de grande capital social e econômico que, simultaneamente, atrai e conforma bolsões agudos de pobreza, fomentados pelas migrações internas, economia infor-

mal, expansão desordenada das grandes cidades e das áreas urbanas e, conseqüentemente, reprodutora do trabalho infantil.

Segundo o estudo do Fórum da Sociedade Civil nas Américas, sobre os Direitos Humanos no Mercosul “há três patamares bem definidos de PIB per capita. O mais elevado reúne Argentina e Chile, com valores médios do seu PIB per capita variando entre US\$ 8,500 a US\$ 10,000, respectivamente. O segundo padrão, que se poderia denominar de médio, agrega Uruguai e Brasil, com valores na faixa de US\$ 6,000 a US\$ 7,000 per capita. Por fim, aparece sozinho o Paraguai, numa posição bem mais desfavorável”¹⁹.

Quanto ao desenvolvimento humano, o Chile está sozinho à frente, seguido do Uruguai, Argentina, Brasil e Paraguai em ordem decrescente. É sensível a heterogeneidade entre os países em relação ao impacto das Reformas do Estado na sub-região e o efeito perverso da redução das políticas públicas nas áreas de saúde, moradia, educação, saneamento básico, aumento do desemprego, que afeta ainda mais a população de baixa renda.

Os grandes pontos críticos do Mercosul têm sido, em primeiro lugar, a negligência dos direitos adquiridos nos países-membros, quando das definições de estratégias econômicas conjuntas. Constata-se que o espaço social para negociação no Mercosul ainda deve ser ampliado²⁰. Mesmo assim, tem sido possível implementar ações estratégicas, como será demonstrado adiante, pela atuação, por exemplo, da OIT e das Comissões. Outro ponto crítico, por enquanto, é a ausência de uma estratégia que funcione para o Mercosul – diferentemente do que ocorreu na União Européia – no sentido de trazer para as esferas públicas, a discussão e as informações sobre as metas e objetivos da sub-região. Esse ponto crítico afeta, sobremaneira, a compreensão ampla do processo e não instala o debate a respeito das políticas conjuntas necessárias à integração regional. Com esse vazio informacional e simbólico, torna-se difícil para os jornalistas e meios de comunicação dimensionar e incorporar o nível sub-regional na agenda das discussões e nas pautas das redações.

Como fato positivo, distingue-se o crescente compromisso dos governos para a retomada do Mercosul²¹. A última reunião dos chefes de Estado

¹⁸ *Guia para a Implantação de um Sistema de Inspeção e Monitoramento do Trabalho Infantil nos países do Mercosul e Chile*, OIT/Cooperação Espanhola, 2003.

¹⁹ Jacqueline Pitanguy e Rosana Heringer – *Direitos Humanos no Mercosul*, Cadernos Fórum Civil, Ano 3, no. 4, CEPIA, Rio de Janeiro, 2002, pg. 13.

²⁰ Segundo o Fórum da Sociedade Civil das Américas “há um consenso entre as organizações de que é necessário adotar medidas sociais e políticas que permitam uma maior distribuição de renda e das riquezas nos países envolvidos em processos de integração. Também é urgente definir um padrão aceitável em termos de regulação trabalhista, a fim de garantir que os direitos já adquiridos por alguns destes países sejam respeitados pelos demais. Outro desafio é a expansão de vários tipos de direitos, de acordo com a legislação mais avançada”. Para mais informações consultar www.forosociedadcivil.org

²¹ Para aprofundar sobre o tema, recomenda-se a leitura do documento “*Dialogues Latin America and the Caribbean*”, da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, OIT, 2003.

do Mercosul + Chile, em junho de 2003, colocou novas luzes sobre o cenário. No comunicado conjunto, os Chefes de Estado dos Países-Membros (com a presença dos Presidentes do Chile, Bolívia e Peru) ressaltaram a necessidade de se priorizar a dimensão social do Mercosul, a equidade entre os países e a inclusão social e econômica dos grupos mais vulneráveis da população. Na área trabalhista, destacaram na introdução do comunicado *que serão adotadas medidas para a erradicação do trabalho infantil como uma das prioridades da agenda da integração.*

A agenda do trabalho infantil

Esse novo cenário para as crianças que trabalham é resultado, também, da 1ª. Reunião Técnica Internacional de Comissões Nacionais para a Erradicação do Trabalho Infantil, CONAETIs, realizada em 3 de maio de 2003, em Buenos Aires. As CONAETIs, como já foi dito, são instâncias tri ou quadripartites dos Ministérios do Trabalho dos países-membros, que atuam do local para o sub-regional. Gladys Santacruz, diretora do CONAETI do Uruguai é a presidenta das Comissões do Mercosul. Para ela, “o trabalho das Comissões do Mercosul vai se basear na Convenção sobre os Direitos da Criança, da ONU, e nas convenções da OIT, de forma a proteger os efeitos negativos do trabalho infantil no desenvolvimento físico, intelectual e moral das crianças”. Ela declarou, ainda, para a agência *Info Niñez*, do Paraguai, logo após o término da reunião, “que as Comissões vão trabalhar por legislações adequadas, que permitam aos governos o combate à pobreza, a geração de renda para as famílias carentes, de modo a permitir que meninas e meninos exercitem o direito à educação, saúde e recreação e todos os direitos que são fundamentais para o gozo de uma infância feliz”.²²

Interpelações como essas podem ir redefinindo os espaços de negociação e os compromissos entre os países-membros. Por exemplo, o novo Presidente do Paraguai, Luis Angel Gonzáles Marcchi, empossado em agosto de 2003, comprometeu-se na reunião de Chefes de Estado a implementar em seu país medidas que permitam a aprovação da Convenção 138 da OIT, que define a idade mínima para o trabalho infantil.

Com relação à dimensão de *gender mainstreaming* e Mercosul e seguindo com a metáfora da orquestra, pode-se dizer que o palco ainda está vazio. Vários membros da orquestra começam

a dialogar mas, por enquanto, faltam os instrumentos adequados. Um estudo realizado com apoio da UNESCO sobre “Gênero y Nación en el Mercosur: notas para comenzar a pensar”, de três renomadas pesquisadoras da região (Elizabeth Jelin, Teresa Valdés e Line Bareiro), conclui afirmando que “hay una ausencia notoria de la dimensión género en los procesos de negociación. Hay también una ausencia relativa de representantes de las demandas, aunque están comenzando a aparecer algunas presiones por cambiar esta situación” (www.unesco.org/most/genmerc.htm).

Vontade política e políticas públicas

A atuação da OIT/IPEC e do UNICEF foi decisiva na região, nos anos 90, para o estabelecimento das políticas públicas em vigor, pela defesa dos direitos da criança e do adolescente e pelo combate ao trabalho infantil.

Em maio de 2000, foi criado o Plano Sub-regional Mercosul e Chile, durante encontro organizado pelo Programa Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil - IPEC, para um período de quatro anos (2001-2004). O objetivo do Plano é a construção de políticas nacionais homogêneas relacionadas ao trabalho infantil, em aspectos como estatística, inspeção do trabalho, focalização de políticas públicas e a criação de uma rede de observatórios nacionais.

O Programa IPEC da OIT desenvolve na sub-região ações para contribuir com o fortalecimento dos países em seus esforços de formular e pôr em prática políticas nacionais. O aspecto mais notório do apoio técnico e financeiro do IPEC se dá pela ação do SIMPOC, que está implementando uma metodologia comum entre os países para a realização de diagnósticos, visando estabelecer termos de comparação entre eles. O IPEC também atua, fortemente, em programas de ação direta orientados para as pesquisas e atividades em áreas de risco.

Em parcerias ou juntos, também atuam outras agências das Nações Unidas, tais como o UNICEF, UNDP, UNIFEM, UNESCO, CEPAL e outras, como será demonstrado ao longo desse texto.

Sub-grupo 10 do Mercosul

O compromisso com a criação de políticas e ações que conduzam à eliminação do trabalho infantil está também na Declaração Sócio-Laboral que os países elaboraram no âmbito do Subgrupo 10, onde são discutidos assuntos trabalhistas, emprego e seguridade social.

²²Info Niñez, maio de 2003. Consultar outras informações no site www.coeti.org.py

CONAETIS

No ano 2000, Argentina e Uruguai criaram, respectivamente, a Comisión Nacional para la Erradicación del Trabajo Infantil (CONAETI) e o Comité Nacional para la Erradicación del Trabajo Infantil (CETI). Ambos têm prontos os Planos Nacionais de Ação para a Eliminação do Trabalho Infantil. No Uruguai, o Plano foi implantado em 2003 para desenvolver ações até 2005, no entanto, até 31 de julho de 2003 não contava com recursos específicos para fomentar políticas nacionais. A estrutura do Plano uruguaio compreende quatro linhas básicas de ação: proteção legal e judicial, sensibilização pública, educa-

ção e alternativas econômico-produtivas. Na região, o Brasil foi o último a instalar sua Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI), mas o movimento contra o trabalho infantil começou mais cedo, com a chegada do IPEC, em 1992, e a criação do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil²³, em 1994. Em 1991, já existia o Conselho Nacional da Infância e Adolescência (CONANDA) trabalhando pela erradicação do trabalho infantil. Nos cinco países, as Comissões nacionais foram criadas para elaborar os planos de ação, mas, com a exceção do Brasil, elas são de caráter permanente e devem funcionar como articuladoras de políticas públicas²⁴.

INFORME | Comité de erradicación del empleo de niños presentó avances
Trabajo infantil ocupa a 50.000 niños que dejan sus estudios

Según el informe de Unicef trabaja el 4% de la población de 14 años y el 21% de los que tiene 17 años

Unos 50.000 niños y adolescentes de entre 5 y 17 años de zonas urbanas y rurales, trabajan en Uruguay, con jornadas laborales de 7 horas en el caso de los de 14 a 17 años. Los que trabajan y estudian cumplen jornadas de cinco horas lo que constituye un impedimento para su permanencia en el sistema educativo.

Los datos fueron proporcionados en un seminario que se realizó en el salón de actos del Edificio Libertad que fue inaugurado por el ministro de Trabajo Alvaro Alonso, la directora de Unicef para Uruguay, Sonia Eljach, la directora del Instituto Nacional de Menor (Iname), Stella López y el inspector Nacional de Trabajo, Alvaro Delgado. Todos son representantes del Comité de Trabajo Infantil que intenta erradicar esa práctica.

El estudio de Unicef sostiene que la reactivación de la oferta de empleo probablemente repercutiría también en el incremento de la ocupación de menores. Ello determina —según el estudio—, que no existen en el país políticas adecuadas dirigidas al tratamiento del trabajo de los adolescentes.

De acuerdo con los datos en el seminario de ayer se planteó que el Estado y la sociedad se aboquen a adecuar el ordenamiento jurídico ya que existen leyes y decretos que contradicen los derechos de la infancia en relación a la edad mínima de empleo, la extensión horaria y las tareas nocturnas.

El informe plantea un sistema de relevamiento permanente y afirma que la poca información y la insuficiencia de datos desglosados sobre la situación de los niños constituye un obstáculo a la aplicación de las disposiciones de la convención.

Los datos demuestran que ya en 1999 uno de cada cinco niños de entre 5 y 11 años de edad y uno de cada veinte de 12 y 14 años se encontraba trabajando, al igual que uno de cada cinco adolescentes de entre 15 y 17 años de edad.

En total 34.000 niños de los cuales 10.100 viven en Montevideo, 6.900 en el área metropolitana y 17.000 en el resto del país.

Ello repercutió en la inasistencia escolar ya que el 2,6% de los niños entre 5 y 11 años no asistió a ningún establecimiento educativo, tampoco el 7,8% de los adolescentes de 12 a 14 años. Entre los adolescentes que trabajan la proporción de los que no estudia es cinco veces mayor que entre quienes no trabajan.

En todo el país urbano los adolescentes con dedicación exclusiva al estudio

el 21%.

En cuanto al sexo son más los hombres que las mujeres que trabajan a edades tempranas. Mientras que un 15% de varones está ocupado sólo un 7% de mujeres lo está.

La decisión de trabajar a edades tempranas depende de un conjunto de factores vinculados al origen de la familia, la valoración que éstas hacen de la educación, las redes de contactos y la situación económica del hogar.

Los hogares con bajos ingresos, monoparentales, extendidos o compuestos y con bajo clima educativo configuran situaciones desfavorables que dan paso a una mayor participación laboral de los adolescentes.

Además el 70% de los padres de los niños que trabajan, no completaron la secundaria.

Aunque los porcentajes de los niños de entre 5 y 11 años, y entre 12 y 14, en Uruguay son menores en comparación con el resto de los países de la región; no obstante, "constituye un fenómeno altamente preocupante que afecta los derechos de aproximadamente 9.300 niños que viven en áreas urbanas", señala el estudio.

En esos hogares trabaja un 13% de adolescentes, en tanto en hogares de mayores ingresos el porcentaje desciende a 8%.

Asimismo en las familias más pobres es menor la proporción de adolescentes que trabajan y estudian (7,8%) que el trabajo exclusivo (8,9%).

La forma en que se insertan en el trabajo es diferente a los adultos. La mayoría de los adolescentes son asalariados. En el bienio 2000-2001 prácticamente uno de cada cinco adolescentes trabajan por su cuenta, en tanto, aquellos que no reciben remuneración representa el 8%.

La remuneración media de los adolescentes se sitúa aproximadamente para el mismo período en \$ 1.250 (valor en marzo 1997). Los ingresos por trabajo han disminuido en diez años un 18%. Esta reducción es más importante en los trabajadores independientes (36%) los que a su vez siempre presentan una remuneración media inferior.

Los adolescentes trabajan 5 horas diarias, lo que representa un obstáculo para la permanencia en el sistema educativo.

²³ O Fórum Nacional de prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil é um espaço político, democrático e plural, que congrega instituições de quatro segmentos (governo federal e Ministério Público do Trabalho, entidades representativas de trabalhadores e empregadores, ONGs e organismos internacionais).

²⁴ No Brasil, a CONAETI se extinguirá quando o Plano de Ação estiver editado.

Políticas Públicas e de Transferência de Renda às Famílias

Incentivado pelo IPEC e pelo Fórum Nacional, o governo brasileiro criou, em 1996, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, que distribui bolsas para que as crianças saiam do trabalho perigoso e possam ir à escola²⁵. O Brasil é o único país, entre os cinco da sub-região, com um programa de ação governamental direta e ampla contra o trabalho infantil, dada a dimensão do problema a ser enfrentando.

Os governos brasileiro e chileno têm programas educacionais para ajudar financeiramente famílias pobres a manter seus filhos na escola: *Bolsa-Escola*, no Brasil, *Chile Solidário* e *Liceo para Todos*²⁶, no Chile. Os programas de governo do Chile combatem a evasão escolar, mas não tiram crianças e adolescentes do trabalho²⁷. Entretanto, o Chile foi o primeiro país a ter um Plano Nacional, definidor de ações para que se cumpram os objetivos de sensibilização da sociedade para a o tema, de promoção de reformas legais, reintegração e conservação das crianças e dos adolescentes no sistema escolar, realização de pesquisas, elaboração do sistema de acompanhamento, medição e avaliação do progresso dos objetivos do Plano²⁸.

Na Argentina, o Plano Nacional abrange cinco ações centrais: articulação de redes de contenção social, estabelecimento de um *Sistema Nacional de Informação*, promoção de campanhas de sensibilização e conscientização social, fortalecimento da inspeção do trabalho e reinserção de crianças e adolescentes trabalhadores no sistema educativo. A CONAETI, na qualidade de executora do Plano, desenvolverá o *Programa Nacional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil Rural* e o *Programa Nacional para la Prevención y Erradicación del Trabajo Infantil Urbano*.

No Paraguai, a *Comisión Nacional de Lucha contra el Trabajo Infantil*, criada em 2002, está em fase de revisão do Plano Nacional de Ação.

O governo uruguaio, pelo Instituto Nacional del Menor (INAME), órgão diretor em matéria de infância, desenvolve, desde o ano 2000, o *Programa del Cardal*, de atendimento a crianças em situação de rua, que inclui ações de alfabetização e capacitação para o trabalho. O programa também capacita os chefes de família para o micro-emprego, mas tem a sua ação restrita a 50 crianças de 20 famílias, com quem firma contrato de dois anos.

Políticas Públicas de Inspeção do Trabalho

Quanto à inspeção no trabalho, o Brasil e a Argentina são os únicos países em que existe fiscalização do trabalho infantil e do trabalho irregular de adolescentes. Os demais fiscalizam o trabalho no mercado formal, considerando a idade mínima fixada por lei. Na Argentina, a resolução nº 125, do Ministério do Trabalho, assinada em 6 de março de 2003, criou a *Unidad de Monitoreo e Inspección*, em matéria de Trabalho Infantil. Todas as províncias do país terão um núcleo de inspeção para executar as atividades de fiscalização que a unidade central coordena e elabora. No Brasil, em 1996, o Ministério do Trabalho e Emprego criou as Comissões de Erradicação do Trabalho Infantil, que depois se transformaram em Núcleos de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente. Atualmente, existem os Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente – GECTIPAS, que funcionam em cada uma das Delegacias Regionais do Trabalho – DRTs. Os convênios firmados com as DRTs permitem que os Auditores Fiscais do Trabalho cadastram e encaminhem as crianças a programas governamentais ou não governamentais em âmbito estadual e/ou municipal. ■

²⁵O PETI é um programa do Ministério do Desenvolvimento Social, que concede Bolsa para famílias que retirem suas crianças do trabalho e realiza o programa de jornada escolar ampliada. Em 2002, o PETI atendeu 810 mil crianças.

²⁶O programa *Chile Solidário* atende famílias na linha de pobreza, nas áreas de transferência de renda, moradia, atenção à saúde, atenção familiar e psicológica. Em 2002, cerca de 250 mil famílias foram atendidas por diversos programas, todos coordenados pelo Ministério de Planificação. O Programa *Liceo para Todos* é para atender estudantes do ensino médio em mais de 400 escolas chilenas, para que elas possam permanecer estudando e, assim, aumentar o índice de estudos da maioria dos chilenos.

²⁷O Ministério do Trabalho brasileiro considera que as ações de combate ao trabalho infantil incluem, além do PETI e do Bolsa-Escola, os programas Pronager - Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda, de qualificação e requalificação profissional, e o Agente Jovem, de capacitação de jovens de 15 a 17 anos para o mundo do trabalho e para atuar em suas com unidades nas áreas de saúde, cultura, meio-ambiente e cidadania, esporte e turismo. No entanto, as leis que criam estes programas não definem como objetivo o combate ao trabalho infantil.

²⁸No Chile, o SENAME – Servicio Nacional de Menores – é o executor de políticas para a infância. Atualmente, desenvolve com o IPEC, um programa contra a exploração sexual comercial, pelo qual está sendo realizada uma campanha nos meios de comunicação do país, um estudo para estimar a magnitude do fenômeno e uma ação de intervenção reparatória. Além disso, apresenta em 2004, os resultados do *Diagnóstico Nacional de Trabajo Infantil y Sistema de Registro de sus Peores Formas*, como resultado de uma parceria com INE e Ministério do Trabalho.

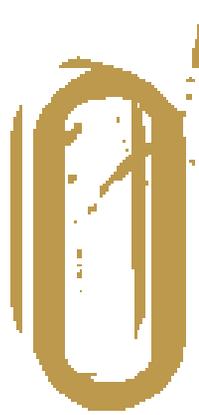


A DÍVIDA É HISTÓRICA PARA COM AS CRIANÇAS DO MERCOSUL²⁹



3

CAPÍTULO



O trabalho infantil nos países do Mercosul aparece, oficialmente, em registros censitários a partir de fins do século XIX, com o surgimento do capitalismo, quando o fenômeno transcende sua dimensão familiar artesanal e as crianças passam a ser exploradas comercialmente. No entanto, estudos historiográficos demonstram que o trabalho precoce acompanha o desenvolvimento das sociedades da região desde a colonização.³⁰ Em *The Children of the Poor*, Hugh Cunningham³¹ reconstrói o discurso histórico do começo da Revolução Industrial e evidencia a reprodução, nos dias de hoje, de argumentos e tendências predominantes na Inglaterra dos séculos XVII, XVIII e XIX, onde o trabalho infantil aparecia como inevitável nos marcos do sistema capital. A preocupação subjacente dessas práticas mostra que, para além das “necessidades econômicas”, dos padrões culturais, da existência de correntes que defendem o trabalho infantil, de medidas nada acertivas, há uma verdadeira preocupação em se responder a

pergunta “o que fazer com os filhos dos pobres?”³². Por isso, cartografias vêm sendo construídas ao longo do tempo e elas são imprescindíveis para a memória e para as políticas públicas.

Na **Argentina**, os censos municipais de fins do século XIX evidenciaram a existência de 10.922 menores de 16 anos e 1.197 menores de 14 anos participando de atividades produtivas de caráter fabril, comercial ou familiar. O Boletim do ano de 1910, portanto já no começo do século passado, descreveu a situação do trabalho de crianças no âmbito rural, assinalando que a presença delas era mais forte nos canais e que a jornada chegava a 12 horas diárias.

No **Brasil**, desde a colonização até praticamente o final do século XIX, crianças negras e indígenas a partir de 7 anos eram incorporadas ao trabalho dos pais, de natureza predominantemente agrícola³³. A primeira lei de proteção à infância referente ao direito do trabalho é de 1891. No entanto, durante os cem anos seguintes, o assunto foi praticamente ignorado e o discurso que existia sobre a infância era de natureza ambígua. A criança aparecia ora em perigo, ora perigosa³⁴. O processo gradual de urbanização desde a virada do século XX até a década de 50

²⁹ Pesquisa realizada por Nina Rodrigues.

³⁰ Esta informação está cientificamente comprovada pela análise de documentos históricos no Brasil, Chile e Paraguai. Na Argentina, os relatos existem somente a partir do século XIX e no Uruguai não há compilação histórica a respeito. Jorge Freire, coordenador-geral da ONG uruguaia Gurises Unidos, escreveu o seguinte ao ser consultado a respeito do assunto: “Consulte a todos aquellos en Uruguay vinculados con la temática del trabajo infantil y decididamente en Uruguay no hay una recopilación histórica sobre el trabajo infantil. Es algo que no se extraña, ya que por décadas en Uruguay hubo una tendencia a no reconocer su existencia, y a negarla diciendo que la problemática no tenía las dimensiones cuantitativas en comparación con los países de la región”. A existência da problemática só foi reconhecida no Uruguai em 1999, diante das primeiras estatísticas oficiais sobre o assunto, portanto, dois anos depois da OIT ter sancionado o governo por não adequar a legislação nacional às convenções internacionais.

³¹ Hugh Cunningham – *The Children of the Poor. Representation of Childhood since the Seventeenth Century*, Oxford UH, Blackwell, apud Emilio García Mendez e Hege Araldsen “El debate actual sobre el Trabajo infanto-juvenil en América Latina y Caribe: tendencias y perspectivas”, Cuadernos de UNICEF, Argentina, 2000.

³² Idem, ibidem. Esta pergunta fundante é feita pelos autores do estudo apresentado ao UNICEF.

³³ OIT - *Trabajo Infantil en los Países del MERCOSUR: Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Uruguay*, documento informativo, Lima, Peru, 1998.

³⁴ Irene Rizzini – *Deserdados da Sociedade, os “meninos de rua” da América Latina*, Universidade Santa Ursula, Rio de Janeiro, 1995.

foi responsável pela ampliação do número de crianças nas ruas das capitais brasileiras, nos trabalhos informais do setor de serviços. A partir dos anos setenta, com o aumento da desigualdade da distribuição de renda da População Economicamente Ativa (PEA), intensifica-se ainda mais a incorporação da força do trabalho infantil nos setores agrícolas, fabris e de serviços.

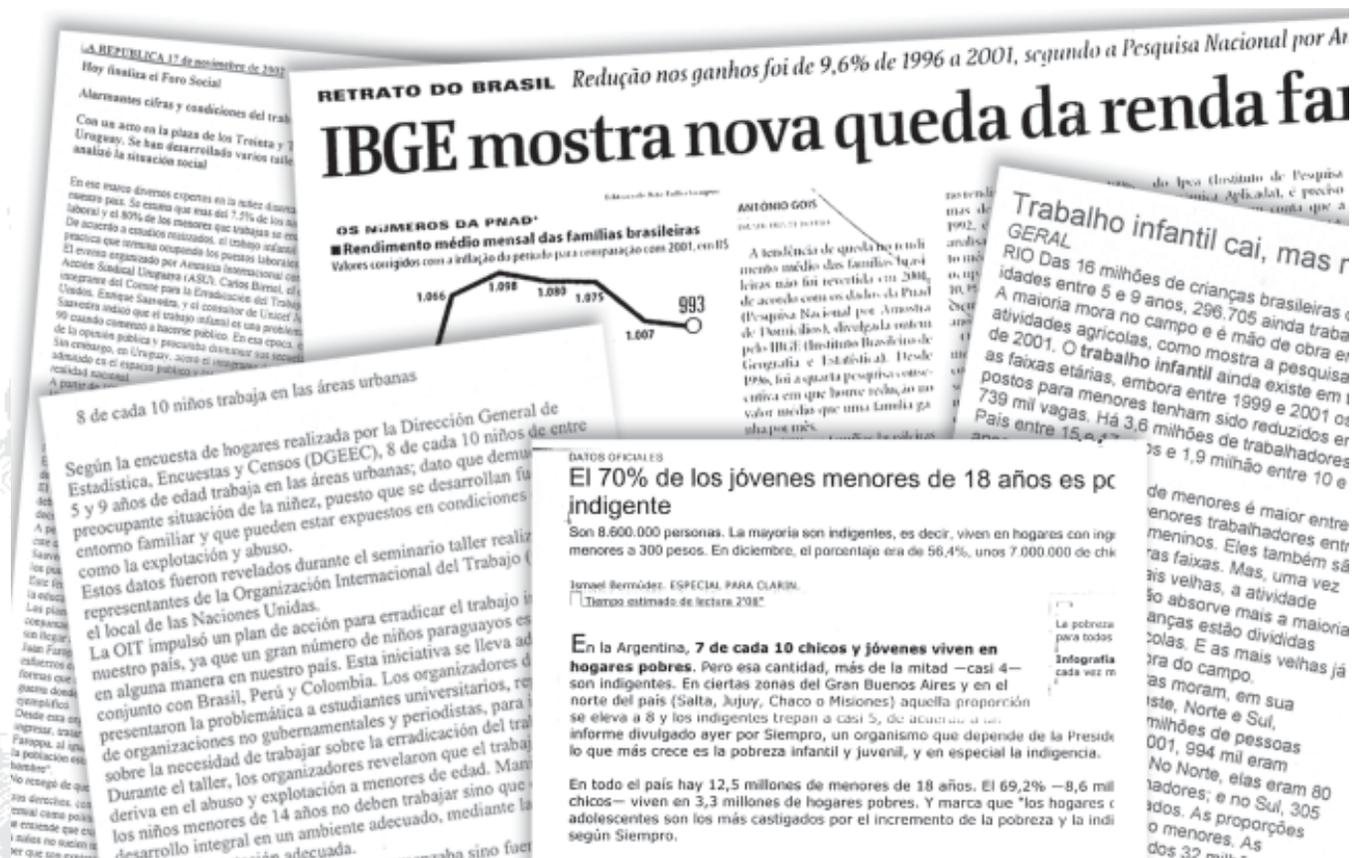
No **Chile**, o registro da existência do trabalho infantil remonta ao século XVI. Clarisa Hardy afirma que as atividades de mineração foram as primeiras fontes de recrutamento da mão-de-obra infanto-juvenil. Àquela época, ditaram-se as primeiras normas estabelecendo a proibição de empregar menores de 18 anos, assim como maiores de 50 anos e as mulheres. Em 1874, em função do desenvolvimento da exploração do salitre, o Código de Mineração fixou em 12 anos a idade mínima para o emprego nas minas. No século seguinte, a mesma disposição aparece na legislação trabalhista com respeito às atividades pesadas e trabalhos subterrâneos. Os mesmos estudos demonstram que, a princípios do século XX, as atividades industriais e agrícolas passaram a empregar crianças a partir dos 8 anos de idade. Esta situação modifica-se nos anos cinquenta por

causa das transformações na economia do país e da aplicação de uma legislação mais rigorosa.

No **Paraguai**, a origem histórica do processo de inserção de crianças no mercado de trabalho coincide com o período de formação da sociedade paraguaia³⁵. No princípio, o trabalho infantil no contexto urbano estava centrado nas atividades domésticas, que até hoje mantêm forte tradição cultural, para ser absorvido mais tarde pelos setores produtivos da economia, tomando manifestas a inadequação das condições de trabalho e a escassa regulação do trabalho de crianças e adolescentes.

As estatísticas do trabalho infantil no Mercosul

Os países do Mercosul estão, aos poucos, harmonizando seus instrumentos estatísticos de mensuração do trabalho infantil, assessorados pela OIT, através do Programa de Informações Estatísticas e Monitoramento do Trabalho Infantil – SIMPOC³⁶. O objetivo é ampliar as informações sobre as características de trabalho de meninas, meninos e adolescentes da região e oferecer um amplo conjunto de indicadores que ajudarão na formulação, acompanha-



³⁵ A afirmação é de Márcia Maluf, que aparece citada à página 69 do Informe da OIT intitulado *Trabajo Infantil en los Países del MERCOSUR: Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Uruguay*.

³⁶ A adequação de instrumentos estatísticos é uma das ações previstas no Plano Subregional de Ação, aprovado em maio de 2000, no Encontro Tripartite do Mercosul, organizado pelo IPEC. As demais ações do Plano estão descritas na sequência deste capítulo.

mento e avaliação de políticas voltadas para a população de 5 a 17 anos.

Por enquanto, a informação estatística disponível tem escassa representatividade, apresenta descontinuidade nas medições e refere-se às formas mais visíveis do trabalho infantil. Nem mesmo os censos das pesquisas domiciliares, que são as mais importantes investigações sobre trabalho e rendimento realizadas nos países, oferecem informações precisas sobre o trabalho de meninas, meninos e adolescentes.

O Brasil foi o primeiro entre os cinco países da pesquisa a apresentar os resultados do convênio com a OIT. Em maio de 2003, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, divulgou a mais completa pesquisa sobre trabalho infantil realizada no país, como suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), de 2001. Chile e Argentina devem apresentar seus primeiros resultados oficiais em 2004 e 2005, respectivamente. No Paraguai e no Uruguai, o processo ainda não foi deflagrado.

Embora este novo instrumento de pesquisa promova o aprofundamento da investigação da situação das crianças em relação às características de educação e trabalho, através de questionários específicos, certas formas de trabalho infantil de alto risco pessoal e social, como a mendicância, o tráfico de drogas e a prostituição infantil, não são consideradas. Algumas informações aparecem em diagnósticos rápidos, promovidos pela OIT no Brasil e no Paraguai, especialmente sobre o tráfico de drogas, exploração sexual comercial e trabalho infantil doméstico, cuja descrição encerra este item.

Na **Argentina**, antes da crise financeira e econômica que abalou o país no final de 2001 e início de 2002, o trabalho infantil era um fenômeno bastante menor que a média da América Latina, porém, sensivelmente superior às taxas do Chile e do Uruguai. O número oficial, de 1.503.925 trabalhadores na faixa de 5 a 14 anos, nas zonas urbana e rural, foi detectado pela Encuesta de Desarrollo Social (EDS) de 1997, uma pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC) e que possui mais áreas temáticas cobertas que a Encuesta Permanente de Hogares (EPH), em particular no que diz respeito ao trabalho infantil³⁷.

Em 2002, ao realizar estudo para se levantar informações sobre idade, sexo, atividades e distribui-

ção regional das crianças e adolescentes que trabalham, o Ministério do Trabalho, em parceria com o IPEC, considerou o número levantado pela EDS o mais consistente entre as diversas fontes consultadas³⁸. Ao confrontá-lo com os dados da última estimativa realizada a nível nacional, que corresponde ao trabalho elaborado em 1995 pelo UNICEF,³⁹ o Diagnóstico de Trabajo Infantil concluiu que a quantidade de crianças e adolescentes trabalhando irregularmente na Argentina havia crescido cinco vezes de 1995 a 2000.

Em dois anos mais, o governo argentino, por intermédio do INDEC e com a colaboração da OIT, do Ministério do Trabalho e da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI) deve apresentar os resultados da Encuesta y Observatorio de Trabajo Infantil, que está sendo realizada desde fevereiro de 2003 na Grande Buenos Aires, região que inclui a cidade de Buenos Aires mais 24 municípios, e na zona de Cuyo, integrada pelas províncias de Mendoza, San Juan y San Luis. Dada a forte recessão que atinge o país desde o final dos anos 90, as expectativas da OIT são de que a tendência de incremento do trabalho infantil se confirme na ordem dos 500%, conforme estudos prévios apontados pelo Diagnóstico de Trabajo Infantil.⁴⁰

No **Brasil**, os números divulgados em maio de 2003 pelo IBGE, como parte da investigação mais aprofundada realizada até hoje, revelam que o número do trabalho infantil no país é, oficialmente, de 5.482.515 meninas e meninos de 5 a 17 anos. De acordo com a pesquisa, 12,1% do universo total de meninas, meninos e adolescentes brasileiros que não estudam, afirmam que não frequentam a escola por ter que ajudar nos afazeres domésticos, trabalhar ou procurar trabalho. Entre aqueles que trabalham, a taxa de escolarização ficou em 80,3%, alcançando, porém, o índice de 91,1% entre os que não trabalham.

Todos os dados anteriores a essa pesquisa aparecem, basicamente, em estudos suplementares da PNAD sobre o tema do trabalho infantil, a partir de 1985. Na década de noventa, o tópico trabalho de crianças de 5 a 9 anos foi incorporado à PNAD, sendo que a PEA, medida em toda pesquisa domiciliar, já considerava e considera até hoje, a população acima de 10 anos de idade. Portanto, o Brasil é o único dos cinco países onde é possível traçar com mais precisão a evolução do trabalho infantil na última década,

³⁷A EDS baseia-se em duas definições de trabalho infantil, uma ampla e outra restrita. O número de 1.503.925 diz respeito à definição mais ampla, que inclui os menores de 14 anos que trabalham fora ou ganham gorjeta ou ajudam habitualmente no trabalho de familiares e vizinhos ou que se responsabilizam pela casa na ausência dos pais.

³⁸As informações aqui apresentadas constam do comunicado encaminhado à imprensa argentina pela OIT no Dia Internacional de Combate ao Trabalho Infantil. As fontes consultadas para a realização do estudo foram: Censo Nacional de Población y Viviendas (1991), Censo Nacional Agropecuario (1988), Encuesta de Desarrollo Social (1997) e o Módulo de Monitoreo da Encuestas Permanente de Hogares (1994).

³⁹O estudo do UNICEF baseou-se numa estimativa de mínima para a faixa dos 6 aos 14 anos de idade, que deixou de fora o trabalho doméstico e apontou um total de 252.000 crianças e adolescentes trabalhadores.

⁴⁰Esta informação está no comunicado à imprensa apresentado pelo UNICEF no *1o. Seminário Criança Esperança*, em junho de 2003.



uma vez que há levantamento contínuo do fenômeno⁴¹. O confronto dos dados de 1992 com os de 2001, por exemplo, mostrou que houve avanço expressivo no nível de escolarização das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos⁴². Já a comparação das informações de 1995 com as de 1999 mostrou uma redução de 23% no número de crianças trabalhadoras na faixa de 10 a 14 anos. A redução mais expressiva aconteceu entre os anos de 1995 e 1996⁴³. A queda neste período corresponde a 90% da variação total. No entanto, de 96 a 99 houve desaceleração da redução do número de crianças trabalhando (apenas 2,4%), indicando que o êxito do primeiro momento das ações institucionais iniciadas em 1996 não se repetiu nos anos seguintes.

No **Chile**, a Encuesta de Caracterización Sócio-Económica (CASEN) de 1996, realizada pelo Instituto Nacional de Estadística (INE), é a única fonte disponível de informação com representatividade estatística. O módulo sobre trabalho infantil que, pela primeira vez, incorporou-se à CASEN, registrou um total aproximado de 125 mil crianças trabalhadoras ocasionais e regulares, nas zonas urbana e rural, entre os 6 e 17 anos de idade, que não estavam incluídas nas pesquisas mais recentes. Desagregando os dados por sexo, a CASEN revela que o grupo de meninos trabalhadores é mais numeroso que o de meninas trabalhadoras. Segundo a localização, o trabalho infantil é mais freqüente na zona rural que na zona urbana. Quanto à relação entre trabalho infantil e educação, a CASEN 1996 demonstra que, para a faixa etária entre os 15 e 17 anos, mais de 70% dos que trabalham, abandonaram a escola.

Em junho de 2002, o governo chileno reconheceu que os dados que possui não são confiáveis e não permitem precisar a dimensão e as características do trabalho infantil⁴⁴. Portanto, em parceria com a OIT/IPEC, foi lançado o programa *Diagnóstico Nacional sobre Trabajo Infantil y Adolescente y sus Peores Formas*, que pretende ser um instrumento válido e periódico de medição do fenômeno, por meio do Ministério do Trabalho, do Servicio Nacional de Menores (SENAME) e do INE, Instituto Nacio-

nal de Estadística. Os resultados serão apresentados em abril de 2004. Faz parte do projeto a implementação de um sistema de registro progressivo de cobertura nacional das piores formas de trabalho infantil.

No **Paraguai**, a Encuesta Integrada de Hogares 2000/2001, realizada pela Dirección General de Encuestas, Estadísticas e Censos (DGEEC), por solicitação da Coordinadora para la Eliminación del Trabajo Infantil (COETI), do Unicef e do Projeto AMAR⁴⁵, trabalhou um módulo especial sobre trabalho infantil e revelou que uma de cada três crianças e adolescentes na faixa dos 5 aos 17 anos de idade está trabalhando, com ou sem salário. O DGEEC considerou para esta pesquisa a seguinte definição de trabalho infantil: “uma ou mais atividade econômica que realiza todo menino e toda menina de 5 a 17 anos de idade, com um mínimo de duas horas de trabalho ao dia ou, pelo menos, 14 horas por semana”. O trabalho doméstico remunerado também foi levado em conta.

O número absoluto aferido pela pesquisa é de 265.706 trabalhadores de 5 a 17 anos para as áreas urbanas e rurais, o equivalente a 13,6% do total desta população, sendo 18,2% dos que trabalham do sexo masculino e 8,9%, do feminino.

No **Uruguai**, uma pesquisa realizada em 1999 pelo Instituto Nacional de Estadística (INE), a pedido do Unicef, é a única estimativa confiável que existe nesse país. O programa foi realizado como um módulo especial da Encuesta Continua de Hogares (ECH). No entanto, o número levantado de 34 mil crianças e adolescentes trabalhadores refere-se apenas ao mercado formal urbano do Uruguai, o que representa 6,5% do total da população de 5 a 17 anos que vive em cidades de mais de 5 mil habitantes. A informação coletada permitiu observar que 7,9% desta população (2.700 crianças) correspondem à faixa etária de 5 a 11 anos de idade. Portanto, de acordo com esta pesquisa, das 34 mil crianças e adolescentes trabalhadores do Uruguai, 1.100 vivem em Montevideu, 6.900 na área metropolitana da capital e 17.000 no resto do país.

⁴¹ A publicação do IBGE sobre a pesquisa suplementar da PNAD 2001 explica que, nos anos noventa, “a pesquisa sobre trabalho infantil (...) agregou informações importantes ao levantamento contínuo para caracterizar com mais profundidade o trabalho realizado e os aspectos socioeconômicos que distinguem as crianças e adolescentes ocupados daqueles que não trabalhavam e, também, os que eram estudantes dos que não freqüentavam escola”.

⁴² Considerações do IBGE.

⁴³ Estes últimos dados aparecem no estudo “Trabalho Infantil: Examinando o Problema, Avaliando Estratégias de Erradicação”, do Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa (Napp), do Rio de Janeiro.

⁴⁴ A este respeito, declarou o ministro do Trabalho e Previdência Social, Ricardo Solari Saavedra, em texto intitulado *La Erradicación del Trabajo Infantil em Chile: Caracterización, Acciones del Gobierno y Lineamientos a Futuro*: “La metodología tradicional con la que han levantado datos sobre esta problemática, ciertamente hace con que el fenómeno se subestima (las familias no declaran el problema, no se cuantifica el trabajo de corte doméstico y muchas formas de trabajo infantil no se consideran como tal).”

⁴⁵ O *Proyecto de Asistencia Integral a Menores de Alto Riesgo* (AMAR) existia com ajuda financeira da Comissão das Comunidades Europeias e do governo paraguaio.

O Módulo Especial sobre Trabalho Infantil revelou, também, que o impacto do trabalho infantil sobre a assistência escolar é preocupante⁴⁶: 2,6% das crianças entre 5 e 11 anos não frequentam nenhum tipo de estabelecimento educativo, o que significa, em termos absolutos, que 7.400 meninos e meninas se encontram fora da escola. Entre os adolescentes, a porcentagem é de 7,8%, portanto, ainda maior.

A ECH, do Uruguai, considerou a idade mínima de 14 anos para medir a População Economicamente Ativa (PEA).

Com relação à idade mínima, em nenhum dos cinco países os censos e as pesquisas domiciliares oferecem, em seus levantamentos básicos das características sócio-econômicas, números realmente confiáveis sobre o trabalho infantil. A PEA, do Brasil, que é o indicador mais sólido quanto às características de trabalho, é medida anualmente apenas em relação ao mercado formal e não considera os trabalhadores infantis. Mesmo no caso da Argentina, onde as pesquisas domiciliares não impõem limites mínimos de idade para mensurar a PEA, o trabalho de crianças aparece subestimado. Veja-se, por exemplo, a Encuesta Permanente de Hogares de 2002 que encontrou 441.574 crianças e adolescentes de 9 a 19 anos entre os economicamente ativos. Este número é três vezes inferior ao número considerado oficial, que aparece no Diagnóstico de Trabajo Infantil, já mencionado⁴⁷.

Análise dos dados e impactos para meninas e meninos, adolescentes e famílias

Apesar das limitações apontadas, os dados existentes permitem afirmar que as crianças dos países do Mercosul trabalham, basicamente, em atividades agropecuárias, no setor informal urbano e no de serviço doméstico, com uma frágil presença no setor formal e empresarial da economia, que apenas diretamente não faz uso da mão-de-obra infantil. Mas, na medida em que se articula com o setor informal, pode-

se afirmar que isto conduz que crianças e adolescentes, de maneira indireta, sejam mão-de-obra barata para as grandes empresas.

Quanto ao trabalho infantil doméstico, que é a forma mais oculta de trabalho precoce, principalmente de meninas, os dados ainda são inconsistentes na sub-região, mas devem surpreender. Sabe-se que a maioria dessas meninas desempenha atividades não remuneradas ou familiares. No Brasil, as primeiras pesquisas indicam que elas compõem um universo de cerca de 500 mil meninas e adolescentes e, em Assunção, estima-se que somente o número das “criaditas” (meninas que são *entregues* a outras famílias para o serviço doméstico) seja de 12 mil, segundo fontes da instituição Global...Infância. A pesquisa realizada em Assunção sobre TID, Trabalho Infantil Doméstico, pelo Centro de Documentación y Estudios (CDE) apresentou os seguintes resultados: a atividade envolve, em sua maioria, meninas e adolescentes mulheres (83% dos casos); mais da metade das famílias de origem das trabalhadoras domésticas ganha menos de um salário mínimo por mês; 40% dos lares são chefiados por mulheres; a grande maioria começou a trabalhar entre os 6 e 11 anos. Estima-se que, aproximadamente, um terço da população trabalhadora infantil não recebe salário⁴⁸.

Outras características do trabalho infantil no Mercosul são jornadas de trabalho superiores aos limites máximos estabelecidos pelas legislações nacionais e baixos salários⁴⁹. Cruz aponta, também, que “a respeito do trabalho de alto risco, há uma semelhança em quase todos os setores nas áreas urbanas, enquanto que no setor agrícola a coincidência é ainda maior”.⁵⁰

Quanto às ocupações desenvolvidas por crianças e adolescentes, na **Argentina**, as mais frequentes são, em primeiro lugar, as atividades domésticas realizadas por crianças para suas famílias ou para residências de terceiros, trabalho em oficinas, negócios, obras ou nas explorações agrícolas⁵¹.

No **Brasil**, o Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente 2000, editado, periodicamente, pela Secretaria de Inspeção do Trabalho do

⁴⁶UNICEF - “El trabajo infantil y adolescente en Uruguay y su impacto sobre la educación – Análisis de la situación en la década pasada y presente”, documento informativo, Montevideú, Uruguay, janeiro 2003.

⁴⁷Os censos realizados na Argentina, ao contrário da EPH, consideram limite mínimo de idade para medir a PEA: 12 anos. No Brasil, a PEA aferida pelos Censos e pela PNAD inclui, igualmente, a população acima de 10 anos; no Chile, a PEA medida pelas pesquisas censitárias e pela CASEN compreende os trabalhadores com mais de 15 anos de idade; no Paraguai, o limite mínimo é de 8 anos para censos e pesquisas domiciliares; no Uruguay, 12 anos. Apenas no Chile, a PEA é considerada a partir da idade mínima fixada por lei.

⁴⁸OIT - *Evaluación rápida sobre Trabajo Infantil Doméstico en hogares de terceros en Paraguay*, documento informativo, IPEC, Dezembro, Assunção, Lima, 2002.

⁴⁹Claudia Cruz - *O Trabalho Infantil nos países do Mercosul*, OIT, no. 74, Peru, 1998.

⁵⁰Idem - A autora não faz menção às atividades desenvolvidas por crianças e adolescentes.

⁵¹OIT - *Trabajo Infantil en los países del MERCOSUR: Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Uruguay*, documento informativo, Peru, 1998.

Ministério do Trabalho, ao relacionar a população de crianças e adolescentes com o total de trabalhadores na faixa etária de 5 a 15 anos por setores de atividade econômica, constatou que o setor agropecuário é o que mais concentra mão-de-obra infanto-juvenil (58,9%), seguido longinquamente pelo comércio (12,38%), pela prestação de serviços (10,11%) e pela Indústria de Transformação (8,65%).

No **Chile**, crianças e adolescentes estão mais frequentemente ocupadas com a produção agropecuária, o serviço doméstico, a pesca tradicional, o comércio ambulante ou os chamados “serviços pessoais, não domésticos”, que são os de engraxar sapatos e guardar carros, majoritariamente realizados por meninos que abandonaram a escola e que estão expostos à detenção policial e à privação de liberdade em instituições⁵².

No **Paraguai**, as atividades que concentram um maior número de crianças são constituídas pelo trabalho doméstico e pela venda de produtos nas ruas⁵³.

No **Uruguai**, o Módulo Especial sobre Trabalho Infantil, mencionado como única fonte de dados do país sobre o trabalho de crianças e adolescentes, indica que, na zona urbana, a presença de crianças é maior no comércio ambulante e na mendicância. Pelo mesmo estudo, estima-se que, nas áreas rurais, uma dentre cada três pessoas maiores de 13 e menores de 18 anos de idade participa de atividades agrícolas e domésticas.

Quanto à pesquisa sobre as formas inaceitáveis de exploração de trabalho infantil, difíceis de serem investigadas devido à sua natureza escondida, por vezes ilegal ou até mesmo criminosa, a OIT e o UNICEF desenvolveram a metodologia de “diagnóstico rápido”. Os objetivos gerais do programa são a obtenção de informações quantitativas e qualitativas e a descrição da magnitude, do caráter, causas e conseqüências de onze categorias das piores formas do trabalho infantil. São elas: trabalho infantil doméstico (TID), crianças em regime de cárcere, soldados infantis, crianças traficando, trabalho perigoso na agricultura comercial, pesca, aterros sanitários, mineração e ambiente rural, exploração sexual e trabalho infantil na rua.

No período de 2001 a 2003 foram realizados 38 diagnósticos rápidos em 19 países e em área fronteiriça, cinco deles no Brasil e no Paraguai. Como

este tipo de levantamento de dados é uma tarefa delicada, sujeito a situações inesperadas, os pesquisadores adotam como método de trabalho, *a)* a seleção de informantes-chaves, geralmente adultos, apontados por organizações públicas e privadas e pessoas que, por seu nível de participação ou atividade, possuem informações qualificadas; *b)* localização das crianças e adolescentes explorados; *c)* realização de entrevistas semi-estruturadas (respostas abertas) com adultos, crianças e adolescentes, em espaços públicos, residências ou nos locais de trabalho dos entrevistados.

No **Brasil**, os diagnósticos rápidos foram realizados no Rio de Janeiro, com as crianças que estão trabalhando com o narcotráfico; em Belo Horizonte, Recife e Belém, os diagnósticos abrangeram o trabalho infantil doméstico; e, em Foz do Iguaçu, na fronteira do Brasil com o Paraguai, a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.

No Rio de Janeiro, o estudo feito pelo Instituto de Estudos Trabalho e Sociedade (IETS), a partir de 40 entrevistas, apresentou como principais características do narcotráfico *a)* a participação de crianças que pertencem às famílias mais pobres das favelas; *b)* escolaridade abaixo da média brasileira – hoje em torno dos 6,4 anos; *c)* a grande maioria das crianças envolvidas é negra ou parda; *d)* casam-se muito mais cedo do que a média dos adolescentes brasileiros; *e)* vivem com parceiros ou com amigos; *e)* acreditam em Deus, estão se aproximando das religiões Néopentecostais e se distanciam dos cultos africanos.⁵⁴

Nas três cidades brasileiras em que a instituição executora - Lúmen Instituto de Pesquisa/FUMARC/PUC de Minas - consolidou a pesquisa sobre TID, o processo foi acompanhado por uma ampla rede de instituições⁵⁵. A partir de 1.485 pesquisas e entrevistas foram identificados e caracterizados 1.029 meninos e meninas, adolescentes, famílias de origem e empregadoras. O estudo apontou que o trabalho infantil doméstico é realizado, majoritariamente, por meninas e adolescentes do sexo feminino, negras ou pardas, pertencentes a famílias cuja renda está na faixa de até dois salários mínimos e trabalhando para famílias com rendimento de até quatro salários mínimos⁵⁶.

⁵²Texto de Ramón Vivanco e Viviana Barrientos (Dados pesquisados pela ANDI/Brasília).

⁵³OIT - *Trabajo Infantil en los Países del MERCOSUR: Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Uruguay*, documento informativo, Peru, 1998.

⁵⁴OIT - *Crianças no narcotráfico: um diagnóstico rápido*, documento informativo, Rio de Janeiro, Brasil, 2002.

⁵⁵O estudo foi feito como parte do Projeto Subregional “Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil Doméstico em Casa de Terceiros na América do Sul”. Trabalhos similares foram realizados no Paraguai, Colômbia e no Peru, países que integram o projeto.

⁵⁶OIT - *O trabalho infantil doméstico nas cidades de Belém, Belo Horizonte e Recife: um diagnóstico rápido*, documento informativo, IPEC, Brasília, Brasil, 2003.

Brasil-Paraguai

O conjunto de estudos realizados pelo Programa Binacional para prevenir e eliminar a exploração sexual comercial nas cidades de Foz de Iguaçu e Ciudad del Este, na fronteira Brasil/Paraguai, incluiu dois diagnósticos rápidos. Em Foz do Iguaçu, as crianças e os adolescentes vítimas da exploração sexual comercial têm o seguinte perfil: iniciam-se na atividade entre os 6 e os 11 anos; a maioria não usa preservativos e nunca fez exames para detectar DSTs; são exploradas pela própria família; usam maconha e crack, principalmente,

seguidas de cocaína e cola; têm rendimento mensal entre 100 e 200 reais; a maioria trabalha na Ponte da Amizade⁵⁷. Foram entrevistados 27 informantes-chaves, 21 famílias e 60 crianças e adolescentes⁵⁸. As pesquisadoras concluíram que as informações coletadas levam a acreditar que existe uma rede de tráfico de crianças, adolescentes e mulheres em Foz do Iguaçu. Em geral, esse tipo de rede está ligada ao tráfico de drogas, de armas e a grupos vinculados ao crime organizado⁵⁹. Em Ciudad del Este, a menina explorada inicia suas atividades na rua entre os 14 e 15 anos, vive com familiares ou sozinha, sabe ler e escrever⁶⁰. ■

□ Niños marcharon contra el abuso sexual

□ Patricia Lima | Asunción

Castigo a los abusadores sexuales, control de la publicidad no apta para niños y eliminación de prostitución infantil fueron algunos de los pedidos que presentaron ayer en el Senado niños, niñas y adolescentes de 12 instituciones de Asunción, Central y Cordillera. En ocasión del Día Mundial de la Prevención del Abuso Infantil, un centenar de alumnos marchó desde la Plaza Uruguaya hasta el Panteón y de allí 30 representantes llegaron hasta el Parlamento donde participaron de una audiencia pública con el senador Luis Alberto Mauro, de la Comisión Derechos Humanos. La actividad fue organizada por BECA (Base Educativa y Comunitaria de Apoyo). Sentados en las bancas de los legisladores, los niños leyeron las cartas petitorias redactadas y firmadas por todos sus compañeros de curso. "Queremos que se atienda a los niños que son abandonados y explotados. Los propios padres encubren los casos de abuso y queremos que se investigue", dijo Liliana López, de 7° grado, de Itauguá. "Los niños trabajadores somos los que más sufrimos la marginación, en la calle, en nuestras casas mismas y de la policía que nos maltrata", sostuvo Aparecida Ramos, de 14 años, de la Organización de Niños y Adolescentes Trabajadores (ONAT). No todos los niños, sin embargo, confían en que sus pedidos serán canalizados. Al ser consultado sobre sus expectativas, Mariángeles Escobar, del 7° grado, afirmó: "Yo pienso que es como eso candidatos que prometen y no cumplen, espero que no sea así, pero es a lo que estamos acostumbrados". "No pueden decir que los niños son el futuro del país, si ni siquiera te ponen un escuclero donde aprender a escribir", remarcó. El senador Mauro, por su parte, en nombre de la comisión parlamentaria se comprometió a investigar los casos de abuso que sean denunciados y se ofreció a participar de otras audiencias.

⁵⁷ A maioria dos entrevistados é oriunda de Foz do Iguaçu, o que indica uma primeira ou segunda geração de crianças envolvidas com a atividade a partir do processo migratório, iniciado cerca de 20 anos atrás.

⁵⁸ Realizaram a pesquisa: Janicleide Lopes e Tânia Stoltz, com a ajuda de equipe treinada para coleta de informações. O relatório apresentado foi revisado e adaptado por Isa Ferreira, diretora do Programa Binacional de Prevenção e Eliminação da Exploração Sexual Comercial Infantil, da OIT.

⁵⁹ OIT - *Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes*, documento informativo, Foz de Iguaçu, Brasil, abril 2002.

⁶⁰ OIT - *Explotación Sexual Comercial de Niñas y Adolescentes*, documento informativo, Ciudad del Este, Paraguai, junho 2002.



O DEBATE SOBRE O TRABALHO INFANTIL NA SUB-REGIÃO



4

CAPÍTULO



uito tem sido escrito e discutido a respeito do tema trabalho infantil.

Na sub-região do Mercosul + Chile, os anos 80 e, especialmente, os 90, período de reconstrução das instâncias democracias pós-regimes militares, correspondem à emergên-

cia dos debates sobre direitos da sociedade, ao início do processo de reforma do Estado, de reestruturação do aparato produtivo industrial e à explosão dos sistemas de comunicação e das indústrias do entretenimento. São fenômenos de complexidades interna e externa aos países, portanto, intimamente inter-relacionados aos processos de globalização. É um período criativo, mas ao mesmo tempo de ajustes, tensões, reordenamento de códigos simbólicos, do mundo do trabalho, de diminuição do poder do Estado, emergência de outras subjetividades, explosão de instituições sociais ativas e de muito mais informação. Nesse cenário, as questões relacionadas ao trabalho infantil adquiriram um alto nível de visibilidade e, também, de opiniões divergentes. Compreender, portanto, as dimensões e sutilezas dessas perspectivas se faz necessário para os argumentos posteriores.

Em primeiro lugar, como sublinham Emilio Garcia Mendez e Hege Araldsen, ao debaterem as tendências e perspectivas do trabalho infantil na América Latina “existe um sentimento permanente de indignação moral abstrata, capaz de ser ativado, quando as circunstâncias assim o exigem, de efeitos imediatistas,

por aqueles que são portadores de uma ideologia assistencial-clientelista”.⁶¹ Esse grupo está igualmente propenso a se indignar com os assim chamados “excessos” percebidos em torno do tema. Pode-se configurar essa como uma tendência do “sim, porém...”

Em segundo lugar, existe a tendência dos que “defendem” o trabalho infantil. Como demonstram Garcia Mendez-Araldsen, são pessoas em geral progressistas, que argumentam no sentido da proteção da menina, menino e do adolescente, ou da necessidade de sobrevivência ou da afirmação deles como sujeitos sociais. Esse último argumento será de grande importância quando for analisado o impacto das questões relacionadas ao trabalho infantil visível e invisível, especialmente relacionado às meninas.

Uma outra tendência é a que considera, de forma indiscriminada, a categoria infância, sem incluir as diferenças de sexo, raça, gênero, extração sócio-cultural, renda familiar, se ela é migrante, da cidade, campo, serra etc. Essa tendência é especialmente importante nesta pesquisa e por isso será mencionada em distintos momentos. Mesmo a nomeação de “criança” (ou adolescente), enquanto categoria, implica em secretas cumplicidades entre o sentido do *universal* – posto em marcha pela Ilustração e pela globalização civilizatória – que nega toda particularidade que não seja a de indivíduo. “A” criança continua sendo um grupo de indivíduos atrás dos quais não são perceptíveis outras formas de relações sociais.⁶² A “neutralidade de gênero” é bastante comum em programas e políticas em vários países da América Latina, e é problemática, contudo, já que se sabe que os papéis a serem desem-

⁶¹ Emilio Garcia Mendez e Hege Araldsen – *Los Niños que Trabajan*, Cuadernos del Unicef, Argentina, 2000, pg.32.

⁶² Th. dos Santos – “A Globalização reforça as particularidades”, in *Território, Globalização e Fragmentação*, Hucitec, São Paulo, 1996, pg. 72.

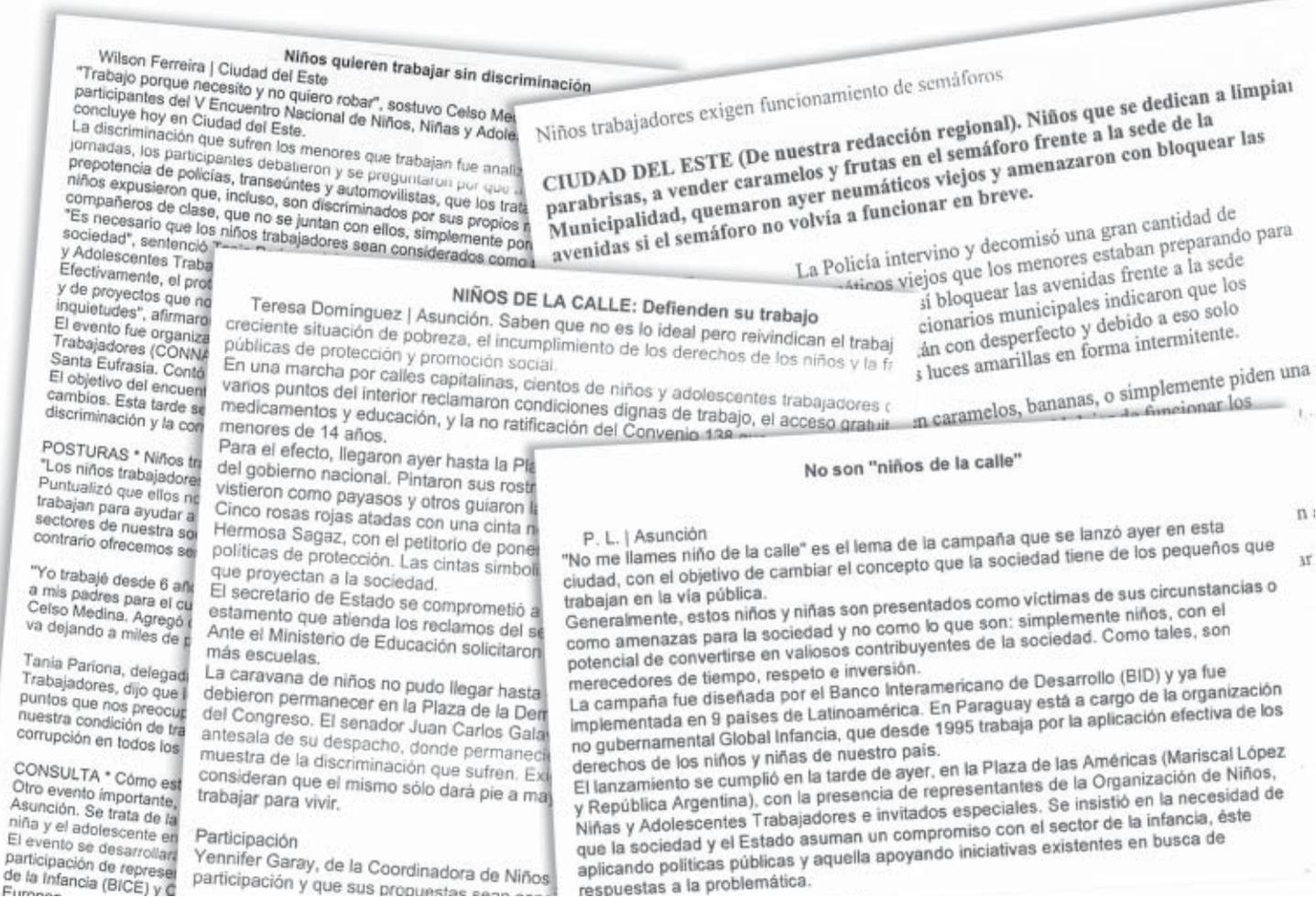
penhados, em relação ao gênero, são absorvidos em uma idade bastante tenra.

Garcia Mendez-Araldesen são enfáticos ao criticar a perspectiva dos enfoques etnográficos quando exploram “as histórias de vida” sem considerar que os problemas relatados são uma fotografia dos direitos violados e estão relacionados com questões políticas geradoras dessas mesmas histórias. Esse item é particularmente interessante para as análises do campo jornalístico e informacional. Em geral, a corrida pela notícia e a explicitação do “factual” se inserem nessa perspectiva, que é de focar a cena e esquecer o cenário. Em muitos casos, há uma tendência em insistir que esses problemas estão, invariavelmente, relacionados à pobreza, ignorando o outro lado, onde estão os mecanismos de concentração da riqueza.

Outra tendência apontada é a dos estudos históricos, quando eles apenas ratificam o caráter recorrente do tema, como se a situação das meninas, meninos e adolescentes tivesse permanecido invariável ao longo do tempo. Primeiro, porque as situações do mundo contemporâneo são sempre mais instáveis e cambiantes. Segundo, porque, do ponto de vista midiático, mesmo crianças pobres estão inseridas num outro imaginário coletivo, de desejo de consumo e informacional – diferente de qualquer outra época – e que pode contribuir ainda mais com o aumento do sofrimento humano dessas pessoas, a despeito da percepção de que tudo continua igual.

Resistências à erradicação do trabalho infantil

Entre as resistências à erradicação do trabalho infantil por parte de um certo pensamento conservador existem três tendências. Uma que insiste em não respeitar os acordos e convenções internacionais, porque as ações para a mudança podem gerar outras formas clandestinas de trabalho infantil. Uma segunda, que identifica na pobreza o nó da questão, portanto considera que, em países em desenvolvimento, a saída é melhorar a “qualidade” do trabalho infantil. Uma terceira tendência sustenta que os filhos dos pobres têm mesmo que trabalhar - para si, sua família e para construir um futuro diferente – ao contrário de transgredir leis e a sociedade. Essa tendência é uma das mais sutis dentro do pensamento conservador porque, além de transgredir em relação ao direito de ser criança, colabora para naturalizar a idéia de que aos pobres não resta outro destino senão trabalhar e trabalhar. E é um tema ainda mais delicado, quando se sabe que ele fundamenta a expansão do protestantismo evangélico na região. Só esse tema mereceria um campo próprio de análise. Vale lembrar, aqui, o argumento de Antonio Gomes da Costa “de que o principal problema do trabalho infantil é justamente não ser considerado socialmente



envolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social” propôs, em 1996, duas distinções: trabalho nocivo e trabalho formativo.

Trabalho nocivo é aquele que, para sua execução, coloca em risco o desenvolvimento integral e o bem-estar mediato ou imediato da infância e da adolescência.

Trabalho formativo é aquele que não somente não coloca em risco, mas promove o desenvolvimento das capacidades e habilidades de crianças e adolescentes. Ainda que excepcional – não comum – é cada vez mais notória a emergência de projetos de governo, empresários com responsabilidade social, fundações e organizações não governamentais atuando nessa área de apoio mais integral a crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil. Entre os países do Mercosul + Chile, todos estão começando a implantar atividades nesse campo. É no Brasil, entretanto, onde mais se desenvolvem experiências no campo das artes para crianças e adolescentes pobres ou retiradas do trabalho infantil por meio de projetos que envolvem distintas atividades (circos, balés, danças, música, sinfônicas, orquestras de crianças, grupos de teatro, pintura, artesanato, escolas de futebol, escolas de moda (nas comunidades afrodescendentes), de informática etc.). Esses projetos são dirigidos por pessoas das comunidades, ativistas de direitos humanos, instituições religiosas, ex-jogadores de futebol, ex-empresários, médicos, artistas, educadores, em prefeituras, escolas públicas, ONGs entre outros, que atuam como estímulo e espelho para a sociedade. Parte desses programas tornaram-se possíveis graças ao programa Bolsa-Escola e Peti, ambos de transferência de renda para as famílias carentes, conjugados com ações de empresários, governos, sociedade civil organizada, UNICEF, OIT, UNESCO e outras agências do sistema ONU. Vale ressaltar, para efeito desta pesquisa que, dessas ações participam publicitários, jornalistas, cineastas e empresários de comunicação, incluindo entre eles a Rede Globo de Televisão.

Com relação ao conceito de trabalho nocivo, o tema foi ampliado a partir de junho de 1999, quando se chegou a um consenso global, com apoio da OIT, para perseguir e eliminar as piores formas de trabalho infantil. O instrumento, ratificado pelos Estados-membros do Mercosul, é a **Convenção 182 sobre as piores formas de trabalho infantil**, já ratificado pelos países do Mercosul. Em outras palavras, significa que os Parla mentos do Mercosul aprovaram e se comprometeram a tomar medidas para a eliminação das piores formas de trabalho infantil para menores de 18 anos. Ao ratificar a Convenção

182, esses países comprometeram-se, ainda, com o seu cumprimento efetivo, aplicação de sanções, criação de mecanismos de controle e o estabelecimento de uma cooperação internacional.

As piores formas de trabalho infantil são:

1. Todas as formas de escravidão ou de práticas análogas à escravidão, como são a venda e o tráfico de crianças, a servidão por dívidas e a condição de servo, o trabalho forçado e obrigatório, incluindo o recrutamento forçado ou obrigatório de crianças para utilizar em conflito armado;
2. A utilização, o recrutamento e a oferta de crianças para a prostituição, a produção de pornografia ou atuações pornográficas;
3. A utilização, o recrutamento e a oferta de crianças para a realização de atividades ilícitas, em particular a produção e o tráfico de drogas;
4. O trabalho que, por sua natureza ou condições, é provável que prejudique a saúde, a segurança ou o moral das crianças;
5. Os trabalhos que se realizam embaixo da terra, dentro da água, nas alturas perigosas ou em espaços fechados;
6. Os trabalhos que se realizam com máquinas, equipamentos e ferramentas perigosas ou que exigem a manipulação ou transporte manual de cargas pesadas;
7. Os trabalhos realizados em lugares insalubres, em temperaturas, níveis de ruído ou de vibração prejudiciais para a saúde;
8. Os trabalhos que implicam em condições especificamente difíceis, como horários prolongados ou noturnos, ou trabalhos que retêm injustificadamente a criança nos locais do empregador.

A **Convenção 182** também exige dos governos que incorporem outras normas internacionais pertinentes, como as da OIT sobre substâncias tóxicas, cargas pesadas ou trabalho noturno. Os governos têm que informar periodicamente à OIT sobre a aplicação da Convenção e responder a todas as denúncias de violação do acordo.

O Brasil já acrescentou outras 82 normas e o Chile 62. Os demais países do Mercosul não haviam preparado o informe até meados de 2003.

A Convenção 182 está acompanhada da Recomendação 190, adotada junto com o Convênio e que

propõe maneiras de implementação do acordo nas legislações nacionais; programas de ação para crianças e famílias afetadas e a mobilização de campanhas de informação pública para a sociedade; que as piores formas de trabalho infantil são consideradas delito passível de sanção pelas legislações nacionais; e uma lista de medidas para formulação e seguimento de políticas públicas.

O Convenção reconhece que os resultados serão alcançados gradualmente.

Magnitude do problema

Segundo as estimativas da OIT, existem, no mundo, cerca de 352 milhões de crianças entre 5 e 17 anos envolvidas em alguma atividade econômica. Aproximadamente 246 milhões desempenhavam atividades que a organização considera trabalho infantil. Dessas, cerca de 171 milhões estavam em situa-

ções ou condições de trabalho qualificadas como "Piores Formas" e 8,4 milhões estavam, em 2000, envolvidas nas formas inaceitáveis de trabalho elencadas na Convenção 182 da OIT.

Com relação aos dados levantados por esta pesquisa⁶⁷ para a sub-região do Mercosul, estima-se que, da população atual de cerca de 238 milhões de pessoas (dados do sistema de informação sobre população da CEPAL) que vivem na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, 7,2 milhões são meninas, meninos e adolescentes envolvidos com trabalho infantil. Esses dados não são totalmente confiáveis não só porque os censos e as pesquisas domiciliares dos países ainda estão desenvolvendo indicadores para mensuração da situação, mas principalmente porque, mesmo com os indicadores oficiais, ainda ficam de fora as meninas, meninos e adolescentes sem registro de nascimento e, especialmente, meninas que trabalham em casas de terceiros. No Paraguai, estima-se que os indocumentados chegam a 250 mil para um universo de 6 milhões da população e, no Brasil, os dados empíricos indicam que cerca de 25 a 27% das crianças pobres, que nasceram nos anos 90, são indocumentados, portanto, não têm sequer acesso à escola ou aos programas oficiais de governo. Eles simplesmente não existem. No Brasil, segundo dados apresentados pela pesquisa da PNAD 2002, em 2002, no dentre as crianças e adolescente de 5 a 17 anos de idade, 12,6% eram ocupadas. O número de crianças de 5 a 14 anos de idade ocupadas continuou apresentando tendência de declínio, tendo apresentado redução de 3,8% de 2001 para 2002. A participação das crianças ocupadas no total do grupo etário de 5 a 14 anos de idade passou de 6,8% para 6,5% de 2001 para 2002. Em 1992 este indicador estava em 12,1%. Constatou-se ainda que o diferencial entre os gêneros foi mantido⁶⁸.

Para estudos relacionados às meninas que trabalham em casas de terceiros, ainda não existem estimativas confiáveis para a sub-região do Mercosul, embora várias ações estejam andamento. Por enquanto, elas simplesmente estão ocultas, em um mundo à parte da realidade formal do trabalho infantil.

São animadores, por outro lado, os dados brasileiros dos programas Bolsa-Escola e PETI, do governo federal, que incidem diretamente na mudança da situação. De 1996 a junho de 2003, cerca de 1 milhão e 100 mil crianças foram retiradas do trabalho infantil pelo PETI e de 2001 em diante cerca de 9 milhões estão sendo atendidas pelo Bolsa-Escola Federal para



⁶⁷ Foram consultados os institutos de pesquisa dos países-membros, mas, como foi explicado anteriormente, a região ainda não possui indicadores totalmente confiáveis.

⁶⁸Disponível em www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2002. Acesso em 11/02/2004.

frequêntarem a escola regularmente, sendo que, muitas delas, participam de outros programas de formação como os descritos acima. Os programas Bolsa-Escola e Peti serão analisados na secção sobre a importância da educação e do capital social e humano, com programas sociais de transferência de renda para as famílias e para a erradicação do trabalho infantil.

Pobreza, questões de gênero e outras causas inter-relacionadas

As causas são múltiplas e inter-relacionadas, mas ainda não existem estudos em questões de gênero relacionadas ao trabalho infantil e desigualdades de gênero.

Na década de 90 e segundo Alarcón⁶⁹, do UNICEF, as crianças e adolescentes “trabalham porque os ingressos monetários dos adultos não são suficientes para cobrir as necessidades básicas familiares. Entretanto, nem todas as famílias em situação de pobreza colocam seus filhos no trabalho”. Alarcón agrega “se a pobreza bastasse para explicar o trabalho infantil, nos países de estendida pobreza deveria existir mais crianças trabalhando, mas não é assim. Em termos percentuais, apenas um setor reduzido de todas as famílias pobres coloca seus filhos no mercado de trabalho. Se bem que a pobreza seja um fator decisivo, ela não é um fator suficiente para a existência do trabalho infantil e adolescente”. O que a pobreza estabelece é uma correlação entre a vulnerabilidade da família proporcional à vulnerabilidade da criança.

Assumindo uma posição semelhante a de Amartya Sen, no livro *Desenvolvimento como Liberdade*, de que o problema central é a incapacidade de desenvolver as próprias potencialidades, Alarcón analisa como é a “extrema precariedade econômica” que empurra as famílias e seus filhos a se ocupar de qualquer ofício, independente do grau de perigo que isso implica. Nessa situação, como já demonstraram também outros autores, a única ótica possível é a de curto prazo – trabalhar hoje para comer hoje – sem chances de pressupor conseqüências futuras ou de escapar do perigo, seja ele o trabalho de rua, de roça, de tráfico, da prostituição, de aliciamento para as drogas, de situações de semi-escravidão ou qualquer outro.

Alarcón não se omite em sua análise de mostrar algumas conseqüências do modo de vida daqueles que vivem em situação de extrema pobreza e sobre as quais

pouco se fala. Uma delas é a irresponsabilidade de alguns pais em relação ao cuidado de seus filhos, pois enquanto as crianças saem às ruas em busca de trabalho ou mendicância, sofrendo toda sorte de perigos, os pais permanecem em casa e sequer buscam trabalho. Irresponsabilidade essa que muitas vezes está assentada na depressão e na ausência da perspectiva de um futuro diferente para o próprio adulto. No caso das mães com prole numerosa, simplesmente não existe outra opção.

Outro ponto em que Alarcón toca com coragem é o das mães que acompanham à distância os filhos, enquanto eles trabalham horas intermináveis em mendicância, nas grandes cidades. Uma realidade que é tão complexa quanto a anterior, pois aumenta em toda região o número de famílias chefiadas por mulheres e o não compromisso dos homens, especialmente em situação de extrema pobreza, com sua própria prole. Trata-se, por tanto, de um ciclo que se fecha em si mesmo.

Indo ainda mais fundo no problema, Alarcón desvela o maltrato que alguns segmentos de crianças e adolescentes sofrem dos próprios pais se não regresam para casa com uma cota de dinheiro fixada arbitrariamente por eles. Esse tema permite ampliar duas análises pertinentes para essa pesquisa. Uma sobre o ciclo da violência e outra, sobre o valor monetário do trabalho infantil de crianças menores de 14 anos e de jovens com menos de 18. Segundo estudos anteriores do próprio Alarcón e outros pesquisadores, de 1996⁷⁰, apoiados em análises macroeconômicas realizadas pela CEPAL, Comissão Econômica para a América Latina/ONU, existe diferença entre os ingressos da criança e os do adolescente para a renda familiar. Em primeiro lugar, o ingresso da criança até os 14 anos é sempre menor que o do adolescente. Mesmo o do adolescente, de 13 a 17 anos, segundo a CEPAL, não é significativo. Entretanto, os adolescentes, de acordo com essa pesquisa, trabalham – quando conseguem trabalho – uma média de 41 a 56 horas semanais, em jornadas maiores do que as normatizadas para os adultos. Em segundo lugar, ainda que milhões de crianças e jovens trabalhem, isso não tem impacto na redução da pobreza⁷¹, nem na familiar, nem na global. Para as famílias, crianças e o mundo infanto-juvenil ligado à pobreza, o trabalho continua sendo apenas uma estratégia de sobrevivência.

O ciclo da violência, por outro lado, é como o “buraco negro” estudado pela cosmologia que,

⁶⁹Walter Alarcón - Idem, ibidem, pg. 7 a 11.

⁷⁰W. Alarcón e M.C. Salazar (orgs.) – *Mejores escuelas, menos trabajo infantil. Trabajo infanto-juvenil y educación en Brasil, Colombia, Guatemala, Ecuador y Perú*, UNICEF/TACRO/Inocenti, Bogotá, 1996.

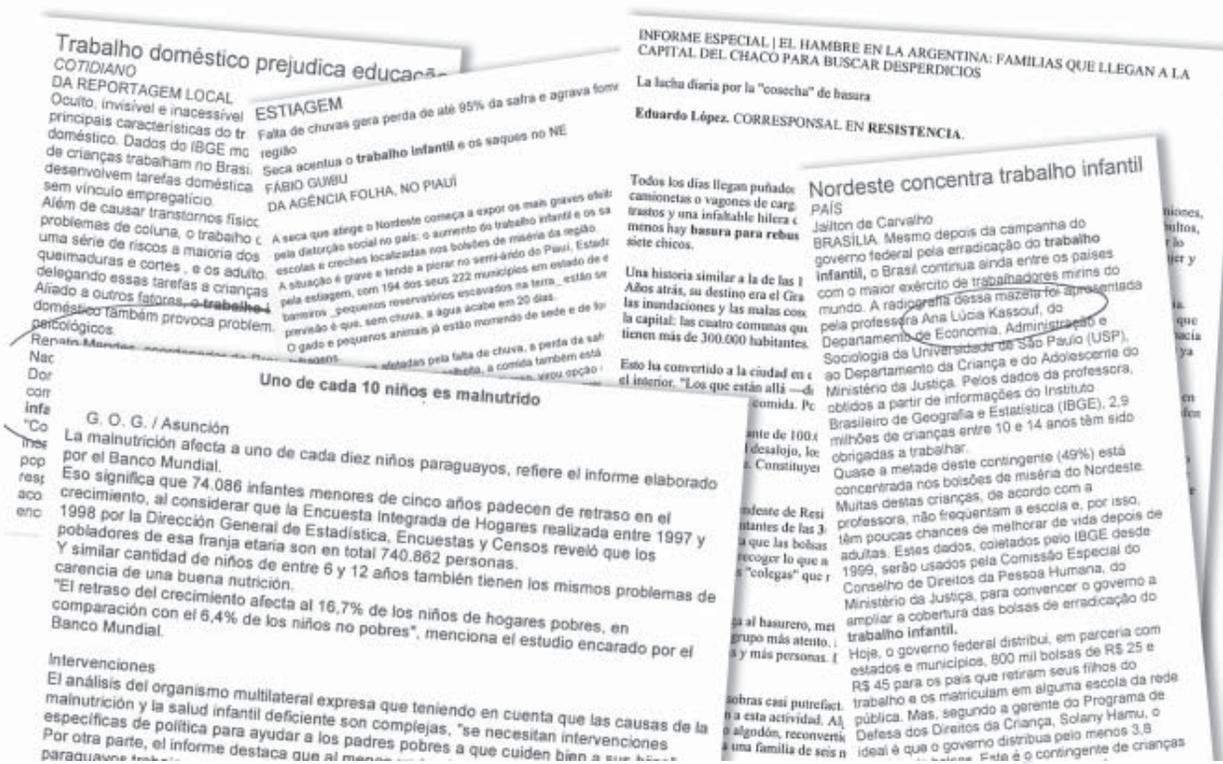
⁷¹W. Alarcón – *El Trabajo de Niños y Adolescentes en America Latina*, op.cit. pg. 30

metaforicamente, autodevora tudo o que está a seu redor. Nesse caso, devora ciclos inteiros de vidas. Segundo estudos do chileno Humberto Maturana e sua equipe – que estudam as emoções – não existe possibilidade de apreender a realidade como uma verdade objetiva, pois a realidade está constituída por diferentes operações de distinção que cada pessoa conhece e constrói. Portanto, se aqueles que nascem e vivem em situação de violência não têm acesso a outro tipo de realidade, eles tendem a validar a percepção sobre si mesmo e impor sobre o outro aquilo que é a sua realidade emocional construída, reconstruindo-se permanentemente através deles, os ciclos da violência. Assim, o que é saudável, bom, normal ou anormal está ditado por essa percepção da própria realidade de si próprio. O tema referente à informação instantânea – quando não permite reflexão – é tratado apenas como um retrato da violência pela violência. De acordo com esse tipo de análise, ela tende a ser, como na metáfora do “buraco negro”, uma informação a mais no contexto que alimenta a própria percepção das pessoas sobre a violência. É aí que ela é mais efetiva. Além disso, ao se expor a violência que parece ser só do outro, corre-se o risco de cair na armadilha “inconsciente” de negação desse “outro”⁷².

Trabalho infantil, pobreza e escola

Se os anos 90 amanheceram com a indignação ativada diante do desrespeito aos direitos humanos, o começo do século 21 – nos países latino-americanos – amanheceu perplexo com a extensão, a causa e as conseqüências da pobreza que tende a ser endêmica, e compreendendo melhor as conseqüências educacionais, morais, ética, institucional, fazendo desse caldo uma sopa difícil de digerir. As questões de gênero não fazem parte dos debates sobre pobreza, trabalho infantil e situação da mulher. Os argumentos até o final dos anos 90 são universalistas e utópicos.

Nos anos 90, os principais trabalhos de pesquisa da região mostraram fartamente que o trabalho infantil está relacionado com a pobreza (mas não só), e com a escola (mas não só). Esses argumentos encontram-se nas obras de Emilio Garcia Mendez, Antonio Carlos Gomes da Costa, Walter Alarcón, entre outros. Basicamente, constatou-se que era impossível tratar da erradicação do trabalho infantil como um fim em si próprio e que só com a universalização da educação básica seria possível estabelecer outro patamar social para permitir o ingresso das crianças e adolescentes no mercado de trabalho. Mas que seria necessário, além da escola básica para todos e to-



⁷²Humberto Maturana – “Biología e Violência”. In: *Violencia en sus distintos ámbitos de expresión*, Dolmen Ediciones, Santiago, 1997, pg.87

das, a construção de bases mais sólidas de apoio às famílias mais pobres. De fato, em nenhum outro período histórico da região, foi realizado tanto empenho para garantir escola gratuita para todas as crianças da área urbana e rural com resultados notáveis. As taxas de matrículas primárias para os meninos da região atingiram 92% e para as meninas 86%, segundo os estudo de M.C. Salazar, publicado em 1999.⁷³

Esse argumento contava com o apoio de distintos institutos de pesquisa. O Relatório da CEPAL, de 1995, sobre as Repercussões do Trabalho Infantil, por exemplo, mostrou que colocar as crianças na escola e oferecer apoio às famílias de baixa renda seria mais rentável para o futuro da região do que o investimento direto em programas de apoio assistencial. Outros esforços foram realizados, especialmente na área rural, com participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), onde se detectou que apenas 22% da população da região vive fora das cidades. Programas de implementação de escolas rurais foram criados, porém ainda falta avançar nessa área, pois trata-se de um mundo absolutamente heterogêneo cultural e economicamente e que emprega de formas também heterogêneas a mão de obra do trabalho infantil, tanto em atividades tradicionais familiares quanto de agricultura moderna.

Foi demonstrado ao longo dos anos 90, com vigor, que a meta está correta, apesar das dificuldades. O Informe da CEPAL para o Século XXI, de 2002, faz, entretanto, outro alerta. Anuncia que 9 entre 10 crianças e adolescentes da região têm acesso, atualmente, à educação primária. Mas os níveis de educação são muito baixos se comparados aos padrões mundiais. Aumentou a taxa de deserção escolar e para se alcançar os Objetivos do Milênio é necessário diminuir significativamente a evasão escolar.

Shiefelbein, Irene Rizzini⁷⁴ e outros pesquisadores já haviam alertado para este problema. Num trabalho magistral, “Deserdados da Sociedade, os meninos de rua da América Latina”, Irene Rizzini⁷⁵ desvela o sonho de estudar de crianças e adolescente, a impotência diante do trabalhar e do estudar, como o ano letivo inicia-se pleno de frequência escolar e como vai diminuindo durante o semestre letivo, até que os próprios professores acabam sugerindo aos

alunos para que tentem no ano seguinte. Schiefelbein, por outro lado, apresenta um argumento irrefutável, segundo Alarcón, ao assinalar que 80% dos alunos de baixa renda não conseguem entender os textos escritos, mesmo depois de terem cursado até o sexto grau.⁷⁶ A própria CEPAL, no informe de 1995, Panorama Social da América Latina, já havia alertado para o fato de que mesmo estudando, as crianças e adolescentes de baixa renda que trabalham estão sempre com anos de atraso em relação aos que não trabalham.

A busca de solução para esta magnitude do problema mostrou, já no final dos anos 90, que a resposta só poderia ser encontrada através do envolvimento de *todos* os setores da sociedade com os governos e com os segmentos excluídos pela pobreza extrema.

Mudança no debate sobre as responsabilidades

Portanto, o centro do debate e, conseqüentemente das ações, mudou de foco. Do ponto de vista do Estado, enfraquecido pelas reformas, a pergunta é como constituir um conjunto de normas institucionais transparentes que permitam uma mudança das políticas e a predisposição para uma atuação conjunta dos atores governamentais, empresariais, políticos e sociais, a fim de que os direitos legais se apliquem na mudança da vida das pessoas. Pelo lado das empresas, o desafio é como e por meio de quais instrumentos se pode ampliar a responsabilidade social que lhes toca em todos âmbitos, inclusive de transparência e da promoção do desenvolvimento sustentado. Pelo lado social, como construir espaços de empoderamento dos movimentos sociais, ONGs e terceiro setor na tarefa de mobilização pelo fortalecimento das políticas públicas locais e nacionais.

Esse debate pulsante toca em pontos relevantes para os cenários tanto do fortalecimento do Mercosul, como das políticas que estão sendo empreendidas no campo do combate à pobreza, da mudança de rumo nos programas de educação e para os programas de erradicação do trabalho infantil⁷⁷.

⁷³ Salazar, M.C. – *Trabajo Infantil y Educación en América Latina: algunos avances y efectos de las políticas educativas en la década de 1990*. apud Walter Alarcón., *op. cit.*

⁷⁴ E. Shiefelbein – “Incentivos econômicos a la escuela en América Latina”. *Reducir la deserción y rePetición escolar y combatir el trabajo infantil*, en: *Realidad y Utopia*, no. 2, Lima; e Irene Rizzini et al. – “La fuerza de la infancia no está en el trabajo”. In *Mejores escuelas, menos trabajo infantil*, Unicef, Colombia, 1996.

⁷⁵ Irene Rizzini – *Deserdados da Sociedade: os meninos de rua da América Latina*, Universidade Santa Úrsula, Rio de Janeiro, 1995.

⁷⁶ Walter Alarcón - *Op. cit.* Pg. 32.

⁷⁷ Referências bibliográficas e bibliografia complementar recomendada para este tema encontra-se no final do trabalho, às pp. 135 e 144, respectivamente.

Embora não seja objeto desta pesquisa, alguns pontos desse debate podem ampliar a compreensão dos novos cenários trabalhados a partir da próxima seção. Um primeiro ponto é, se a pobreza tende a ser endêmica: investindo no capital humano é possível gerar transformações e oportunidades reais para os mais pobres, na linha argumentativa de Amartya Sen. Investir no capital humano depende de vontade política do Estado, do combate à corrupção que tira do pobre e transfere riqueza para os ricos, de mudanças na gestão do governo em direção à transparência e à normatização de espaços e condições para o envolvimento da sociedade e do seu capital social na construção de processos democráticos e participativos.

Está presente no centro dessa discussão o reconhecimento do potencial do capital social para atuar em redes na trama social, sob o pressuposto da confiança, da reciprocidade e cooperação, determinantes para se construir processos de co-responsabilidade e pro-atividade entre todos os envolvidos. Algumas análises mostram como a construção da confiança e da transparência têm sido determinantes para ampliar a participação social no redesenho das políticas educacionais para o combate da evasão escolar e nos programas para a erradicação do trabalho infantil.

Mesmo os setores mais críticos a respeito dessa estratégia de combate à pobreza estão de acordo quanto ao aspecto positivo dessa proposta, que visa a inclusão social, contribui para o empoderamento dos setores sociais, para o aprendizado da tomada de decisão e para a democratização da esfera política, pontualizando, por outro lado, que esses processos devem contar com a participação do Estado e do setor privado para não fracassarem e também do sistema ONU e agências bilaterais. Em suma, terá de ser um esforço conjunto e co-responsável.

As questões sobre ética e gênero neste novo debate

Outro tema dessa discussão, interessante para esta pesquisa, é o papel que desempenham as dimensões étnicas e de gênero que as acompanham. São discussões que tratam, basicamente, de três pontos. Um delas trata da necessidade de reconhecimento das identidades ocultas até agora, pois de acordo com pesquisas empíricas – os indicadores estão em construção – que mostram a concentração da pobreza entre mulheres, afrodescendentes e populações indígenas. Conseqüentemente, com um impacto mais forte sobre as crianças e adolescentes desses segmentos. Uma segunda linha de debate mostra como a participação da mulher, no

âmbito local, é fundante para a eficácia das políticas públicas, inclusive dos programas de erradicação do trabalho infantil. É expressivamente maior o trabalho voluntário da mulher no local se comparado ao do homem. Os pesquisadores do tema mostram, inclusive, como o nível de escolaridade da mulher pobre – de todas as etnias – tem relação com o tratamento dado às crianças e com a dedicação delas à escola; uma terceira linha de debate, a mais difícil de ser instalada na esfera política, está relacionada a um dos temas desta pesquisa: a do *gender mainstreaming*. Ou como gerar políticas públicas, com participação social, que contribuam para o aumento da presença da mulher e do protagonismo infanto-juvenil nas esferas de decisão, nas mudanças curriculares para ir construindo mudança de mentalidade a partir da formação da criança sobre as questões de gênero, para incidir nas políticas de saúde, moradia, propriedade da terra, geração de renda (pois todas elas afetam diretamente às crianças pobres), para aumentar o poder de decisão da mulher nos debates do Mercosul e das questões de gênero, entre outras.

Em suma, o debate sobre os direitos da criança e do adolescente sofre um deslocamento de espaço no início deste século, deixa de ser apenas uma questão dos interessados e sensibilizados pelo tema e se amplia para incorporar outros atores como conseqüência de um novo debate emergente na América Latina, o da pobreza, que exige ações acordadas entre todos os âmbitos da sociedade – incluindo os do Mercosul, enquanto área estratégica.

É dentro dessa perspectiva que se insere esta pesquisa, ao procurar relacionar trabalho infantil e gênero, nos meios de comunicação do Mercosul. Dito de outro modo, como todos os setores envolvidos nas três áreas podem construir novas pontes, outros laços e redes para se combater, desde outra perspectiva, a pobreza, o trabalho infantil e a mudança de mentalidade em relação às questões de gênero no marco das políticas dos países-membros do Mercosul + Chile.

Tomou-se como referência dois programas que têm relação com os países do Mercosul para efeito da análise gênero e pobreza, que interessa a esta pesquisa. Os programas são o Bolsa-Escola Federal, de transferência de renda para evitar a evasão escolar e o PETI, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, ambos implantados pelo Estado brasileiro.

PETI

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) é um projeto do governo brasileiro, criado em

1996, inicialmente para impedir o trabalho infantil no estado do Mato Grosso do Sul. Posteriormente, foi ampliado para todos os estados brasileiros e as metas para 2003 são de atendimento a 1 milhão 113 mil crianças, em mais de 2.600 municípios. O PETI é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e é um dos programas estratégicos do governo federal para promoção da redução da vulnerabilidade da criança, transferência de renda e combate às piores formas do trabalho infantil. É também o mais eficaz e estruturado programa em nível nacional, pois identifica a oportunidade, dá segmento, apóia pedagogicamente e monitora, permanentemente, o processo.

O programa destina-se às famílias carentes com crianças que trabalham para ajudar no orçamento doméstico, muitas vezes em atividades insalubres e condições precárias. Com o programa, as crianças se dedicam apenas aos estudos. Para participar do PETI, cada Estado, através do órgão de assistência social, realiza primeiro um levantamento dos casos de trabalho infantil na região com apoio da comunidade. O levantamento é apresentado às Comissões Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, que estabelecem as prioridades de atendimento, contemplando os municípios mais pobres ou as áreas de atividade insalubre.

Aprovado o pedido pelo Ministério, é feito o cadastro único, seleção e contratação de monitores que trabalham com as crianças, documentação da família, escolha de espaços físicos para a implantação de jornada ampliada de atividades e organização de transporte para as crianças, principalmente da área rural. O objetivo do PETI é atender crianças entre 7 e 14 anos, que trabalham em atividades consideradas perigosas ou penosas de acordo com a portaria no. 20 do Ministério do Trabalho, ou seja, especialmente em carvoarias, olarias, corte de cana e colheita de fumo.

As famílias residentes em áreas urbanas têm direito a uma bolsa no valor de 40 reais ou 14 dólares por criança inscrita no programa. Na área rural, é pago R\$ 25 reais ou aproximadamente 8 reais por criança. Além disso, o programa destina outros R\$ 20 reais ou aproximadamente 6 dólares a mais para as crianças da área rural e outros R\$ 10 reais ou cerca de 3 dólares para as crianças da área urbana, destinados à chamada Jornada Ampliada – de ações esportivas, artísticas e culturais desenvolvidas pe-

las crianças no período em que não estão na escola. Esses recursos são repassados ao município, que promove e mantém a Jornada Ampliada.

Para pertencer ao PETI, as famílias precisam cumprir compromissos com o governo: as crianças devem ter frequência mínima de 75% na escola e na jornada ampliada; não podem continuar trabalhando nas atividades de risco e as famílias devem participar das ações socioeducativas oferecidas às crianças. O controle é feito por agentes da prefeitura local com apoio de fiscalização das comissões das Secretarias do Trabalho e o pagamento é suspenso quando as exigências não são cumpridas.

Participam dessa ação o governo federal – envolvendo o Ministério do Desenvolvimento, o Ministério do Trabalho e Emprego, que participa da fiscalização através das Comissões e das Delegacias Regionais do Trabalho, o Legislativo (deputados, senadores, comissões de trabalho) que vota o orçamento plurianual com recursos advindos do Fundo de Erradicação do Combate à Pobreza⁷⁸, os governos estaduais que implantam programas e comissões de segmento e avaliação, as prefeituras locais, responsáveis pela identificação e registro do trabalho infantil, ampliação e melhora das condições de ensino para essas crianças, equipes de gestores para a jornada ampliada, voluntários, ONGs, famílias, a comunidade e a mídia, especialmente a local, regional, rádios comunitárias, com impacto nos meios massivos.⁷⁹ A participação dos empresários se dá de forma indireta, pelas campanhas de esclarecimento, apoio às ONGs e às comunidades e conta com apoio focado tanto da OIT, como UNICEF, que atuam junto ao governo (Ministério do Trabalho e Emprego, Secretaria Especial dos Direitos Humanos), com as ONGs e na produção de pesquisa e indicadores.

O pagamento da bolsa é feito mensalmente às mães de família, pelas agências de correio ou bancos oficiais. A avaliação realizada no final da gestão do governo anterior mostrava que 74% dos municípios afirmaram que houve redução no índice de evasão escolar após a implantação do PETI; 62% informaram que houve redução no índice de repetência; 63% informaram que houve aumento no índice de aprovação escolar; e 94% destacaram que houve melhoria na capacidade de ler, escrever e interpretar das crianças.⁸⁰

⁷⁸O orçamento previsto para 2003 é da ordem de US\$ 87 milhões, 5% menor que o do ano anterior.

⁷⁹Em agosto de 2003, a ANDI apoiou a Rede Globo de Televisão na realização de um *Globo Repórter* sobre Trabalho Infantil. O programa foi exibido no horário nobre, à noite. Além disso, a ANDI tem ação indireta, monitorando o tema na mídia escrita, capacitando jornalistas de todos os meios de comunicação, em nível nacional e regional, para a melhora e qualificação do tratamento do tema das reportagens.

⁸⁰Documento disponível no site www.assistenciasocial.gov.br/PETI

O programa “Bolsa-Escola”, agora parte do Bolsa-Família⁸¹

Foi pensado em 1987, no bojo das discussões brasileiras sobre direitos humanos, por uma equipe de educadores liderados por Cristovam Buarque, então reitor da UnB, Universidade de Brasília e atual ministro da Educação do governo Lula. Nos anos 90, ele foi incluído nas discussões do *programa renda mínima*, mas acabou sendo implantado somente a partir de 1995, em Brasília, quando o então reitor da UnB foi eleito governador do Distrito Federal. Em 2001, em meio a grandes debates políticos, o programa foi incorporado pelo governo e implantado em todo o país, com o nome de Bolsa-Escola Federal. Daí a existência de duas vertentes do programa, a Federal, do governo brasileiro e o Bolsa-Escola Cidadã, da equipe que desenhou o projeto.

O Bolsa-Escola Federal é um programa do Ministério da Educação e visa a combater a pobreza, transferir recursos às famílias de baixa renda para combater a evasão escolar. Está relacionado com o Bolsa-Escola Federal o programa FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento da Educação e Valorização do Magistério, que visa qualificar os professores para qualificar o ensino e universalizar o acesso. Já em 2001 os dados do censo mostraram que 97% das crianças freqüentavam a escola, mas isso não significava que os problemas mencionados anteriormente sobre qualidade do ensino e evasão escolar tenham sido resolvidos. O Bolsa-Escola Federal está menos estruturado nas esferas de governo, tem menor capacidade de controle, monitoramento e avaliação e não desenvolve atividades de complementação extra-curricular.

O Bolsa-Escola tem como meta atingir cerca de 10 milhões de crianças entre 6 a 15 anos de idade no ano de 2003, integrantes de mais de 5 milhões de famílias com renda per capita de até 30 dólares mensais. A grandiosidade dos números ilumina, nesse caso, o tamanho da pobreza e da concentração de renda no Brasil. Dos 5.561 municípios brasileiros, mais de 5 mil e quinhentos já são atendidos pelo programa. O orçamento anual de mais de US\$ 600 milhões vem do Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza, cujos recursos são arrecadados por meio de um imposto sobre circulação do dinheiro e dos cheques transacionados através do sistema bancário. Cada criança recebe, mensalmente, o correspondente a cerca de 5 dólares, limita-

dos a um máximo de três crianças por família e a um benefício de 15 dólares ou metade da renda mensal familiar.

O ensino primário no Brasil foi praticamente des-centralizado e é da responsabilidade dos municípios. Para participar do programa, os municípios devem instituir por meio de lei um programa de renda mínima local vinculada à educação, criar por lei um Conselho de Controle Social, no qual deve haver representatividade paritária e a presença das instituições que trabalham pelos direitos da criança e do adolescente no local, que funciona em poucos municípios por enquanto.

Para receber o benefício é exigida a freqüência mínima da criança em 85% das aulas, a fim de garantir o princípio da assiduidade como fator de rendimento e não-evasão escolar, especialmente os da área rural, onde estão se criando escolas e transporte local. Como todo programa de grande envergadura, ele tem sido alvo de críticas e adesões de amplos setores da sociedade e dos meios de comunicação. É um programa em debate, que deve sofrer mudanças no governo Lula, pois está em estudo a unificação de todos os projetos de combate à pobreza e transferência de renda direta e indireta (que incluem ainda o vale-gás e o vale-alimentação, além do PETI, Bolsa-Escola e das novas estratégias para o Fome Zero, Primeiro Emprego e Programa de Geração de Renda).

Em agosto de 2003, os governos do Brasil e Paraguai assinaram acordo bilateral, através do qual o Brasil se compromete a transferir a tecnologia e apoiar na implantação do Bolsa-Escola Federal naquele país.

O Bolsa-Escola Cidadã

Que interessa por suas particularidades - é um programa não-governamental, coordenado pelo Missão Criança e por uma equipe que se mantém fiel aos princípios fundantes do projeto, criado em 1986, por professores da Universidade Nacional de Brasília. Ele atende cerca de 2 mil e trezentas crianças de mais de mil famílias em 17 estados brasileiros. Seu objetivo é a erradicação do trabalho infantil principalmente de crianças de rua e as que trabalham nos lixões. Cada família – também através da mãe - recebe cerca de 25 dólares mensais. O Bolsa-Escola Cidadã trabalha com ONGs, governos locais, implementa Atividades Comple-

⁸¹ Durante o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi feita a unificação de todos os projetos voltados para o combate à pobreza (Bolsa-Escola, Auxílio Gás, Bolsa-Alimentação e Cartão Alimentação) por meio da transferência de renda, direta e indiretamente, destinada às famílias com renda per capita de até R\$ 100,00 mensais. Dessa forma, o Bolsa-Família, numa gestão coordenada e integrada, pretende dar proteção integral à família e não somente a seus membros isoladamente, associando à transferência do benefício financeiro o acesso aos direitos sociais básicos - saúde, alimentação, educação e assistência social.

mentares (artísticas e de esporte), capacita professores e gestores, pesquisa modelos pedagógicos de ensino. Uma das estratégias do projeto é não distinguir atividades de formação para meninos e meninas, cuidando assim da não-reprodução das discriminações. Outra, é trabalhar com ONGs locais, voluntários, movimentos sociais e a comunidade. Com ajuda das ONGs, o programa é permanentemente monitorado e avaliado, sofrendo adaptações segundo as necessidades locais. Por exemplo, na cidade de Valparaíso (Estado de Goiás), 90% das mães do programa eram analfabetas e não conseguiam acompanhar as necessidades da criança na escola nem gerir o recurso. Com apoio da secretaria de educação local foi implantado um programa especial de alfabetização para essas mães. Quanto aos recursos, eles são atualmente enviados para uma conta bancária em nome da mãe. Ela pode sacar na Caixa Econômica (do governo) e nas casas lotéricas filiadas. Todos o processo visa a inclusão social e de cidadania da mulher que, a médio e longo prazo, tende a contribuir para mudanças de paradigmas.

O programa Bolsa-Escola Cidadã participa também, por meio de convênio com a Agência Brasileira de Cooperação, ligada ao Ministério de Relações Exteriores, assessorando instituições do Chile e da Argentina, países-membros do Mercosul. Até outubro de 2003, com apoio da Itaipu, hidrelétrica bi-nacional Brasil-Paraguai, será implantado um programa similar em Ciudad del Este, área de fronteira, para atender 300 famílias de paraguaios e 300 famílias de brasileiros, onde a situação do trabalho infantil e das meninas que participam do comércio sexual é realmente dramático.

No Brasil, o Bolsa-Escola Cidadã atua em parceria com a USAID, Agência de Desenvolvimento Norte-Americano, que financia as famílias, ao mesmo tempo em que desenvolve atividades com apoio técnico da OIT, UNICEF e UNESCO, todas do sistema ONU.

Para efeito desta pesquisa, interessa sublinhar alguns pontos dos programas PETI e Bolsa-Escola.

Desde a sua concepção inicial, ambos programas foram pensados como de transferência de renda sob a responsabilidade da mulher, ou seja, para a mãe de família pobre (o pai ou responsável recebe o recurso em situações especiais). Mensalmente, é a mulher quem retira o benefício e cuida da gestão do dinheiro. A decisão de fazer da mulher o agente principal foi baseada em pesquisas que mostravam a mulher como mais criteriosa no uso do recurso familiar para os filhos, mais presente no acompanhamento da criança na escola, na comunidade e quem cobra mais eficiência do setor público e das ações em comunidade. Ao

mesmo tempo, sabia-se que cerca de 92% dos professores do ensino fundamental no Brasil são mulheres, facilitando as pontes de interconexões para a formação do capital humano e social.

Pontos para um novo diálogo

É possível erradicar – no sentido de eliminar, acabar com o trabalho infantil sem empoderar a mulher (e a menina) e sem erradicar a pobreza? Sem desconstruir os estereótipos, os papéis de gênero, sem influenciar numa educação equitativa entre meninos e meninas, além do aspecto formal pedagógico e, por outro lado, sem construir indicadores com variáveis de gênero e instrumentos que permitam verificar nos desenhos das políticas públicas (incluindo as de comunicação) a equivalência de direitos entre meninas e meninos, homens e mulheres?

A pergunta de fundo é qual o impacto que a pobreza tem para a mulher e a menina e para o homem e o menino? E mais, qual o impacto se elas e eles são da extração urbana, rural, migrantes, afrodescendentes, indígenas, mestiços, pardos? De acordo com os estudos de gênero e pobreza só com o empoderamento da mulher e políticas públicas equitativas em todas as áreas é possível construir pontes duradouras para a mudança desse cenário de pobreza quase endêmico da região – com exceção do Chile – que afeta, diretamente, as crianças e o trabalho infantil.

De acordo com o Panorama Social da América Latina, 1999-2000, da CEPAL, ainda que a pobreza tenha sido reduzida na última década em 4% do universo total, os dados prevêem um incremento da deterioração social e econômica, assim como das crises que fazem aumentar a pobreza.

Embora seja questionável a informação da feminização da pobreza, porque os dados são empíricos, existe uma constatação de que a incidência da pobreza em famílias chefiadas por mulheres é maior do que em famílias chefiadas por homens e a tendência registra um aumento das famílias chefiadas por mulheres. Ao mesmo tempo, em todos os países da América Latina e, portanto, em todo o Mercosul, a proporção de mulheres pobres é maior entre a população pobre.⁸²

Os estudos de gênero apontam ainda – como mostra Sonia Montaño, chefe da Unidade da Mulher, da CEPAL – uma riqueza de conhecimentos sobre as características e impactos diferenciados que têm a pobreza sobre homens e mulheres, conseqüentemente,

⁸² Sonia Montaño – “Políticas para el empoderamiento de las mujeres como estrategia de lucha contra la pobreza”. In: *Capital Social y Reduccion de la Pobreza en América Latina y Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. CEPAL, Chile, 2003, pg.361.

sobre as crianças e adolescentes e como esses estudos oferecem uma evidência sobre a maneira como a pobreza gera maiores vulnerabilidades e exclusões entre as mulheres e suas famílias. Assim, são menores as oportunidades que têm as mulheres pobres em comparação aos homens pobres para superar os obstáculos da pobreza. Por isso “o conjunto da participação feminina desempregada, que está no mercado de trabalho, é desproporcional e afeta particularmente as mulheres pobres. Em 1990 eram 11.8% e em 1999 eram 19.2% a mais que os homens.” A autora aponta que o ingresso feminino no mercado de trabalho gera impacto positivo para a redução da pobreza.

Esse estudo, apoiado por vários outros, analisa como a presença da mulher é crucial, especialmente das mais pobres, nos programas de combate à educação, pobreza, saúde comunitária, mães crecheiras, microcrédito e outros, executados por governos, ONGs, igrejas e organismos de desenvolvimento. Elas representam um enorme capital social – são um recurso gratuito – não suficientemente reconhecido, pois elas fazem parte da “economia do cuidado” – conceito empregado por Diane Élson e Pierre Bourdieu – que significa “cuidar” da casa, da família, da comunidade, do outro, em ciclos que se reproduzem ao longo do tempo da vida das mulheres. Elas aprendem que a vida é assim e reproduzem o modelo aprendido, portanto, há uma naturalização desse modelo de procedimento, aceito pela mulher e pelo homem. A mulher ensina o que aprendeu e o homem também. Esses estudos revelam, ainda, como a exclusão da mulher – pobre e não pobre – é uma consequência dos estereótipos de gênero. Pois o “cuidar” é um trabalho “invisível” – e não reconhecido – aos olhos da família, de um mercado não equitativo e de um Estado que não distribui igualmente os recursos (econômicos, legais, institucionais) entre homens e mulheres. Um exemplo da discriminação de gênero e do papel do Estado na distribuição equitativa de direitos e de recursos é o caso das trabalhadoras rurais brasileiras que apenas no começo do século XXI adquiriram o direito à propriedade de terra no Brasil. Assim mesmo, porque as mulheres se organizaram no campo e adquiriram poder de negociação.

Os estudos sobre a pobreza e as questões de gênero permitem outros enfoques. Em Amartya Sen pode-se perceber que a pobreza da mulher não é apenas uma questão de privação de recursos econômicos, é também ausência de oportunidades para que ela compreenda suas chances de participação

e de desenvolvimento de suas capacidades. É desse patamar que ela adquire capacidade para incidir de outra forma na educação dos filhos, na relação dela e deles com a família, com a comunidade e nos modelos de combate ao trabalho infantil. Sem isso, os ciclos continuam se repetindo ao longo do tempo e das gerações e a intervenção exigirá sempre programas mais sofisticados.

Gita Sen⁸³, uma indiana, analisa como a ausência de empoderamento da mulher pobre fez fracassar, ao longo do tempo, vários programas bem intencionados de estratégias de transferência de renda e de erradicação da pobreza (e, conseqüentemente, do trabalho infantil). O argumento dela é que a mulher só consegue romper o ciclo – e, portanto, as conseqüências para si e para sua família – quando ela é empoderada. Por empoderamento se compreende, em primeiro lugar, a relação com o poder. Poder, como demonstrou Michel Foucault não é natural, mas construído socialmente. Portanto, trata-se de mudar as relações de poder das pessoas que têm pouca autoridade sobre si próprias (a mulher, assim como a menina, aprende desde cedo que ela tem menos poder que o homem). Para Gita Sen empoderar-se significa “possuir dois aspectos centrais: controle sobre os recursos (físicos, humanos, intelectuais, financeiros e o do seu próprio ser enquanto pessoa – argumento que também se encontra em distintos estudiosos de educação, como Paulo Freire) e controle sobre a ideologia (crenças, valores e atitudes). Por tanto, se o poder significa “controle”, o empoderamento é o processo de ganhar controle... é a capacidade de *ser* e de *expressar-se* por si próprio. O conceito de poder está muito próximo da noção de “capacidade humana”⁸⁴. Sen usa um argumento conhecido na América Latina “é preciso ficar claro que o empoderamento não é algo que pode ser feito a alguém por outra pessoa. As mudanças na consciência e na autopercepção são próprias de cada um e quando elas ocorrem, transformam-se em explosões criativas e liberadoras de energia, que raramente tem volta atrás”.

Seguindo a argumentação de Sen, após analisar vários modelos de programas de combate à pobreza dependentes da ação da mulher, enquanto transferência de renda for concebida como uma dádiva ou uma solução de problemas para o Estado (aumento e controle dos ingressos familiares) ou de terceiros (para as crianças e erradicação do trabalho infantil, para programas de educação e de evasão escolar etc.) não existe garantia nenhuma de sucesso. Esses progra-

⁸³ Gita Sen – “El empoderamiento como un enfoque a la pobreza”. In: *Gênero y Pobreza, nuevas dimensiones*, Irmã Arriaga y Carmen Torres (orgs.), ISIS Internacional, Chile, 1998.

⁸⁴ Gita Sen - Idem, ibdem – pg. 122.

mas podem, ainda, contribuir para aumentar os distúrbios nas relações familiares.

O empoderamento verdadeiro é o que gera autônomo e se estabelece primeiro na pessoa, depois nas relações próximas, com o grupo próximo, com a comunidade, onde se constroem relações, oportunidades e tomada de decisões. Implica, portanto, em participação na vida e participação de escolhas sobre o viver. Não sendo assim, a pergunta é “o que entendemos por falta de oportunidade para as mulheres? Apenas exclusão social?”. Como argumenta Sonia Montaño, a exclusão social da mulher não é apenas econômica, mas é relacional, pois implica *a priori* na ausência de oportunidade de participar em sua família, no mercado e nas decisões políticas. Por isso, “para se entender a dinâmica de gênero e pobreza (...) é necessário problematizar a situação da mulher, do conjunto das desigualdades que operam na família e na comunidade, geralmente contra a mulher”⁸⁵. Na comunidade, a mesma ausência de condições facilitadoras operam em geral contra as mulheres (falta de tempo, de recursos, de capacitação, de informação e de espaços para decidir por si mesma).

Assim, para haver transformação real e de futuro para a criança e o adolescente é preciso interperlar como se opera a subordinação da mulher na família, na comunidade, na sociedade, nas relações de poder, nas políticas de Estado – e, nesse caso, de todas as mulheres.

Com relação ao programa PETI, tomado aqui como exemplo, há casos em que o recurso foi mais um fator de violência intra-familiar para a mulher. Entretanto, as pesquisas realizadas pela equipe do governo anterior, apontam para uma melhora da autoestima da mulher, no relacionamento com o marido (que passou a respeitá-la na medida em que ela adquiriu alguma independência econômica) e uma maior sociabilidade na vida intra-comunitária. Em relação ao Bolsa-Escola Cidadã a forma como os educadores têm sido encorajados a não diferenciar o tratamento entre meninos e meninas na escola e nas Atividades Complementares é de fundamental importância. Esses focos de atenção ou esse olhares diferentes são essenciais para se construir novos paradigmas para homens e mulheres, meninos e meninas e, inclusive, para reduzir as discriminações e alargar as liberdades para ambos.

Quanto ao Bolsa-Escola Federal, uma avaliação realizada pelo Banco Mundial⁸⁶ e concluída em setembro de 2002, mostra que o programa tem um forte efeito na permanência da criança na escola “mas um impacto suave da transferência de renda sobre a redução da pobreza e sobre os níveis de desigualdades”. Por outro lado, o PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, aponta pesquisas que indicam que há uma forte correlação da pobreza com a educação dos pais, embora o Bolsa-Escola contribua para a diminuição da exclusão social das crianças. O PNUD tem trabalhado na região para instituir indicadores que permitam mapear as desigualdades dos afrodescendentes e populações indígenas, cuja exclusão social e formas particulares de discriminação praticamente não foram abordadas nos estudos dos anos 90 sobre os direitos da criança e do adolescente.

O mapa da desigualdade de gênero no Mercosul

Vale a pena, nesse cenário, visualizar o mapa de gênero do Mercosul, preparado pela Unidade de Gênero do Setor de Redução de Pobreza e Administração Econômica, do Banco Mundial⁸⁷ para as comemorações do dia da mulher em 2003. O mapa analisa as principais tendências no *status* da mulher, ao longo das duas últimas décadas. Mas sinaliza que há na região, em relação ao gênero masculino, aumento da evasão escolar, da vulnerabilidade no emprego, da violência e do consumo de bebidas alcoólicas. Relacionado à mulher, o mapa mostra que o aumento de sua participação no trabalho é estável e que o nível de educação vem crescendo de maneira tão constante que, em alguns países, a mulher apresenta um nível de educação superior ao do homem. Não obstante, rígidos papéis de gênero que relegam a mulher à esfera reprodutiva prevalecem (leia-se responsável por cuidar da casa, da família e dos filhos), o papel tradicional do homem como gestor do recurso familiar leva às desigualdades e ao uso ineficiente do orçamento familiar na luta contra a miséria. O informe ainda ressalta questões-chaves relacionadas ao gênero que continuam pendentes na agenda como a violência contra as mulheres, as altas taxas de mortalidade materna (cuja redução é uma das Metas do Milênio das Na-

⁸⁵ Sonia Montaño – idem ibidem pg. 365.

⁸⁶ François Bourguignon, Francisco H.G.Ferreira and Phillippe G. Leite – *Ex-ante Evaluation of Conditional Cash Transfer Programs: the Case of Bolsa Escola*, World Bank, first draft, setembro de 2002.

⁸⁷ Banco Mundial – *Desafios e Oportunidades para a Igualdade entre Gêneros na América Latina e Caribe*, Setor de Redução da Pobreza e Administração Econômica, Região América Latina e Caribe, 2003.

- Força de Trabalho & Mortalidade Maternal (Brasil)
- Força de Trabalho (México, Venezuela, Chile e Uruguai)
- Mortalidade Maternal (Guyana e Guayana Francesa)
- Violência Doméstica (Colômbia)
- HIV/Aids (Jamaica, Haiti e Puerto Rico)
- Força de Trabalho & Gravidez na Adolescência (Argentina)
- Mortalidade Maternal & Gravidez na Adolescência (Bolívia)
- Mortalidade Maternal & Violência Doméstica (Belize, Honduras, Nicarágua, Equador, Peru e Paraguai)



ções Unidas) e a incorporação eficaz da mulher na economia e nas organizações políticas. Vale lembrar que a redução da pobreza é o primeiro das oito Metas do Milênio e a promoção da igualdade entre os sexos é a terceira meta da Declaração do Milênio⁸⁸, assinada em 2000 pelos Chefes de Estado e de Governo de todo o mundo, para serem atingidos até o ano de 2015.

Tratando-se dos países do Mercosul, o Informe do Banco Mundial sobre o status de Gênero compara os dados referentes ao Brasil em sessão junto com Venezuela e Guayana, pelas semelhanças. Aponta que há um progresso no tratamento das desigualdades entre os sexos, no acesso a anticoncepcionais e taxas de fertilidade, no acesso à educação e participação na força de trabalho. No entanto, a mortalidade materna é preocupante e continua a aumentar, a diferença salarial entre os gêneros é a maior da América

Latina e Caribe e permanecem as claras tendências nos currículos escolares quanto às discriminações de gênero na educação e que a violência (intra-familiar e pública) constituem uma enorme carga para os homens, mas atingem, especialmente, as mulheres e as crianças.

Com relação ao status de gênero nos demais países do Mercosul, o informe do Banco Mundial mostra que as principais desigualdades na Argentina, Chile e Uruguai estão relacionadas ao acesso das mulheres ao trabalho, violência doméstica e gravidez na adolescência, principalmente na Argentina. No Paraguai, representam um problema as altas taxas de fertilidade da mulher, gravidez na adolescência e mortalidade materna, principalmente entre as mulheres indígenas.

O importante, nessa análise, é como elas apontam questões que, intrinsecamente, afetam a existência do trabalho infantil, como um moto contínuo. ■

⁸⁸ As 8 Metas de Desenvolvimento descritas na Declaração do Milênio da ONU a serem alcançadas até 2015 são: 1. Reduzir para a metade a pobreza extrema e a fome; 2. Alcançar o ensino primário universal; 3. Promover a igualdade entre os sexos; 4. Reduzir a mortalidade de menores de cinco anos em dois terços; 5. Reduzir a mortalidade materna em três quartos; 6. Inverter a tendência de propagação do HIV/AIDS, da malária e da tuberculose; 7. Garantir a sustentabilidade ambiental; criar uma parceria mundial para o desenvolvimento.

TRABALHO INFANTIL

Pesquisa da Organização Internacional do Trabalho revela que 7.254 crianças e adolescentes com idade entre 5 e 16 anos fazem serviços domésticos no DE. Atividade compromete a atenção das empregadas-mirins em sala de aula

As meninas do lar

Ulisses Campbell
Da equipe do Correio

Elas estudam na mesma sala, moram no mesmo bairro mas vivem em mundos diferentes. Sandra tem 12 anos, e suas notas são excelentes. Sua colega de turma, Marta, 11, se esforça, mas sente sono e cansaço na hora da aula. Como pessimo rendimento escolar, só tira notas baixas. A grande diferença entre as duas não está apenas no boletim. A primeira brinca e estuda nas horas de folga. A segunda trabalha como doméstica quatro horas por dia.

Sandra, a que não trabalha, acorda diariamente às 9 horas e brinca com as colegas até a hora de começar o programa *Não dá pra pai Amarelo*. Depois, toma banho, almoça e vai para a escola de Físico Fundamental Prudente de Moraes, em Santo Antônio do Descoberto, Goiás. A rotina de Marta é bem diferente. As seis e meia da manhã, ela está de pé. As sete está no ponto de ônibus e, às oito, encontra-se num apartamento da quadra 707 Norte fazendo faxina. Marta auxilia a mãe, Neide de Oliveira, 39 anos, profissional a 15 anos. Neide lê a filha seu anuário em quatro dias para fazer limpeza.

Uma pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT) revela que 7.254 crianças e adolescentes com idade entre 5 e 16 anos são domésticas no Distrito Federal. Esse universo corresponde a 23% de todas as crianças que trabalham no DE. No Brasil, há mais de meio milhão de adolescentes nessa atividade.

Distante dos números da OIT, Sandra brinca de ser Xuxa com várias colegas da vizinhança. Na mesma hora que o que a brinca, Marta trabalha com vassalha, balde e pano de chão. Lava louça e esfrega paredes num

apartamento de três quartos. "A minha mãe lava a roupa e eu faço faxina", diz a menina. À tarde, cansada, Marta não presta atenção na explicação da professora. Chega do sono durante a aula.

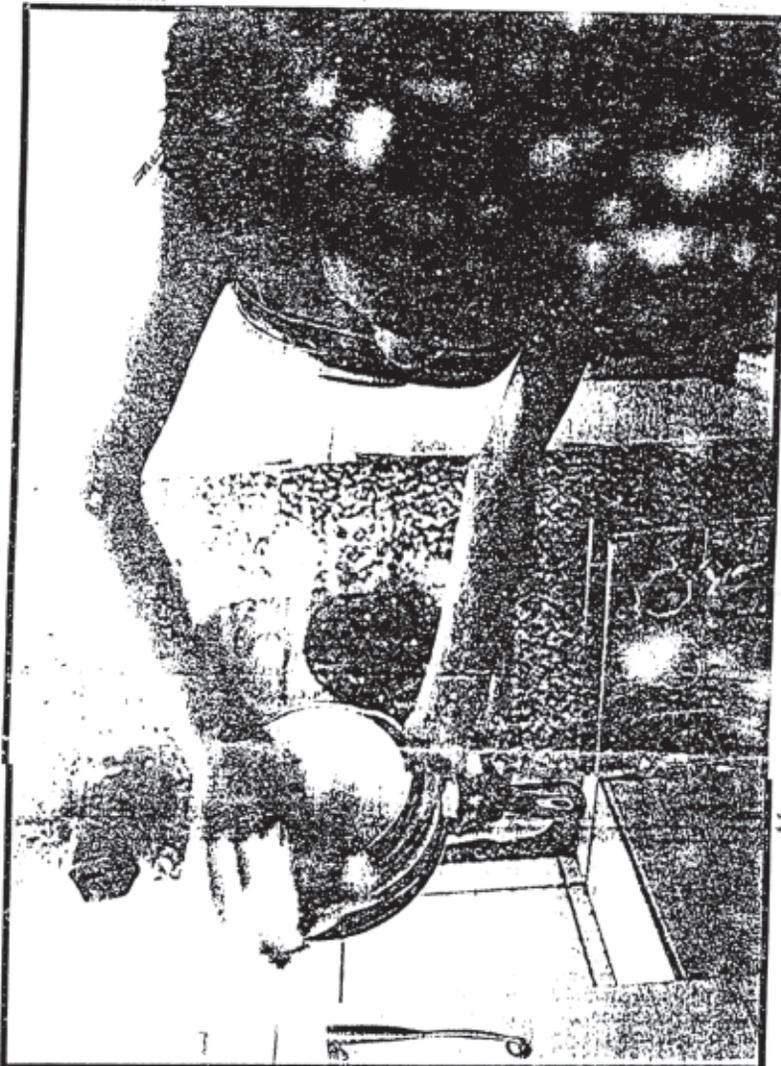
A professora de Sandra e Marta, Sônia Cristina Cavalcante, 30 anos, tem outras dez alunas domésticas na turma de primeira série. "Elas acordam cedo para trabalhar e à tarde dormem na sala. Antes, eu pedia que elas prestassem atenção. Hoje, devo que durmam. Se elas ficam acordadas estarão cansadas e não aprenderão nada. Então, é melhor que descansem", justifica.

Na turma ao lado, outras duas meninas têm o dia a dia bem diferente. Eliana, 10, estuda, lê, brinca e assiste à televisão de manhã. Sua colega, Luiza, 17, limpa, lava e cozinha no mesmo horário. A diferença entre as duas aumenta à medida que o ano letivo vai chegando ao fim. Se as amigas já fazem hoje, Eliana passará para a segunda série do ensino fundamental. Luiza fez uma reprovação na primeira, seu boletim é cheio de notas vermelhas.

O trabalho precoce, além de comprometer a educação, empurra cada vez mais as crianças para a profissão de doméstica. Marta, que ajuda a mãe na faxina, por exemplo, não vê a hora de tomar-se empregada profissional para ganhar o próprio dinheiro. "Coliga dela, Sandra, que tira o boletim longe dos olhos das domésticas, tem planos melhores." Quando cresce, quer ser banhista ou juíza. O men-pai se separou da minha mãe no ano passado e fomos para uma audiência na Justiça. A juíza era uma mulher bonita e disse que eu ia ficar com a minha mãe. Era isso mesmo que eu queria. Achei ela o máximo e quero ser assim quando crescer", sonha.

OS NÚMOS DAS CRIANÇAS SÃO ENFIM

Foto: Roberto Oliveira - 31/10/02



SOMENTE 3% DAS CRIANÇAS, ENTRE 5 E 11 ANOS, QUE TRABALHAM NO BRASIL CHEGAM AO ENSINO MÉDIO

ANÁLISE DA NOTÍCIA

Elas vão mal na escola

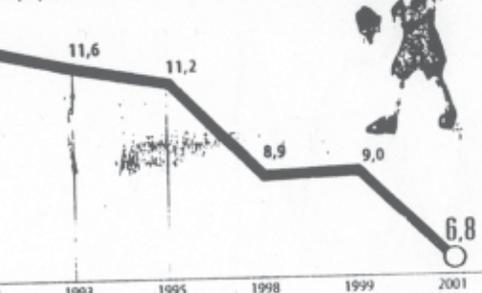
Apesar de haver uma tendência de erradicação do trabalho infantil doméstico em 100% o país, atesta-se que a situação das crianças que ainda estão em atividade, em questões educacionais, piorou. Entre 1992 e 1999, a distorção idade-série entre a 5ª e 11ª séries passou de 52% para 58%, segundo dados do Ministério da Educação. No segundo grau, a defasagem passou de 6% para 22%.

Além disso, quanto mais novas as crianças ingressam no trabalho doméstico, menos chances elas têm de terminar os ensinos fundamental e médio. Somente 3% das crianças que começaram a trabalhar com idade entre 5 e 11 anos conseguiram chegar ao ensino médio, enquanto 12% das que começaram a trabalhar quando tinham entre 12 e 15 anos conseguiram a mesma trajetória.

meninas domésticas no Nordeste (33%). Logo depois, vem o Sudeste (31%), Sul (16%), Centro-Oeste (11%) e Norte (10%). Em Brasília, Distrito Federal e Rondônia, o serviço doméstico representa de 79% a 28% do total de crianças que trabalham. Essas são as maiores taxas do país. (OIT)

1984 1985 1986 1987 1988 1989 1990 1992 1993 1995 1996 1997 1998 1999 2001

Trabalho infantil
ocupação de 5 a 14 anos de idade (em %) **



** Os dados são referentes à área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. A pesquisa não foi feita em 1994 e 2000. ** Em 1996 e 1997, não foi registrado.

De acordo com a Cniat, entre 1999 e 2001 houve uma redução de 13,3% do trabalho infantil (5 a 14 anos), o que significa 7.387.568 crianças a menos exercendo alguma atividade laboral no país.

De acordo com a pesquisa, em 1992, a parcela de crianças e adolescentes nessa faixa etária que trabalhavam era bastante alta: 12,1%. No ano passado, esse percentual foi reduzido para 6,8%.

No ano passado, a maior parte das crianças e adolescentes de 5 a 14 anos que trabalhavam estava concentrada nas áreas agrícolas. O IBGE apurou que a mão-de-obra infantil, especialmente nas regiões agrícolas, se concentra em pequenos empreendimentos. La-

ta nos setores não agrícolas, houve aumento de exploração do trabalho infantil nas duas faixas etárias, de 19,6% para 21,1% entre os mais novos e de 26% para 26,2% entre os mais velhos.

Meninos

Os dados da Pnad também confirmam as diferenças entre os gêneros no trabalho infantil. Desde 1992, crianças do sexo masculino são mais afetadas por essa prática, e representam aproximadamente o dobro das meninas na mesma situação.

No ano passado, 9,1% dos meninos de 5 a 14 anos estavam trabalhando, enquanto a parcela das meninas era de 4,5%. (SP)

menor do que a medida pela Pnad anterior, de 1999 (9,6%).

O percentual de brasileiros sem trabalho, em 2001, é o segundo mais alto desde 1992, quando era de 6,5%. A taxa de ocupação ficou em 54,8%, menor do que a de 1999 (55,1%).

O quadro do mercado de trabalho fica ainda mais grave quando se verifica o aumento da população de 10 anos ou mais de idade. A pequena alteração do número de pessoas ocupadas (1,4% ao ano de 1999 a 2001) foi menor que o crescimento anual da população economicamente ativa: 1,7%.

Entre 1992 e 1995 a ocupação

foi apenas para conter o crescimento vegetativo da população. "Esses empregos gerados não foram capazes de diminuir a pobreza no Brasil."

A parcela de pessoas que trabalham sem carteira assinada não se alterou do período de dois anos, ficando em 38,9 entre os brasileiros ocupados (incluindo todos os empregados e trabalhadores domésticos). São 18,22 milhões de pessoas nessas condições.

Se forem considerados somente os trabalhadores empregados, esse percentual passará de 33,7%, em 1999, para 33,9 em 2001. O índice é o mais alto desde 1992 (31,7%).



GÊNERO: O QUE INTERPELA E DESAFIA?



5

CAPÍTULO



Um primeiro nível de abordagem é a conceituação do tema gênero⁸⁹ e suas implicações.

Gênero se refere às diferenças sociais e às relações entre meninas e meninos, homens e mulheres, socialmente construídas. Elas variam segundo as culturas e podem ser mudadas. Tanto as questões de gênero, como de poder, são estruturas socialmente construídas. Por exemplo, na escala social de poder de decisão das sociedades, dos governos, das empresas e no campo científico-tecnológico o poder é naturalizado como masculino, desenhando um mapa das diferenças sociais e das relações de gênero que é visibilizado, diariamente, pelos meios de comunicação, revelando, assim, o modo de hierarquização do masculino sobre o feminino que opera em escala, do global ao local.

Igualdade de gênero se refere à igualdade de direitos, responsabilidades e oportunidades para homens e mulheres, meninas e meninos. Elas variam segundo o nível de consciência das sociedades, o grau de formação e consciência das pessoas – pois impactam nas estruturas das instituições sociais, políticas e governamentais, na organização da família, da sociedade como um todo, dos meios de comunicação e no modo como são pensadas as políticas públicas, especialmente, os programas educacionais e de transferência de renda para o combate à pobreza.

Papéis de gênero se referem às atividades atribuídas aos dois sexos. Por exemplo, os meninos são apoiados por seus pais para trabalharem fora de casa ou na agricultura, enquanto as meninas são estimuladas por

suas mães para os cuidados com a casa e a família. Como demonstram os estudos antropológicos, especialmente os de Margareth Mead, existem sociedades onde homens realizam atividades consideradas “femininas” e outras, onde as mulheres realizam atividades consideradas “masculinas”. Nas culturas andinas, por exemplo, cabe ao homem tecer toda a roupa da família e à mulher o plantio da terra. Nas nossas sociedades cabe à menina, principalmente, realizar o trabalho infantil doméstico em casa ou em casa de terceiros e, ao menino, o trabalho pesado fora de casa e na rua, reproduzindo assim os papéis de gênero também no trabalho infantil.

Estereótipos de gênero são idéias pré-concebidas que as pessoas têm sobre o que é apropriado para meninos e homens em oposição ao que é apropriado para meninas e mulheres. Por exemplo, a noção de que as mulheres são melhores nos cuidados com a casa e os filhos e os homens são melhores líderes ou que o menino é melhor em matemática do que a menina. Por exemplo, as análises de material curricular na Argentina e Brasil mostram, claramente, como os textos escolares reproduzem esses estereótipos, embora a Argentina tenha tomado medidas mais consistentes para equilibrar a formação de meninos e meninas desde o começo dos anos 90. Os estudos aplicados à programação infantil de televisão, também apontam para a reprodução dos estereótipos de gênero, embora seja crescente a preocupação de pais, educadores e das políticas públicas nessa área. Os brinquedos também são objetos de reprodução dos estereótipos de gênero, pois em geral a menina brinca de casinha e boneca e o menino de bola, patinete, amas, videogame (segundo o estrato social) e etc.

⁸⁹ Os princípios básicos que nortearam as definições aqui apresentadas estão baseados nas decisões assumidas pelo ECOSOC – Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, 1997. Tais definições aparecem também em vários documentos da OIT, disponíveis no site www.ilo/childlabour/publications/gender

Análise de gênero é a ferramenta para diferentes diagnósticos a respeito da relação entre meninas e meninos, mulheres e homens. Análise de gênero inclui indicadores desagregados por sexo, análise das diferenças em relação ao acesso entre ambos na divisão do trabalho, às fontes de recurso, aos benefícios, oportunidades no campo legal, social, econômico, político e, ainda, em relação aos mecanismos para o desenvolvimento das capacidades para a igualdade de gênero entre meninas e meninos, mulheres e homens. Por exemplo, uma das dificuldades para se implementar políticas públicas equitativas para homens e mulheres, meninos e meninas, considerando suas necessidades específicas – que, em geral, são diferentes – reside na ausência de diagnósticos desagregados por sexo, raça/etnia por parte dos censos e dos institutos de pesquisa do Mercosul. Por outro lado, na medida em que os governos dos países da sub-região começam a implantar os acordos e a responder, internacionalmente, – por meio de Informes regulares - pelos direitos da criança e do adolescente frente à Convenção 138 e 182 da OIT, pela Convenção sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, pelo Protocolo Facultativo da CEDAW, que é a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, e outros, começam a ser desenhadas ferramentas importantes para as análises de gênero e um outro nível de consciência começa a surgir.

Sexo refere-se às diferenças biológicas entre homens e mulheres, que não mudam. Por exemplo, apenas a mulher pode ter filho. Até poucos anos atrás, atribuía-se às diferenças biológicas a inferioridade da mulher e a superioridade do homem como provedor e por ser mais forte fisicamente. Um dos motivos era a percepção que tratava a mulher como ser frágil, dona do lar, reprodutora da família. Os anticoncepcionais (que liberaram a mulher da reprodução), a inserção da mulher no mundo do trabalho, os movimentos culturais e os estudos científicos impulsionaram mudanças substantivas para libertar a mulher desse cerco biológico. O acesso da mulher à educação e as mudanças no modelo de produção capitalista também cumpriram um papel significativo, pois as novas profissões e o setor de serviços independem de força física e requerem cada vez mais formação qualificada e atributos considerados “femininos” como flexibilidade, dedicação, formas de gestão participativa e outros. Apesar desse cenário, os depoimentos de meninas e meninas pobres que trabalham, mostram ainda e, de forma dolorosa, como a discriminação por motivos biológicos se reproduz. Meninas pequenas, com 10 anos, no nordeste brasileiro, que já se consideram incapazes de escapar da dominação do pai, dos

irmãos, dos professores, dos patrões e vislumbram como futuro apenas a maternidade e o cuidado com a família. E meninos chilenos, que vivem nas ruas e aceitam trabalho de risco, porque se consideram fortes, provedores do sustento da família e devem “garantir o futuro profissional” – perdendo, assim, o direito a ter direito de ser criança e de brincar.

A necessidade de mudança surge diante das condições atuais que homens e mulheres experimentam por causa dos papéis de gênero atribuídos a eles pela sociedade. Os papéis de gênero reproduzem a mulher como mãe, dona de casa, provedora das necessidades básicas e não valorizam o trabalho – privado – de cozinhar, lavar, passar, cuidar dos filhos, da saúde da família ou quando o mesmo trabalho é realizado em casa de terceiros, como o trabalho infantil doméstico. Os papéis de gênero também afetam o homem pobre em especial, educado para ser o provedor, o chefe e único responsável pela família, condições cada vez menos alcançáveis no mundo contemporâneo diante da escassez de emprego, de oportunidades e dos programas de ajuste, afetando conseqüentemente na outra ponta as crianças e os adolescentes. Sem mudanças – e algumas exigem vigor, pois afetam valores culturais – vão perpetuando as desvantagens para a mulher e a menina, mas também o sofrimento para homens e meninos, cujos sinais se materializam principalmente por meio dos vários modelos de violência que operam nas relações humanas e na vida em sociedade.

Gender mainstreaming é o processo de avaliação e as implicações para homens e mulheres, meninas e meninos no planejamento de todas as ações, incluindo legislação, políticas ou programas, em todas as áreas e em todos os níveis. É uma estratégia para atribuir importância às meninas e mulheres, assim como ao menino e homem, como parte integral do desenho, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas de todas as áreas políticas, econômicas e da esfera social, para que meninas e meninos, mulheres e homens tenham benefícios iguais e as desigualdades não se perpetuem. O objetivo último é atingir a igualdade de gênero. O *gender mainstreaming* é percebido nas políticas públicas como um retrato daquilo que se detecta em sociedade, as intervenções de todos os setores e como o governo implanta políticas mais corretas em todas as áreas para superar os obstáculos. Dito de outro modo, uma correta aplicação do processo implica em formulação de políticas consensuadas, em atribuição de recursos para sua execução, capacidade de gestão, monitoramento e avaliação dos processos com controle social. As políticas de gênero, assim como outras, só terão re-

sultado eficaz a médio e longo prazo se concebidas de forma transversal por todas as instâncias de governo. Esse cenário é recente, está sendo implementado com mais ou menos vigor pelos países-membros do Mercosul + Chile, de acordo com os modelos políticos dos governos e com a capacidade de *advocacy* das sociedades. Por outro lado, os movimentos e projetos sociais conscientes das questões de gênero e suas implicações também são chamados a aplicarem um modelo de planejamento das responsabilidades e ações, objetivando a iluminar e combater as desigualdades de gênero, toda forma de discriminação – especialmente contra meninas, mulheres e as étnicas – e no combate à pobreza e ao trabalho infantil.

Diferenças de abordagem

A riqueza dos anos 90, de esforço conjunto para provocar mudanças no modo como eram tratados os direitos da criança e do adolescente na América Latina, foi acompanhada de um referencial teórico-analítico de grande relevância. Os estudiosos e também ativistas, no sentido de exercício da *praxis* desses direitos como, por exemplo, Emilio Garcia Mendez, Antonio Carlos Gomes da Costa, Irene Rizzini, Hege Araldsen, Walter Alarcón e outros – são citados em inúmeros trabalhos de pesquisa da região. Ao mesmo tempo, é notável o mergulho de sociólogos, antropólogos, advogados, cientistas sociais, pedagogos, médicos, sanitaristas, todos buscando compreender como se processavam esses direitos em cada país, desvelando assim o cotidiano das crianças de rua, das crianças trabalhadoras, as condições de vida e de perigo, a saúde, a relação com a educação, com o espaço urbano e rural e, ainda, com as grandes linhas de pensamento construídas com o apoio da OIT, UNICEF e CEPAL sobre ações de governo, dos parlamentares, *advocacy*, situação econômica da região. É grande também a contribuição dos movimentos sociais, ONGs, Terceiro Setor, das instituições de meninos e meninas – fóruns, redes – das instituições internacionais como o Sistema Save the Children, DENI, Visión Mundial, das Igrejas – para citar alguns exemplos – de agências bilaterais européias e norte-americanas e, inclusive, das primeiras empresas (e fundações) a partir de meados dos anos 90. Como todo movimento amplo, ele construiu áreas de sucesso, fracasso, tensões, acordos e desacordos. Entretanto,

to, graças a todo esse esforço de milhares de pessoas da região, mas não só, foi possível construir mudanças culturais e de mentalidade em esferas-chave das sociedades locais e dos governos.

Outras ações, por conseguinte, começavam a se desenhar

Em 1998, a OIT publicou um primeiro estudo sobre *Trabalho Infantil nos países do Mercosul: Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Uruguay*⁹⁰ indicando a existência de um novo movimento político no cenário da região, agora relacionado com os impactos da globalização. O estudo comparativo sub-regional permitiu observar:

- Na **Argentina** (antes da crise), acentuava-se a necessidade da incorporação das crianças ao mercado de trabalho infantil para contribuir com os ingressos familiares; a coerção dos adultos ao trabalho infantil urbano; uma ausência de dados confiáveis sobre o trabalho infantil rural; um sub-registro de dados em função dos modelos de censo; indicações de que 1,2% das crianças de 6 a 9 anos, de famílias pobres trabalham, 4% entre os que tem 10 a 13 anos e em torno de 10% dos que estão acima de 14 anos. As atividades realizadas pelas crianças eram desiguais, mas as atividades domésticas encontravam-se entre as mais difundidas: na Grande Buenos Aires, 65,5% das crianças de 10 a 13 ajudavam a família de baixa renda e 57,7% ajudavam famílias com alguma renda a compor o orçamento familiar. As de menor idade, em geral realizam trabalhos domésticos com a família e, outras, em atividades na rua, mendicância, trabalho informal, micro-empreendimentos, fábricas de calçados, ladrilhos e cerâmicas, plantação de fumo, algodão, açúcar, frutas, floriculturas, safras. Nas atividades domésticas, as principais atividades das crianças são o cuidado com a casa, irmãos, cortar lenha, buscar água.

- No **Brasil**, apoiados em cerca de 500 entrevistas realizadas com as crianças e adolescentes do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, chegou-se à seguinte classificação de modalidades de trabalho: trabalho doméstico e em casa de terceiros; informal temporário desenvolvido fora do ambiente familiar e trabalho para terceiros. Pode-se verificar que envolve o cuidar da casa, de outras crianças, na rua, pequenas empresas, setor informal, comercialização, safras, colheitas, olarias, quebra de coco, corte do sisal, casas de prostituição e outros.

⁹⁰ *Trabajo Infantil em los países del MERCOSUR: Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Uruguay* – Documento de Trabajo no. 74, OIT/Cooperación Española, Peru, 1998.

Os dados do censo no Brasil não permitiram, para a pesquisa, resultados confiáveis. Entretanto, estudos anteriores mostravam que 66% das crianças brasileiras começavam a trabalhar antes dos 15 anos, 47% entre 10 e 14 anos e cerca de 20% antes dos 10 anos. Um estudo realizado sobre as crianças e adolescentes do Rio de Janeiro, envolvidas com o narcotráfico, mostra que só no ano de 2000, a Vara da Infância e da Juventude, órgão ligado ao Poder Judiciário brasileiro, registrou 5.898 casos de violência e que esses números estão em ligeiro crescimento, embora o ápice tenha se dado em 1998, com 6.004 casos. 55,6% são de adolescentes na faixa do 13 aos 16 anos e 85% deles são negros ou pardos, que se encontram nas faixas de menor renda na escala social brasileira⁹¹.

- No **Chile**, os dados aferidos mostravam que 33% das crianças com menos de 15 anos encontram-se em famílias pobres. Desses, 354 mil são indigentes e 978 mil são pobres não indigentes. Segundo cifras oficiais, a participação de crianças no trabalho infantil é mais alta nas zonas rurais (7,3%) que nas urbanas (3,5%). É também maior a participação de meninos do que de meninas, sublinhando a pouca valorização das atividades em âmbito doméstico podem causar um desvio de análise. O mesmo estudo aponta a dificuldade de mapear e aferir resultados confiáveis. Em relação ao trabalho infantil rural, a pesquisa mostra que são de subsistência familiar, agropecuária e na exploração agrícola moderna como seleção de sementes, manutenção de armazenagens, seleção, limpeza e embalagem de produtos agrícolas, safras, plantação e cultivo da indústria de frutas, pesca, trabalho em mercados públicos, mineração e outros. Na área urbana, mendicância, serviços de venda de produtos, cuidados com autos e parquímetros, limpeza de cemitério, supermercados, engraxates, serviços de reciclagem, frete e transporte de cargas, e meninos ligados ao tráfico, entre outros. O trabalho de maior risco, entretanto, encontra-se nas minas de carvão.

- No **Paraguai**, 4 entre 10 crianças e adolescentes trabalham. As principais atividades em que se concentram as crianças: trabalho doméstico e venda de produtos na rua, geralmente subordinado a um adulto. Existe também o chamado trabalho independente, que contém forte componente de dependência e emprego privado. Na área metropolitana de Assunção, as pesquisas mostram

que dos cerca de 26 mil que trabalham, 98% deles vivem com a família e 68% apenas com a mãe que, na maioria das vezes, também trabalha fora. Do total de crianças e adolescentes que realizam trabalho doméstico, 72,7% deles são em atividades não remuneradas. Existem, ainda, cerca de 6 mil em trabalhos de rua. Uma pesquisa realizada por Global...Infância,⁹² ONG de Assunção, mostra que se estimam em 12 mil o número de “criaditas” que trabalham só na capital. “Criaditas” são as meninas de famílias pobres como que doadas para o trabalho infantil doméstico em casas de terceiros, algumas vivendo em regime de semi-escravidão. Estima-se que três quartos delas têm entre 11 e 18 anos. Na Ciudad del Este, região de fronteira com o Brasil, segundo o BID, existem cerca de 6 mil e quinhentas crianças e adolescentes no trabalho infantil. Entre Assunção e Ciudad del Este existem cerca de 3 mil e quatrocentas crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual e comercial. Essa mesma pesquisa mostra que mais de 200 crianças com menos de 11 anos vivem de lixões e que mais de 2 mil trabalham em olarias, produção de ladrilhos e cerâmicas.

- No **Uruguai**, segundo esta pesquisa – comprovado pelo trabalho de campo - o debate sobre trabalho infantil é escasso e incipiente e estaria relacionado com a falta de informação e com a percepção coletiva de que o tema não representa um problema. Entretanto, a crise econômica tem obrigado as famílias a adotarem novas estratégias de sobrevivência. Não se conhece a magnitude da situação, mas sabe-se que existe trabalho infantil no país. Segundo o *Censo de Población*, de 1996, foram detectados na faixa de 12 a 14 anos, 11.279 jovens trabalhando ou em busca de trabalho. As pesquisas mostram também que a porcentagem de meninos é maior que a de meninas no trabalho infantil. Quanto ao trabalho infantil doméstico como variável, a pesquisa mostra que 1 em cada 5 meninas de 12 a 13 anos e 1 em cada 2 meninas de mais de 14 anos trabalham. Na área rural, as crianças e adolescentes trabalham na agricultura, caça e agropecuária. Na área urbana eles foram identificados trabalhando em supermercados, indústria metalúrgica, têxtil e de calçados e, também, em cabarés, bares e cafés-concerto. Nas atividades de vendedores e serviços domésticos, um terço deles são meninos filhos de famílias chefiadas por mulheres.

⁹¹ Jailson de Souza e Silva e André Urani – *Crianças no Narcotráfico, um diagnóstico rápido*, OIT-Brasília e Ministério do Trabalho, 2002.

⁹² Josceline Betancout – *El Trabajo Infantil*, Global...Infância, Asunción, 2002.

O documento aponta “que apesar das diferenças quantitativas e qualitativas observadas nos países do Mercosul, existem vários indícios comuns que tipificam o trabalho infantil”.⁹³ Em primeiro lugar, o documento ressalta que existem posições até antagônicas a respeito de como a sociedade civil da região se relaciona com o tema, mas o interesse dos governos é crescente em toda a sub-região. Em segundo lugar, constata-se um progresso nos sistemas nacionais de informação e de indicadores, com tabulações e estudos setoriais. Em terceiro lugar, o documento aponta para uma maior sensibilidade em relação aos corpos normativos, aumento dos regulamentos de controle e a inspeção trabalhista. E, por último, reconhece que, apesar da fragmentação das competências institucionais, os Ministérios do Trabalho têm liderado um programa de coordenação institucional, especialmente a partir das Comissões Nacionais Tripartites.

Os dados acima são importantes para se pensar, a partir de agora, na relação entre trabalho infantil e gênero e, posteriormente, como a mídia percebe o tema no Mercosul + Chile.

Um primeiro ponto é como, mesmo nos esforços extraordinários dos anos 90, está ausente a dimensão gênero (com exceção das pesquisas com meninas). Um segundo ponto de reflexão é como esteve separada a dimensão ampla dos meios de comunicação (com exceção de campanhas).

Foi visto, anteriormente, como ambas dimensões – gênero e comunicação – continuam frágeis na perspectiva do Mercosul, apesar dos esforços, e como é difícil, mas não impossível, erradicar o trabalho infantil como parte do combate à pobreza, sem relacionar os processos de educação, transferência de renda, ampliação das oportunidades desconsiderando o empoderamento das mulheres, especialmente as de baixa renda. E que este cenário, no seu conjunto, deve abrir uma outra etapa de reflexão, sinergias, formação de redes, com ações concertadas entre muitas expertises, de caráter multidisciplinário e holístico.

Ausência da dimensão de gênero

Uma análise mais detalhada do arcabouço teórico-empírico da produção dos anos 90 permite constatar um uso universalista das questões, inclusive no plano jurídico-legal. A ideia de universalidade nega e se opõe a toda particularidade e está embutida, é cúmplice, dos chamados projetos de desenvolvimen-

to, que foram importantes em décadas anteriores. Fala-se, por exemplo, em “a” criança, “o” jovem, “o” adolescente, como parte de uma visão emancipatória, mas que nega, ao mesmo tempo, as particularidades das pessoas, a relação delas com o mundo e a vida, os impactos que pessoas, grupos, populações, etnias experimentam nesse embate. Só uma universalidade decentrada, que torne visível e mensurável as diferenças e discriminações pode agora reestruturar a centralização econômica, cultural e promover a justiça e os direitos que exigem particularidade civilizatória.

Nesse novo cenário, que é de ruptura com os universalismos – e com as generalidades – é que se inserem as dimensões para a análise de gênero, das diferenças, do reconhecimento do outro, da interculturalidade, cuja raiz está na intersecção entre economia e estudos culturais. Todos esses temas, novos no despertar do século XXI, são os que permitem uma outra aproximação com os direitos humanos de meninas, meninos e adolescentes, reconhecendo, nas suas particularidades, direitos negados ou não visíveis, relacionados também com a origem sócio-econômica e cultural, extração urbana, rural, origem de classe, com a inclusão ou exclusão devido à cor – brancos, afrodescendentes, mestiços e outros – com a diferença de formas de pertencer ao ciclo da pobreza, acesso às informações recebidas e emitidas, entre outros.

Chama a atenção, por exemplo, como os estudos a respeito da situação da menina envolvida com o trabalho infantil, com a exploração sexual comercial são impulsionados por mulheres pesquisadoras. Também chama a atenção as conclusões da maioria dos informes – inclusive o da Conferência de Oslo sobre Trabalho Infantil, 1997 – em que se lê “Os trabalhadores infantis, especialmente as meninas, correm graves riscos, pois o trabalho infantil coloca em perigo a saúde, segurança e educação do menor e seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social. As meninas são particularmente vulneráveis aos perigos do trabalho infantil e requerem atenção especial”.

O Informe Global da OIT *Un Futuro sin Trabajo Infantil*, de 2002, ao analisar a segmentação do mercado de trabalho infantil constata que “o tipo de trabalho que se oferece a meninas e meninos correspondem a seus papéis de gênero; a segregação por sexos no mercado de trabalho infantil é reflexo do que se observa no mercado de trabalho do adulto. Este fenômeno também se manifesta na formação profissional quan-

⁹³ *Trabalho Infantil nos Países do Mercosul*, idem ibidem. Prólogo.

do se prevê a capacitação para meninas em costura, cabeleireiro e para o menino em mecânica de automóveis, carpintaria e outros”⁹⁴.

As pesquisas de Marlene Vaz⁹⁵ oferecem pistas importantes para se perceber as relações de gênero. Estabelecendo um parâmetro com os estudos de Roberto Da Matta, sobre a casa e a rua, a autora mostra a casa como o espaço privado, doméstico, cujo trabalho não valorizado da mulher é reproduzido pela mãe à menina desde os primeiros anos de vida. A autora mostra, também, como os mecanismos de controle e manipulação são exercidos pela mãe e pelo pai, padrasto, avós, irmãos e outros parentes próximos, especialmente nos segmentos de baixa renda. Os meninos, ao contrário, alcançam a rua mais cedo, pois o cenário do trabalho precoce dos meninos não tem sido o ambiente doméstico. Assim, a menina quando sai de casa para trabalhar, ela apenas muda de espaço privado, indo para o trabalho infantil em casas de terceiros, onde se perpetua, com mais subordinação e sofrimento, a idéia ou estereótipo de qual é o papel da mulher na sociedade. A expectativa de casamento, como saída possível, opera como identidade construída na qual se verifica a repetição dos mesmos valores básicos para a mulher e a menina. Os estudos feministas da região, realizados em universidades e em centros de excelência, foram os primeiros a iluminar o impacto da situação para a vida da mulher.

E quem te mandou nascer menina?

Gladys Acosta Vargas, representante do UNICEF da Guatemala, trabalhou o tema das relações de gênero e trabalho infantil em duas oportunidades. Uma como organizadora, juntamente com Emilio Garcia Mendez e Soraya Hoyos, do livro *Trabajo Infantil Doméstico, y quien la Mandó a ser Niña?*⁹⁶ e em uma conferência sobre trabalho infantil doméstico em Cartagena, na Colômbia, em junho de 2003. Nessa oportunidade, ela analisou o trabalho infantil com enfoque de gênero, mostrando a associação do feminino com trabalhos menos importantes, desacreditados ou estigmatizados, que contribuem para que as mulheres e meninas “não sejam consideradas pessoas de pleno direito”; analisou ainda como se atribui – por estereótipo e formas de controle – um valor me-

nor à educação tanto da mulher como da menina; e estabeleceu a relação entre a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), com respeito aos direitos trabalhistas. O artigo 32 da Convenção reza que as meninas e as adolescentes têm direito a não trabalhar, quando se produz uma afronta aos seus direitos (tema pouco informado nas discussões sobre o TID) e o artigo 11, da CEDAW, trata da não discriminação e do direito inalienável de homens e mulheres ao trabalho, em condições de dignidade, igualdade, respeito e de proteção da mulher (em relação à gravidez, maternidade, licença-maternidade, aposentadoria e remuneração igual – direitos que, em geral, ainda recebem atenção *menor* no planejamento das ações de *gender mainstreaming* e da mídia).

Na América Latina, as meninas representam mais de 90% dos trabalhadores domésticos, é o trabalho menos regulamentado, pior remunerado e se encontra entre as ocupações mais desprestigiadas da escala social. Só no Brasil, os dados disponíveis mostram que elas representam cerca de 500 mil meninas e adolescentes, especialmente negras e pardas. O tema entrou na pauta das discussões na sub-região no começo deste século, entretanto, no campo feminista essas pesquisas existem há bem mais de uma década⁹⁷.

Como já se abordou aqui, as pesquisas domiciliares não contemplam o trabalho doméstico, pois não se atribui valor econômico a ele, relegando-o a uma posição negativa e degradante na hierarquia trabalhista. Diante disso, o argumento de Emilio Garcia Mendez é cortante: “a questão não é apenas de proteger as pessoas, mas os direitos da pessoa”.⁹⁸

Uma análise do marco referencial das pesquisas permite observar, por outro lado, que o trabalho infantil feminino está relacionado quase que exclusivamente com trabalho doméstico (onde também se dá o abuso sexual), com a prostituição, turismo sexual, pornografia, todas relacionadas à exploração sexual comercial (uma das piores formas de trabalho infantil), temas geralmente relacionados, no imaginário social, com a mulher, embora não seja assim. Ao mesmo tempo, há provas consideráveis sobre as distintas formas de violência intrafamiliar, mostrando que é dentro da casa (espaço privado)

⁹⁴ *Un Futuro sin Trabajo Infantil*, OIT, Ginebra, Suiza, 2002, pg.56.

⁹⁵ Marlene Vaz – *A Menina e a Casa, a Identidade Coletiva da Menina Empregada Doméstica*, Salvador, Bahia, 1999.

⁹⁶ Gladys Acosta Vargas et al – *Trabajo Infantil Doméstico, y quien la Mandó a ser Niña?*, UNICEF/TM Editores, Colombia, 2000.

⁹⁷ Para outras informações, consultar: Maria Luiza Heilborn - *Quem mandou nascer mulher? Meninas e meninos em situação de pobreza: a experiência cotidiana do gênero*, UNICEF, Brasil, 1993.

⁹⁸ Apud Soraya Hoyos – *Y quien la mandó a ser niña?* Pg.124. In Gladys Acosta Vargas et al – op.cit.

onde mais acontecem os casos de abuso e de exploração sexual. Mas é a partir da esfera pública, da rua, onde os meninos e jovens mais sofrem a violência de todos os tipos (física, psicológica, emocional, de subordinação, privação de liberdade e até de semi-escravidão e inclusive de exploração sexual comercial). A primeira é invisível, silenciosa e, na maioria das vezes acobertada, a segunda é pública e sujeita a outro tipo de tratamento pelas políticas públicas e pela sociedade. Requer-se, nessa perspectiva, decisões que tomem em conta as necessidades e as diferenças específicas para a menina e para o menino. Por exemplo, são consideráveis os maus tratos que recebem as meninas e as adolescentes quando recorrem ou dependem de adultos homens nos serviços públicos, assim como é deplorável a situação do menino e do adolescente na mesma situação e quando é considerado infrator. Nessas situações ocorre acontecer violação do direito à justiça, à liberdade e à intimidade, à educação, saúde e o direito de ser protegido pelo Estado. Em muitos casos, não se considera que a violência, especialmente a de origem sexual, pode causar danos irreparáveis para toda a vida.

Quanto ao menino, há provas consideráveis de que ele entra no mundo do trabalho precocemente e, em geral, antes que a menina. Quando ele realiza atividades domésticas, é geralmente do lado de fora da casa: nos jardins, cortando lenha, cuidando da horta, levando recados, fazendo compras. Na rua (espaço público), entretanto, seja no campo ou na cidade, ele assume desde pequeno atividades de adulto: gerar recursos financeiros, vender, produzir, negociar, correr riscos, cuidar-se, liderar e, nos casos mais dramáticos, enfrentar agressores e o assassinato – repetido os mesmos papéis atribuídos ao homem pela sociedade e, geralmente, reproduzindo a mesma hierarquização por sexo que o mundo dos adultos. Ou, então, não tendo como se defender, ele aprende desde pequeno, o poder da subordinação de classe.

Outro elemento importante para se compreender trabalho infantil e gênero, na perspectiva aqui abordada, se dá na relação gênero-raça/etnia, pouco contemplada até agora pelos estudos sobre criança e adolescente. Mas faltam dados. Apenas no final dos anos 90 e começo deste século iniciaram-se os esforços dos institutos de pesquisa para compor indicadores desagregados por sexo e etnia o que deverá permitir, no futuro, outros modos de focar e

contribuir para a superação de problemas que têm especificidade própria, seja na área urbana ou rural. Cada vez mais será necessário compreender as inter-relações entre pessoas, grupos, populações, e os governos e as empresas no nível local.

No informe *Un Futuro sin Trabajo Infantil*⁹⁹ considera-se, a partir de agora, a necessidade de um enfoque holístico das investigações sobre meninas, meninos e adolescentes, que tome em consideração todos os aspectos da sua vida, isto é, trabalho, escola, relações com a família, com a vida comunitária, com outras crianças e a interação com o mundo dos adultos. Certamente esse novo marco das investigações pode começar a estabelecer as diferenças e a construir parâmetros informativos necessários a essa nova etapa do processo.

Por último, mas nem por isso menos importante, está a questão da linguagem. A maioria dos textos e pesquisas dos anos 90 fala em “criança” e “adolescente” que, conforme o enunciado anteriormente, não só exclui as particularidades, mas oculta os sexos. Certamente a argentina Eva Giberti, psicóloga e consultora da UNESCO, autora de vários estudos sobre identidade e sobre obediência,¹⁰⁰ é uma das pesquisadoras mais contundentes na defesa do direito à identidade de sexo nos textos e nos discursos. Para Giberti, “se um dos direitos humanos é o direito a sua identidade, este direito não perderá seu estatuto de ficção enquanto a literatura, o falar popular, a academia e o jornalismo insistirem em chamar de menino a quem é uma menina. Esta disseminação do sexismo através da linguagem adquire características de violência simbólica (...) A discriminação com a menina começa com sua presença nos imaginários e com sua ausência simbólica quando ela é nomeada como extensão ilícita do masculino.”¹⁰¹ Para a autora, “a produção do discurso dominante é masculino e conta com a adesão não reflexiva de um universo significativo que forma parte do gênero feminino”.¹⁰² Ao analisar o discurso da invisibilidade, Giberti procura demonstrar desde um ponto de vista psíquico, que já na alfabetização primária a linguagem desde o início evidencia a diferença entre os sexos. É a partir daí que a menina começa a confundir-se a respeito de si e da “superioridade” do menino (as aspas são da autora), condição que não está alheia à relação de poder e sexualidade. Usando o conceito de *capital cultural*, de Pierre Bourdieu, Giberti analisa como vão se acumulando registros que se carregam ao longo da vida, constitu-

⁹⁹ *Op. cit.*, parágrafo 212, pg.72

¹⁰⁰ Eva Giberti – “La Niña: para una ontología de la discriminación inaugural”. In: *Revista Feminaria*, ano XVI, no. 26-27, Buenos Aires, 2001; Eva Giberti *et al* (comp.) – Políticas y Niñez, Editorial Losada, Buenos Aires, 1997, entre outros.

¹⁰¹ Eva Giberti – *Revista Feminaria*, op cit, pg. 21.

¹⁰² *Idem ibdem*, pg.22.

indo o lado obediente e submisso da menina na escala das hierarquias de poder e das relações humanas, em benefício do sexo masculino e das desigualdades de gênero. Como meta, a autora propõe uma ressemantização da própria Convenção – que em português é “dos Direitos da Criança”, portanto, suprime os dois sexos e não qualifica nenhum, mas em espanhol é “de los Derechos del Niño”:

“Enquanto não se desagregue e não se reconheça a menina nos fatos e no título da Convenção e enquanto não se corrija a linguagem instaurando um espaço para chamar menina às meninas, continuaremos reproduzindo discriminações”.¹⁰³

Por tanto, uma coisa é o nível cognitivo e o que se pensa sobre gênero e outra são as raízes desse conjunto de idéias e as conseqüências para a vida das pessoas – em diferentes realidades - das instituições, em sociedade e para o *gender mainstreaming*.

É necessário recordar, finalmente, que as desigualdades de gênero não são um problema exclusivo da mulher que se resolve apenas com programas e ações focadas. Trata-se de um problema político, social e cultural, inter-relacionado com o modo de vida, a distribuição do trabalho e do poder, cujas conseqüências atingem a todos, independentemente de classe social, etnia, idade, nacionalidade e que requer mudanças nas relações humanas e sociais. ■

¹⁰³ Idem ibidem, pg.26.



COMO O TRABALHO INFANTIL, QUESTÕES DE GÊNERO E POBREZA SÃO PERCEBIDOS PELA MÍDIA?



Em 2003 a ANDI, Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Brasil), publicou o primeiro informe¹⁰⁴ entre os países da sub-região, demonstrando como os jornalistas brasileiros participam da cobertura do tema pobreza. As carências, criteriosamente elencadas, foram capacidade limitada de transmitir informação, utilização de conceitos reducionistas, reprodução de discursos oficiais, pouca pesquisa e pouco cuidado no tratamento dos dados. A pesquisa envolveu o monitoramento de um ano em 44 jornais nacionais e regionais e em duas revistas semanais de impacto entre formadores de opinião. Ao se verificar as principais abordagens das matérias, comprovou-se que apenas 0,2% relacionaram o tema com gênero e a maioria das matérias foi trabalhada por mulheres.

AS PRINCIPAIS ABORDAGENS DAS MATÉRIAS, DE ACORDO COM A PESQUISA

Combate (à pobreza, à fome)	17,2%
Soluções	15,6%
Estatística/indicadores	12,8%
Causas	11,8%
Conseqüências	9,3%
Questões étnicas, raciais	6,9%
Discussão de conceito	3,9%
Civismo/cidadania	3,6%
Questões de desenvolvimento econômico	2,6%
Diferença entre países/ regiões do mundo	2,4%

Capital humano	2,4%
Diferenças internas (Brasil)	1,8%
Crítica ao modelo desenvolvimentista	1,8%
Inclusão/exclusão digital	1,4%
Divulgação do ranking do IDH com discussão	1,2%
Transformações tecnológicas	0,6%
Conceito complexo: discussão de um componente	0,4%
Capital social	0,4%
Capital natural	0,2%
Questões de gênero	0,2%
Democracia deliberativa/direta	0,2%
Divulgação do ranking do IDH sem discussão	0,2%
Outros	3,4%

A pesquisa mostrou outros dados preocupantes. O tema não é discutido nas redações e ainda não foi abraçado pelos jornalistas, pois na visão de Clovis Rossi¹⁰⁵ falta tempo e falta romper com a formação generalista dos profissionais de jornalismo. Outro dado preocupante é que ao fazer o cruzamento entre o foco central das matérias e o modo como a população é tratada, a visão predominante é a de um tom paternalista, por meio do qual as pessoas são caracterizadas como carente ou desamparada e que em apenas 2,8% das matérias a população é vista como detentora de direitos. Em relação ao trabalho infantil e raça, houve uma queda de 45% das crianças brancas e apenas de 24% das crianças afrodescendentes na década de 90, acentuando-se a desigualdade de

¹⁰⁴ Veet Vivarta (coord.) – *Que País é Este? Pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano e social no foco da imprensa brasileira*, ANDI, Instituto Ayrton Senna, UNICEF, Cortez Editora, São Paulo, 2003.

¹⁰⁵ Clovis Rossi, editorialista do jornal Folha de São Paulo e autor da apresentação do livro *Que País é Este*, op.cit.

oportunidades raciais entre os mais pobres. Além disso, procurou-se demonstrar como muitos servidores públicos desconhecem os direitos e prioridades que crianças, adolescentes e mulheres têm nas políticas públicas e que permanece a confusão a respeito do conceito de equidade (pressupõe julgamento e justiça), que reconhece os indivíduos como diferentes entre si, portanto, requerem tratamentos diferentes para alcançarem oportunidades iguais. O argumento em relação às questões de gênero é de que as políticas públicas contra a pobreza não podem prescindir de iniciativas voltadas especificamente para a mulher e para a menina e que a ausência dessas ações constituem o principal entrave para o desenvolvimento humano, social e econômico. Entretanto, na área do jornalismo, poucos têm recursos informativos para mudar esse cenário que, além da falta de tempo e de formação, opera com um viés estereotipado e antifeminino. Constata-se, portanto, que é um ciclo fechado em si mesmo. Não existem estudos similares na sub-região.

Do ponto de vista da pobreza, gênero e mídia, um campo em geral relevado é o poder do rádio para a vida das mulheres e, conseqüentemente, para as crianças, adolescentes e o trabalho infantil. Enquanto os grandes meios de comunicação operam como entretenimento, mas também nas políticas, no imaginário e na economia, as rádios populares falam diretamente com a mulher. Os estudos sobre desenvolvimento e pobreza mostram como um dos fatores atávicos às mudanças é a falta de informação que sofrem as pessoas de baixa renda. Entretanto, existem provas consideráveis que demonstram como na América Latina e nas áreas mais afastadas o rádio é o meio por excelência para o empoderamento local das mulheres. Apesar disso, não existem atualmente políticas claras nessa área para as mulheres, como as que pautaram, por exemplo, o período desenvolvimentista e de extensionismo. Pelo contrário, esta é uma área de dificuldades e restrições severas em todos os países do Mercosul + Chile, pautadas em geral por interesses políticos de outra ordem e pela expansão das Igrejas no espaço midiático local. Entretanto, onde a rádio local opera com serviços para a comuni-

dade, as chances de empoderamento da mulher e de mudança nas relações de gênero são impressionantes, como demonstram as ações da AMARC, ALER¹⁰⁶, e outras redes, especialmente a das mulheres de rádio, que atuam na região.

Qual o objeto deste estudo?

Vale a pena ressaltar, também, que o tema criança e mídia tem sido fartamente estudado na região, mas não em relação ao trabalho infantil e na perspectiva de gênero – segundo as pesquisas realizadas nos sistemas de biblioteca on-line da região e diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos, Europa e algumas regiões da Ásia. Na Argentina, concentram-se desde os anos 90 os estudos mais relevantes sobre educação e gênero, sexismo e publicidade, esta com apoio do UNIFEM e da Associação Nacional dos Anunciantes. Em todos os países da região existem esforços, ainda que diferenciados, de influenciar na mudança dos materiais pedagógicos para o ensino, com respeito às discriminações - embora ainda não seja prioridade no Mercosul + Chile.

Quanto ao tema criança, mídia e educação, os esforços da UNESCO são realmente notáveis, mas eles por enquanto não incorporam a dimensão gênero e a perspectiva Mercosul + Chile. Entretanto, a UNESCO, juntamente com organizações sociais, jornalistas, empresários e governos¹⁰⁷, vem potencializando esforços em três áreas relevantes para essa pesquisa: protagonismo juvenil e mídia, particularmente através da escola, incentivo à discussão mundial e regional a respeito da qualidade das produções televisivas dirigidas às crianças¹⁰⁸ e apoio à formação de redes de mulheres-jornalistas na região¹⁰⁹. Constata-se que, no decorrer dos anos 90, as atividades que enfocam criança e mídia se intensificaram, a ponto de se converter em movimento internacional e pode ser visto como uma resposta direta à disseminação, para além fronteira e das mídias nacionais, da televisão por satélite, dos jogos eletrônicos, da internet, da publicidade etc. e as implicações para as crianças e adolescentes. O tema será aprofundado em capítulo subsequente.

¹⁰⁶ AMARC - Associação Mundial de Rádios Comunitárias; ALER – Associação Latino-americana de Rádios Religiosas (gerida por setores progressistas da Igreja Católica com as comunidades).

¹⁰⁷ Para uma consulta mais abrangente sobre o tema em escala global, e o envolvimento do UNICEF, consultar <http://www.crin.org> ou <http://www.unicef.org/specialsession>

¹⁰⁸ Será realizado de 19 a 24 abril de 2004, a *Cúpula Mundial sobre Criança e Mídia*, no Rio Janeiro. O encontro vai envolver produtores de televisão, emissoras comerciais e públicas, pesquisadores, ONGs mundiais e da América Latina e crianças e adolescentes organizadas na produção de meios de comunicação e com educcomunicação de países da sub-região.

¹⁰⁹ Elizabeth Nardelli e Francisco Sant'Anna – *Mujer y Prensa em América Latina*, Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal e UNESCO, 2002.

A paisagem do cenário midiático e a proposta de solução. Isso é o bastante?

O cenário midiático implica em distinguir algumas dimensões, importantes para essa pesquisa. As indústrias do entretenimento¹¹⁰ ou indústrias culturais são atualmente um dos setores mais rentáveis da economia global, que operam em grandes monopólios e através de não mais de cinco grandes conglomerados. O *pattern*, ou modelo de produção, é crescentemente incorporado pelos sistemas de produção nacional e regional, incidindo em escala mundial no modo de perceber o mundo. Apesar disso, observam-se na região, processos alentadores em relação às crianças e adolescentes – ainda que seja mais difícil tratar dos sexismos, reprodução dos estereótipos e do reforço às desigualdades de gênero entre homens e mulheres.

Tomou-se, para essa análise, a televisão aberta, que é o meio por excelência na América Latina. Dos três maiores grupos de comunicação da América Latina, dois operam na sub-região e são a Rede Globo, do Brasil (o primeiro), e Clarín, da Argentina (o terceiro). Com o UNICEF e empresas, ambos realizam anualmente o “Un Sol para los Chicos” (Canal 13); e atualmente, em parceria com a UNESCO, a TV Globo realizará o “Criança Esperança”, envolvendo pessoas famosas, artistas, publicitários, os profissionais das emissoras e a sociedade para a discussão dos direitos da criança e do adolescente e para a coleta de fundos da sociedade em prol de projetos educativos. No Brasil, por exemplo, os fundos arrecadados em 18 anos consecutivos da campanha, até então realizada em parceria com o UNICEF, beneficiaram mais de 2,7 milhões de crianças e cerca de 5 mil projetos sociais. A ação da Rede Globo, de acordo com a avaliação do UNICEF Brasil, tem impacto no governo e incentiva empresas a participar de projetos sociais e a investir na busca de soluções para a situação da criança e do adolescente. Na Argentina, é crescente o envolvimento de fundações e dos empresários com responsabilidade social e, no Paraguai, a rede ABC, de capital argentino, está sensibilizada para o tema, conforme pesquisas de campo. Outra ação importante tem sido implementada pelos canais públicos/educativos no Dia Internacional da Criança e da Teledifusão, 13 de dezembro. Nesse dia, meninos, meninas e adolescentes são criadores e protagonis-

tas da programação, realizam documentários e entrevistam pessoas de governo e de reconhecimento público. Na sub-região, o projeto envolve a TV Cultura¹¹¹ e a rede de emissoras públicas brasileiras, o canal 7 do Chile e a rede ABC da Argentina. Em suma, ao mesmo tempo em que operam modelos de construção hegemônica da indústria do entretenimento, existem também vontades e brechas em outras áreas. Por exemplo, a TV Cultura, na programação infanto-juvenil, desenvolveu ao longo da última década programas criteriosos e equilibrados em relação às questões e aos papéis de gênero e é a emissora que mais se destaca nesse sentido na sub-região, embora o tema tenha sido pouco percebido até o momento. Foram observadas produções nacionais para jovens que tratam de relacionamentos e direitos sexuais e reprodutivos (Canal Futura, da Rede Globo e Televisão Nacional do Chile) e a participação da menina cientista no Canal Futura (Rede Globo). Faltam, entretanto, estudos comparativos e de impacto que permitam relacionar e compreender o interesse das emissoras e a percepção da audiência. Uma ação iniciada em 2002 por iniciativa da OIT pode ser propulsora de mobilizações junto à mídia: o dia 12 de junho foi instituído o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil, reforçando uma ação simultânea no mundo todo, com a enfoque de um tema a ser divulgado e debatido em conjunto.

Quem pode participar da esfera pública?

Outra dimensão midiática importante é a da construção dos processos informativos nas esferas públicas. A imprensa e a publicidade, através de campanhas institucionais sociais exercem papéis fundantes nessa dimensão. É nesses espaços que as políticas dos direitos humanos é posta perante novos desafios e novas tensões e, é na dimensão nacional, regional e intercultural, que podem provocar mudanças de sentido. Embora o espaço público esteja em retração, compreende-se por esferas públicas um campo de interação em que indivíduos, grupos e associações estabelecem equivalências e hierarquias entre interesses, reivindicações e identidades.

As campanhas operam nesse sentido, pois elas instalam um tema nas esferas públicas para negociação de interesses, envolvimento da opinião e da participação pública, emergência de tensões e mudança de

¹¹⁰Indústrias do entretenimento são aquelas que envolvem a produção-distribuição audiovisual, musical, dos jogos eletrônicos, internet e seus softwares, a produção de equipamentos e tecnologias em escala mundial, amparados por sistemas de telecomunicações. O conceito de indústria cultural está relacionado com os modos de ver e ressemantizar das culturas e povos em relação aos avanços da indústria do entretenimento.

¹¹¹A TV Cultura recebeu por duas vezes o Prêmio Emmy Internacional pela programação do 13 de dezembro, concorrendo com mais de 2 mil emissoras PBS de todo o mundo.

sentido. Elas operam, também, como alargadoras de processos educativos e democráticos.

O fenômeno mais importante na sub-região está relacionado à crescente participação dos publicitários em ações públicas e o envolvimento solidário dos meios de comunicação. O Circulo Uruguayo de la Publicidad¹¹², uma organização sem fins lucrativos, que reúne profissionais da publicidade e agências de primeira linha da sub-região, tem sido a instituição alavancadora do uso da criação publicitária com responsabilidade social. Em 2001, cerca de duzentos publicitários da América Latina, reunidos em Punta del Este, participaram de discussões e concursos para a produção de diferentes peças para promover os direitos da criança e do adolescente. Desse esforço resultaram quatorze filmes para televisão e seis peças gráficas sobre trabalho infantil, educação, identidade, família, participação e saúde que foram doados ao UNICEF para serem exibidos na região, através das principais redes de televisão a partir de 2002. Participaram da operação solidária líderes da criação publicitária, reconhecidos internacionalmente. Os custos de produção foram cobertos pelo UNICEF, OIT e UNESCO numa ação conjunta.¹¹³

Em novembro de 2002, o encontro anual do Círculo trabalhou em cooperação com a Anistia Internacional para preparar campanhas sobre discriminação por orientação sexual, xenofobia, tortura psicofísica, violência doméstica, meninos soldados, promoção da Corte Penal Internacional e coleta de fundos para a Anistia Internacional. A campanha será realizada por publicitários do Uruguai.

Em março de 2003, abriu-se pela primeira vez o debate no Círculo sobre "Sexismo na Publicidade". Participaram publicitários, representantes dos meios de comunicação, parlamentares da Comissão de Equidade e Gênero da Câmara dos Deputados para discutir se o uso dos estereótipos da mulher pela publicidade reflete o real ou contribui para reafirmar os padrões discriminatórios. Observou-se que, para alguns profissionais, a publicidade é reflexo das pautas culturais e, para as mulheres publicitárias, o sexismo opera como um desrespeito ao papel da mulher. É crescente, entretanto, o aumento da sensibilização de publicitários homens e mulheres em relação às discriminações contra a imagem da

mulher.¹¹⁴ O Circulo Uruguayo da Publicidad apóia o Premio à Publicidad Livre de Sexismo, promovido pela Comissão de Equidade e Gênero, da Câmara dos Deputados daquele país.

O debate sobre sexismo e estereótipos

O debate sobre o sexismo na publicidade se abre na sub-região e por esforço das mulheres. Pode-se observar o paradoxo que se estabelece entre a lógica do mercado que opera comercializando os sentidos, os papéis de gênero e os corpos, majoritariamente das mulheres, mas não apenas, e o dilema de se atuar com responsabilidade social numa região onde os círculos de pobreza são quase endêmicos. Sabe-se que todos são afetados pela publicidade comercial, mesmo os não-consumidores, pois é nesse não-lugar da economia que o impacto reverso dos sentidos é ainda maior.

Não existe na sub-região, por enquanto, nada semelhante ao Observatório das Mulheres, como o das mulheres profissionais de Barcelona, que assumiram uma atitude não passiva e pró-ativa. Ou outros similares no mundo, que tratam de monitorar os modos de construção da imagem da mulher nas esferas públicas pelos mídia e pela publicidade. Constata-se, porém, a existência de movimentos novos tanto por parte das sociedades como de setores dos profissionais de mídia.

O tema do sexismo na publicidade e o impacto para a vida das mulheres e meninas foi discutido pela primeira vez no começo dos anos 80, pela agência de notícias FEMPress, dirigida por Adriana Santacruz e Viviane Erazzo. Com base na expansão dos conglomerados de mídia e com a entrada na região do modelo Cosmopolitan de comercialização sexista de mulheres e homens, promoveu-se à época grandes debates que só foram timidamente recuperados para a Conferência da Mulher, Beijing 1995. Coube, entretanto, às argentinas¹¹⁵, como consequência das intervenções para mudança dos materiais escolares que reproduziam os papéis de gênero na educação, reativar as discussões sobre o sexismo na publicidade mais de 10 anos depois.

¹¹² O Circulo Uruguayo de la Publicidad reúne produtoras que trabalham de forma solidária na produção de campanhas multimídias difundidas pela América Latina e Caribe. Anualmente, realiza-se o evento "Desachate", considerado o "Woodstock da publicidade mundial". Participam publicitários, estudantes, fotógrafos, produtoras de cinema, anunciantes, músicos publicitários, estúdios de áudio e locutores.

¹¹³ Participaram 10 grupos de trabalho integrados por aproximadamente 20 líderes da criação publicitária de agências como J.W Thompson, Veja, Olms, Ponce, Young & Rubicam, DDB e BBDO, todos da Argentina, DM9/DDB e Salles D'Arcy, do Brasil, a Agência Publicitária da Comunidade dos Estados Unidos, entre outros.

¹¹⁴ Em 1997, Gonzalo Fernandez, diretor da agência Teorema, e membro do Circulo, trabalhou uma campanha para o Ministério da Educação e Cultura, para apoiar a luta das mulheres contra a violência doméstica. Em 1998 a Agência Viceversa produziu uma série de peças para televisão para o Comitê da América Latina e Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher, para comemorar os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Um dos pressupostos estava baseado na constatação de que as crianças não distinguem publicidade da programação televisiva. Apesar disso, a publicidade está presente no cotidiano produzindo modelos, valores e representações das relações humanas e da vida, da linguagem inclusiva ou discriminatória, do senso comum e dos mitos, especialmente o da beleza e o da felicidade.

Assim, em 1998 foi criado o prêmio para a “Publicidade Iberoamericana Não Sexista”, com apoio da FIAP, Federação Internacional de Agências de Publicidade e do UNIFEM. Os fóruns de debate temático e a entrega do prêmio ocorrem durante o encontro mundial da FIAP, na Argentina. Ganham o prêmio e participaram do concurso grandes agências internacionais do porte da Lowed Lintas, Young & Rubicam, Leo Burnett, DPZ, entre outras. Como consequência dos avanços, foi implementada a campanha educativa “Olhos que vêem, coração que sente” para estudantes de ensino médio de cinco países: Argentina, Chile, Bolívia, Nicarágua e México. Durante o ano de 2002, cerca de 2 mil e quinhentos alunos analisaram campanhas publicitárias nas escolas para aprender a sentir o impacto discriminatório delas e compreender os direitos de consumidor.

Em suma, não se pode perder de vista a relação existente entre os diversos modelos de construção dos estereótipos e dos papéis de gênero criados socialmente pelos mídia para homens, mulheres, meninos e meninas e a reprodução dessas mesmas situações como reforço do cotidiano. Não se pode relevar também a diferença que existe entre campanhas institucionais temáticas como, por exemplo, as de trabalho infantil e entre campanhas públicas para a mudança de mentalidade. Campanhas temáticas em geral são mais fáceis de serem incorporadas pela opinião pública, pois elas mobilizam emoções latentes. Já as que se dispõem às mudanças de mentalidade, como gênero, tocam questões mais profundas, pois requerem uma (des)mobilização de padrões inconscientes construídos por matrizes culturais. Entre o criador, a criação e a criatura podem acontecer sutilezas reativas e nem sempre explícitas.¹¹⁵

Uma campanha sobre trabalho infantil doméstico foi realizada em 2003, no Brasil, pela OIT e agência de publicidade McCann Erickson, com apoio da Fun-

dação Abrinq, da ANDI - Agência de Notícias dos Direitos da Criança, e com a participação do UNICEF e da Save the Children Reino Unido. O projeto foi construído ao longo de mais de um ano de trabalho estratégico, envolvendo indicadores de pesquisa, parcerias com ONGs, instituições públicas e meios de comunicação com o objetivo de ampliar e potencializar ações no âmbito dos direitos da menina e da adolescente trabalhadora doméstica.

Esse é um dos *cases* que mereceria uma análise de gênero. Como estratégia é dos melhores *cases* realizados recentemente. Foram capacitadas, ao longo do processo, instituições sociais de cinco capitais para atuarem na divulgação do tema e na difusão da campanha com os meios de comunicação local. Prefeitos, Conselhos Tutelares, Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, as Igrejas (católicas e evangélicas) e jornalistas foram informados previamente sobre a campanha e preparados para atuarem em convergência. Vários recursos de comunicação foram acionados para melhorar a performance das fontes de informação e jornalistas “amigos da criança” foram qualificados para a cobertura através de workshops em oito capitais brasileiras. Produziram-se informações para boletins que circulam entre professores, sobre a situação da menina e da jovem que trabalha em casa, na comunidade e em casa de terceiros, em situação que muitas vezes inclui atividades consideradas piores formas de trabalho infantil. Em áreas da Amazônia brasileira, esse tipo de ocupação se assemelha ao das “criaditas” do Paraguai. Com o lançamento da peça para televisão e do spot para rádio, o tema ganhou visibilidade nas esferas públicas e virou pauta de discussão nacional, com participação de ONGs, governo, empresas. A receptividade dos meios de comunicação na veiculação solidária das peças de publicidade constitui um fato notável na mídia brasileira. Foram mais de 2 mil e seiscentas inserções em televisão, mais de 6 mil em rádios, nas revistas atingiu um público de mais de 20 milhões de pessoas, no cinema foram mais de 400 exibições na rede Cinemark, além de aeroportos, difusão na área escolar atingindo cerca de 660 mil estudantes da rede pública de ensino e suas famílias e discussão na principal telenovela do horário nobre. A campanha é de fato extraordinária e as peças televisivas e radiais estão sendo traduzidas para o espanhol para serem difundidas em outros países da América Latina.

¹¹⁵Especialmente a Gloria Bonder, uma das responsáveis no Ministério da Educação pela inclusão de gênero nos estudos escolares e diretora de CEM – Centro de Estudos de la Mujer, de Buenos Aires.

¹¹⁶Em 2002 a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, do Brasil, com participação voluntária da agência de publicidade Full Jazz, criou uma campanha nacional de combate à violência contra a mulher. A peça publicitária tinha como slogan “Pare com isso se você for homem” – frase popular de efeito moral. A não veiculação ampla da campanha se deu dentro de áreas do governo, pois os homens tomadores de decisão se sentiram ofendidos. Dito de outro modo, o não convencional opera como poder de distintas formas, entre o sutil até a violência crua. O sutil é o modo menos transparente das relações de poder.

A imprensa é o outro cenário midiático importante para esta pesquisa

A democracia depende de como a opinião pública é formada e os meios de comunicação são cruciais para isso. Além disso, sem uma imprensa livre, não se estabelecem as formas essenciais de peso e contrapeso no Estado e na relação deste com a sociedade. Na tradição jornalística, uma política editorial ética e independente confere à imprensa o papel de crítica ou de “Quarto Poder”, segundo o qual se supõe a representação dos interesses públicos. Entretanto, questões fundantes para a prática do jornalismo, como objetividade, imparcialidade, exatidão, são conceitos escorregadios que impedem uma definição simples.

Uma das maiores dificuldades do exercício do jornalismo atual está na intersecção entre os interesses públicos do papel da imprensa, os interesses privados das empresas de comunicação, a baixa qualidade da maioria dos cursos de jornalismo e comunicação e a sobrevivência organizativa e pessoal dos próprios jornalistas. Este é, por tanto, um campo de permanente tensões e negociações, às vezes de limitação do profissionalismo e das questões éticas. Ao mesmo tempo, o direito à liberdade de expressão é, e deve ser, um valor sempre muito importante para os profissionais dos meios de comunicação.

Preocupados em restituir os direitos da criança e do adolescente nos meios de comunicação, os dirigentes da FIP, Federação Internacional de Jornalistas tem procurado sensibilizar os meios de comunicação, desde a Conferência de Oslo, em 1999, alertando-os que o tema tem ocupado, de modo geral, um lugar predominante no contexto de abusos, exploração de meninos e meninas e sensacionalismo.

Segundo a FIP “os meios de comunicação desempenham um papel importante na mobilização do público em relação aos direitos da criança e do adolescente, mas podem mostrar-se ambíguos. Ainda quando os jornalistas possam revelar casos de abusos e sensibilizar com respeito aos direitos da criança e do adolescente, os meios de comunicação também infiltram no público atitudes tolerantes em relação à pornografia e à prostituição infantil... A maneira como os meios de comunicação representam as crianças e adolescentes exerce um profundo impacto sobre a atitude da sociedade em relação a eles e também afeta a maneira como os adultos se comportam... Os jornalistas precisam ser sensíveis com res-

peito às conseqüências da informação que proporcionam.”¹¹⁷

Para Aidan White, secretário geral da FIP, “os jornalistas precisam ter confiança em que podem mostrar normas éticas, mais do que “cumprir ordens” e que podem proteger as fontes de informação confiáveis. O direito à liberdade de expressão, sempre importante, deve harmonizar-se com outros direitos importantes, especialmente com o direito das crianças e adolescentes à liberdade de não sentir medo e de não serem explorados”¹¹⁸

A FIP mostra-se particularmente preocupada com o jornalismo sensacionalista em relação às crianças e adolescentes, pois raras vezes essa cobertura analisa as causas sociais e econômicas. Mas também adverte às direções e editores que, para mudar essa situação, é preciso examinar os princípios ou diretrizes que os jornalistas são obrigados a cumprir e que são obstáculos para um bom jornalismo.

Para a FIP, a feroz competição comercial é um dos fatores que favorecem a exploração de meninas, meninos e adolescentes por parte dos meios de comunicação.

Na sub-região Mercosul + Chile, a relação entre imprensa e sociedade com relação aos direitos da criança e do adolescente é ambígua. Observou-se interesse dos meios no tema, preocupação com o jornalismo sensacionalista, especialmente no Paraguai, interesse difuso dos profissionais de imprensa e abertura das instituições de representação dos jornalistas, embora o tema ainda não faça parte da agenda. Constatou-se a ausência de uma esfera de articulação sub-regional para tratar o tema.

Algumas das entrevistas com jornalistas e especialistas revelam as preocupações nesse campo e contribuem para uma maior compreensão do problema.

Argentina - Apesar da mídia argentina não manter os temas da infância constantemente em pauta, a aparição do tema criança e adolescente está associada à educação e à crônica policial. São raros os momentos em que eles ganham voz e constatou-se um desconhecimento das legislações e direitos adquiridos.

“A infância não está enfocada na mídia como grupo social e de direitos. Este, aliás, é apenas um dos aspectos do desrespeito aos direitos da criança e do adolescente que há na Argentina.”
 (Hugo Muleiros, secretário de redação da Agência de Notícias ANSA)

¹¹⁷FIP - Restituir os Direitos da Infância, Federação Internacional dos Jornalistas, Bélgica, 2002, www.ifj.org

¹¹⁸ Idem ibdem, Introdução, pg. 5.

“Há uma forte tendência de criminalização da infância. Em muitas oportunidades, cria-se uma imagem de periculosidade de grupos de crianças desfavorecidas economicamente.” (Andrés Criscaut, consultor do UNICEF para Comunicação).

Ambos atribuem a má qualidade da cobertura sobre a infância à falta de conhecimento dos jornalistas e afirmam que esta carência pode ser estendida aos temas sociais em geral. Por isso, o UNICEF oferece oficinas de capacitação aos profissionais de imprensa, pouco aproveitadas na capital, mas bem frequentadas no interior.

“Temos que levar em conta que os jornalistas portenhos trabalham em más condições, sem tempo para especializar-se. Sendo assim, pode-se afirmar que há maior disposição da parte dos jornalistas do interior do país para o estudo, o que os torna mais sensíveis” (Hugo Muleiros, secretário de redação da ANSA)

Constatou-se, por outro lado, que embora a imprensa se Argentina ocupa de modo quase exclusivo, das questões graves motivadas pela crise político-econômica, sua ação foi preponderante na mobilização social para o combate à desnutrição infantil. Neste contexto, o tema do trabalho infantil praticamente desapareceu do noticiário.

“Não consideramos hoje o trabalho infantil como um tema grave. Há questões, como a desnutrição e o abuso sexual, que são hoje muito mais importantes para a Argentina.” (Javier Navia, editor do Suplemento Especial do jornal *La Nación*)

Por outro lado, esta visão parcial dos fatos é produto da limitada visibilidade social do trabalho infantil, da falta de dados estatísticos que comprovem seu crescimento, sua magnitude e complexidade e da ausência de debates nas esferas pública e privada.

A OIT e o UNICEF são as fontes de informação mais respeitadas pela imprensa, no entanto, os casos, as informações não merecem maiores aprofundamentos. A CONAETI, três anos depois de sua criação, permanece desconhecida entre os jornalistas. Segundo sua presidenta, Graciela Sficiotti, o Ministério do Trabalho carece de uma estrutura comunicacional para oferecer informações periódicas sobre trabalho infantil para os profissionais da imprensa.

Em relação à perspectiva de gênero, observa-se que há um despreparo dos jornalistas quanto à matéria, além da ausência de informação e de indicadores que facilitariam o trabalho jornalístico e a formalização de critérios para se desenhar políticas públicas. Para

Eva Giberti, psicóloga, autora de livros sobre os direitos da menina e consultora da UNESCO,

“Embora a questão de gênero não esteja em discussão quando o assunto é trabalho infantil, pois não há consciência de gênero entre os jornalistas, os papéis de gênero estão sempre colocados, de uma forma ou de outra. Por exemplo, quando a jovem mulher aparece retratada como possuidora de extrema capacidade de trabalho e de ter filhos. Os meios de comunicação seguem apoiando a ideologia patriarcal e os jornalistas reproduzem essa mentalidade”.

Brasil – Apesar do avanço observado no tratamento dos jornalistas brasileiros em relação aos direitos da criança e do adolescente, o noticiário sobre trabalho infantil é definido por pesquisadores e jornalistas como insuficiente e limitado.

A jornalista e escritora Andréia Peres afirma que a imprensa brasileira não superou o denunciamento da década passada:

“O debate da questão evoluiu nas esferas públicas e privadas e entre as instituições do terceiro setor, mas a imprensa não acompanhou o movimento e está parada no estágio anterior (o do denunciamento). Os valores da classe média brasileira ainda acabam sendo reproduzidos porque há poucas referências bibliográficas sobre o assunto e poucas fontes.” (Andréia Peres)

O reconhecido jornalista brasileiro, TT Catalão, faz referências aos “surto de indignação” que acometem a imprensa brasileira sem criar substrato para a consciência:

“Interessam os fatos que causam grande comoção e com os quais, infelizmente, os jornalistas não combinam reflexões diárias para tornar o trabalho infantil um tema recorrente.”

Segundo TT Catalão, a preferência dos jornalistas brasileiros ainda é pelas fontes oficiais e pelos Organismos Internacionais, considerados de alta credibilidade pela imprensa. Um e outras apelam para um desvio na prática jornalística a que TT chama de “pesquisite”:

“O jornalista exerce a sua atividade estimulada por pesquisas, sem perceber tendências que o levariam a buscar histórias comoventes e mobilizadoras. Quem cria a grande reportagem não é a pesquisa em si. São os nomes, caras e histórias por traz dos números.”

Tacyana Arce, repórter do *Estado de Minas*, jornal que sempre se destacou na cobertura da infância e adolescência, aponta outra questão:

“Os jornalistas têm dificuldades de se libertar de preconceitos e do senso comum. Reproduzem os conteúdos do inconsciente coletivo brasileiro de aceitação do trabalho infantil.”

O tema do trabalho infantil com enfoque de gênero é pouco percebido pela mídia e pelos meios acadêmicos, segundo a psicóloga e pesquisadora Rosângela Freitas, que pesquisou o tema trabalho juvenil e gênero em sua tese de mestrado sobre as adolescentes que realizam panfletagem nas ruas da cidade de São Paulo durante os finais de semana. Segundo a pesquisadora, o tema tem escassa abordagem em toda a América Latina e também pelos movimentos de mulheres.

“Acontece que o conjunto de problemas das mulheres é tão vasto e complexo que o movimento feminista, solitário na luta pela defesa dos direitos das mulheres, não pode lançar-se na direção de outros temas porque já nem consegue abarcar os próprios.”

A declaração é de Ana Paula Portela, da ONG feminista SOS Corpo, que coordenou em 2002 uma pesquisa sobre tráfico de crianças, adolescentes e mulheres para fins de exploração sexual no estado de Pernambuco, em parceria com instituições que cuidam da criança e do adolescente. Segundo Ana Paula, a partir deste trabalho, realizou-se em maio de 2003, um seminário estadual para discutir o assunto. Uma das decisões do encontro é ampliar o debate nas instâncias de articulação política sobre a exploração sexual comercial e a violência contra crianças e adolescentes.

Na imprensa, os números diminuem em ritmo acelerado. A série de pesquisas da ANDI sobre o comportamento editorial do jornalismo escrito brasileiro, iniciada em 1996 pelo acompanhamento diário da mídia impressa e com uso de metodologia própria para classificação do material, comprova esta realidade. No Relatório 2002/2003 sobre infância na mídia, o tema da exploração do trabalho aparece entre as pautas esquecidas, com presença 25,57% menor no noticiário de 2002 em relação ao de 2001, caindo de 7º. para 12º. lugar no ranking dos temas mais abordados. Por outro lado, cresceu o tema da exploração sexual comercial, que está incorporado ao tema do abuso se-

xual. Espera-se que em 2003, com a campanha sobre o Trabalho Infantil Doméstico, o tema traga de volta o interesse da pauta e dos jornalistas brasileiros sobre trabalho infantil. Por enquanto, não existe consciência sobre as questões de gênero relacionadas à situação de meninas e meninos, portanto, com o *gender mainstreaming* nas esferas públicas e nas políticas públicas de modo geral.

Chile – É limitado o debate na sociedade chilena relacionado à maneira pela qual se gera e se difunde para o público, as representações sociais da infância e adolescência. Durante todo o ano de 2001, a organização internacional *Save the Children* e a ACHNU – *Corporación Asociación Chilena Pro Naciones Unidas* realizaram uma investigação¹¹⁹ sobre os discursos da imprensa escrita em relação à infância e adolescência, analisando os dois jornais nacionais de maior importância, o *El Mercurio* e *La Tercera*.

Segundo a pesquisa, a primeira dimensão mais abordada pelos meios é a educação, seguida de violação de direitos, drogas, álcool e sexualidade. No caso particular do *El Mercurio*, priorizam-se os temas que se vinculam ao risco que crianças e jovens delinquentes representam para a sociedade. No *La Tercera*, a prioridade estendeu-se aos temas que reforçam a imagem de crianças e adolescentes responsáveis, mas no padrão adulto. No ano foram publicadas 1.124 notícias nos dois jornais e a promoção dos direitos ficou em penúltimo lugar no ranking.

Para o pesquisador Cláudio Aventaño, os dois jornais, tanto quanto os demais meios de comunicação do Chile, expressam o senso comum, ou seja, o valor cultural que a sociedade atribui a crianças e adolescentes. Trata-se, segundo ele, de uma representação bipolar, com um foco no estudante e outro no delinquente. Representação esta centrada na preocupação dos adultos com o êxito escolar e no debate atual sobre a idade penal, ambos reproduzidos pela imprensa.

“De um lado, estão os filhos dos ricos, que dedicam cada vez mais tempo à escola, e de outro, as crianças e jovens que vivem nas ruas, que são sempre percebidos como perigosos. De um modo geral, a sociedade e a imprensa chilena tratam a criança e o adolescente como seres sem autonomia, como se fossem seres humanos incompletos” (Cláudio Aventaño, pesquisador)

Este discurso não se renova, segundo Maria Jesus Silva, coordenadora do IPEC, porque não há estratégias de comunicação concertadas entre aqueles que deveriam promover o tema.

¹¹⁹ Klaudio Duarte Quaper e Catalina Littin Menz – *Niñas, Niños y Jóvenes: Construyendo Imágenes en la Prensa Escrita*, ACHNU, Chile, 2002.

Paula Walker, da assessoria de comunicação do UNICEF, de Santiago, refere-se a uma “certa inércia” da imprensa:

“Em minha opinião, há interesse dos meios pelos temas da infância e adolescência, mas não há proatividade. Com relação ao trabalho infantil, um tema ainda pouco explorado, surgiram discursos positivos entre os líderes de opinião.”

O que caracteriza a cobertura sobre o trabalho infantil, segundo Paula Walker, é o prestígio dos organismos internacionais, principalmente OIT e UNICEF. Outra fonte de informação é o SENAME – Serviço Nacional do Menor. As demais instituições realizam grande esforço para manter o tema em evidência, sem alcançar grande êxito, afirma Miriam Salazar, do Sindicato dos Professores, que é integrante do Comitê Internacional para a Erradicação do Trabalho Infantil.

As informações coletadas indicam que, no período da pesquisa, a imprensa chilena não avançou na abordagem do trabalho infantil e as questões de gênero não constituem tema do jornalismo do *mainstreaming*.

Paraguai – Segundo Jesus de la Peña, da Coordenação para a Erradicação do Trabalho Infantil - COETI, entidade que congrega nove instituições não-governamentais, tanto o governo do Paraguai quanto as ONGs ainda estão desenhando as bases para combater o trabalho infantil.

“Por enquanto, estamos tratando de questões gerais, definindo estratégias de ação, entre as quais inclui-se um programa de comunicação que será composto de quatro eixos: instituições públicas, meios de comunicação de massa, comunidade escolar e sociedade civil. As questões de gênero, no entanto, ainda não estão entre as nossas prioridades.” (Jesus de la Peña, COETI)

No Paraguai, as questões de gênero em geral aparecem apenas nas agendas de instituições públicas e privadas das mulheres. A mídia não trata do tema.

“Vivemos hoje um grande retrocesso do tema de gênero na imprensa paraguaia. Acredito que seja um reflexo da ausência do tema comunicação entre as organizações não-governamentais, de um lado, e, de outro, o empenho da área de comunicação da Secretaria Nacional da Mulher de divulgar somente ações institucionais.” (Carmem Colazzo, pesquisadora)

Apesar disso, a questão gênero aparece como determinante nas situações mais graves do trabalho

infanto-juvenil, qual seja, a exploração sexual comercial na tríplice fronteira Argentina-Brasil-Paraguai, o recrutamento de “niños soldados” e a exploração do trabalho doméstico de meninas, chamadas de “criaditas”, entregues pelos pais aos patrões, por meio de uma relação de “compadrio”, para serem educadas em troca dos serviços prestados. A questão das “meninas e meninos soldados” recebe atenção especial, há dois anos, de uma rede comandada pela Comissão de Direitos Humanos do Senado, obrigando as Forças Armadas a tomarem precaução no recrutamento de jovens soldados.

Segundo Susana Oviedo, do jornal *Última Hora*, de circulação nacional, a mídia, em geral, trata de meninos e meninas de ruas com frequência nas páginas policiais, de forma estigmatizada e preconceituosa.

“Os meios pautam-se pelas ações da polícia, reproduzindo a mentalidade e até mesmo o jargão policialesco. Os meninos que estão nas ruas praticando roubo são pejorativamente chamados pela polícia e, agora, pela imprensa de “caballos locos”. As meninas recebem o apelido depreciativo de “éguas locas”. Há deficiência ética da mídia e vícios sobretudo da televisão, que vive atualmente uma onda sensacionalista. Não temos jornalismo investigativo.” (Susana Oviedo, jornalista da *Última Hora*)

As informações de Suzana Oviedo confirmam as impressões de Marta Gimenez e Maria Silvia Calvo, da ONG Global...Infância, de que a imprensa paraguaia desconhece os direitos da criança e do adolescente e a própria Convenção.

“Há pequenos avanços, jornalistas sensibilizados, mas a sensação de ingovernabilidade, insegurança e o agravamento da crise econômica em nosso país, faz com que o povo exija ‘mão dura’. A imprensa, então, endurece.” (Marta Gimenez, Global...Infância)

Laura Bado, editora do jornal *La Nación*, também de circulação nacional, destaca a ausência de pluralidade de fontes na imprensa. Os dados aos quais se atribui confiabilidade são, invariavelmente, originados por fontes oficiais. Além do mais, a mídia parece não ter incorporado a doutrina de proteção integral da criança em substituição à doutrina da situação irregular do menor.

“Por isso é que as “criaditas”, por exemplo, ganham espaço na mídia apenas se estiveram envolvidas em delito. Estamos muito longe de tomar nas mãos a questão da infância”. (Laura Bado, *La Nación*)

Com apoio da OIT, foi publicado em setembro de 2003, com base nas campanhas sobre trabalho infantil doméstico, o livro "Orientações para Comunicadores Sociais"¹²⁰, que trata dos direitos da criança e do adolescente paraguaios, das normas de proteção, indica fontes e sugere modos de tratamento da informação para todos os profissionais de comunicação. Embora não apresente as questões de gênero que permeiam o trabalho infantil doméstico, trata-se do primeiro esforço para apoiar jornalistas e comunicadores sociais com instrumentos que contribuem para qualificar a informação pública sobre os direitos da criança e do adolescente.

Uruguai - Pilar Perrier, consultora de comunicação do UNICEF, reconhece que o tema do trabalho infantil apresenta dificuldades na imprensa uruguaia:

"Considero a imprensa uma aliada, mas o seu papel é limitado (...) não vai inventar soluções. Somos nós os responsáveis por oferecer dados relevantes a serem transformados em notícia. E os dados ainda são escassos no Uruguai.."

Ainda segundo a consultora do UNICEF, quando não há novas estatísticas, o noticiário sobre trabalho infantil, e sobre a infância de modo geral, desaparece. De um lado, não há estratégias por parte das instituições governamentais e não-governamentais para manter o assunto em pauta e, da parte da mídia, os olhos estão voltados para uma agenda pública em que o trabalho infantil não está priorizado.

"A mídia reflete a lógica da agenda do governo, onde os problemas mais urgentes, como a crise bancária do ano passado(2002), se impõem aos temas de fundo. Em todas as coberturas, o imediato se sobrepõe ao que é importante."(Gabriel Pastor, editor da revista *Búsqueda*)

Outros jornalistas entrevistados reconhecem que a cobertura diária da grande imprensa segue a agenda do governo federal, do parlamento, dos partidos políticos e, com menos ênfase, a agenda das organizações sociais e sindicais. As chamadas "reportagens atemporais" quase não existem, afirma Carina Novarese, editora do jornal *El País*. "Não temos como fazer jornalismo investigativo", informa Cláudia Varela, repórter da *Saeta TV*.

A crise financeira também atinge as empresas de comunicação, que reduzem o número de profissio-

nais nas redações e a capacidade operacional, influenciando assim a qualidade do jornalismo exercido no país, que se vai oficializando.

"A imprensa não tem iniciativa nem disponibilidade para atender aos chamados para refletir sobre a temática da infância" (Jorge Freyre, coordenador geral da ONG *Gurises Unidos*, que oferece programas de capacitação para profissionais de comunicação, aos quais os jornalistas não comparecem)

"Tratar de gênero e trabalho infantil para a imprensa é tão somente falar de prostituição infantil." (Néa Filguera, coordenadora geral do *Grupo de Estudios sobre la condicion de la Mujer en el Uruguay*)

Todos os entrevistados concordam, entretanto, que começa a haver uma sensibilidade entre os jornalistas para a questão do trabalho infantil, mas ressaltam que a capacidade crítica pertence aos mais jovens, sem poder de decisão sobre as pautas a serem cumpridas diariamente.

Em 1997, com apoio do UNICEF, a instituição feminista *Cotidiano Mujer*¹²¹, de Montevideo, realizou um estudo sobre o tratamento que a televisão, jornais, rádio e revistas de alcance nacional ofereciam às crianças e adolescentes uruguaios. O estudo mostra, às vezes de forma detalhada, como se constroem e reforçam os papéis de gênero pela imprensa, o lugar do menino e da menina, a linguagem neutra dos jornalistas que não permite muitas vezes distinguir as individualidades da ação, a frequente culpabilização da mãe em relação aos filhos, que exclui a responsabilidade paterna, a descontextualização de notícias consideradas importantes pela opinião pública e a ausência de compreensão dos poderes públicos quando desenham políticas para as famílias, as crianças e os adolescentes, sem considerar as desigualdades entre homens e mulheres, meninos e meninas. O monitoramento mostra que o tema infância não teve relevância nos meios e, no pouco espaço a ele reservado, os principais temas foram educação, violência e abuso físico e sexual.

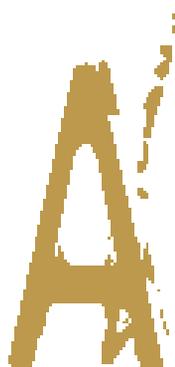
"Somente agora, graças aos esforços da OIT/IPEC, começa a haver uma preocupação com a situação de invisibilidade das meninas trabalhadoras domésticas, por exemplo." (Jorge Freyre, coordenador geral da ONG *Gurises Unidos*) ■

¹²⁰ Susana Oviedo – *Orientaciones para Comunicadores Sociales*, OIT, Asunción, 2003.

¹²¹ Cotidiano Mujer – *En el Medio de los Medios: Infancia*, Montevideo, 1999.



TRABALHO INFANTIL, GÊNERO E MÍDIA: "UM NÃO-LUGAR"



A expressão “um não-lugar” teve por objetivo evidenciar o quase¹²² ineditismo das discussões que procuram abordar as interconexões entre trabalho infantil, gênero e mídia. Também reforça a premissa de que deve haver um lugar para tal discussão.

A pesquisa nos 17 jornais do Mercosul

A pesquisa empírica analisou, para os jornais, um universo de 58 matérias publicadas ao longo dos meses de julho a dezembro de 2002 nos 17 jornais dos mais importantes países do Mercosul mais os do Chile. Nenhuma das sete revistas selecionadas trouxe matérias no período da pesquisa¹²³. Para a composição da amostra adotou-se o seguinte procedimento: contatos com os escritórios da OIT e do UNICEF, contatos com os centros de documentação dos jornais e com empresas de *clipping* e busca na internet. As matérias selecionadas tiveram como enfoque central as diversas abordagens sobre trabalho infantil.

Dado o reduzido número de matérias publicado sobre o tema nos jornais escolhidos e a necessidade de ser incluída a perspectiva de gênero, optou-se por trabalhar com duas metodologias distintas para a análise das mesmas. Construiu-se um instrumento de pes-

quisa, conforme descrito abaixo, para que uma análise de conteúdo possa ser feita com base nos dados recorrentes que forem extraídos da classificação das matérias do universo desta pesquisa.

Contudo, para além da análise de conteúdo, também será aplicada uma análise de discurso sobre estas mesmas matérias no intuito de, ainda que sobre um universo de tamanho reduzido, indicar possíveis padrões de abordagem de gênero quando o foco do jornalista é o trabalho infantil. Como é sabido, a análise de discurso centra-se, fundamentalmente, nos instrumentos lingüísticos (e alguns casos visuais, como as fotografias) utilizados pelos emissores da mensagem, que estarão sendo compilados em verbos, adjetivos, substantivos, figuras de linguagem, com o intuito de se verificar possíveis preconceitos e/ou modelos na abordagem do tema. Para tanto algumas questões foram verificadas em todas as matérias: sexo dos responsáveis pelas matérias, sexo dos principais personagens das matérias, gênero gramatical aplicado a substantivos como *niños/niñas, trabajadores/trabajadoras*.

De posse das matérias, foi elaborado um instrumento de pesquisa¹²⁴ que foi, então, utilizado para a classificação de cada uma das matérias veiculadas no período. O instrumento de pesquisa objetivou analisar quatro grandes conjuntos de questões: o primeiro é relativo ao tratamento conferido pelos jornalistas às diferentes temáticas que circundam a idéia do trabalho infantil (tipos específicos de trabalho infantil, legislação, combate, fiscalização, causas, soluções), o se-

¹²² Este “quase” é uma espécie de salvaguarda jurídica para eventuais reivindicações posteriores, mas o fato é que não foram identificadas dissertações que tivessem por objetivo enfatizar a correlação dos três temas propostos.

¹²³ As revistas consideradas para a pesquisa foram as semanais de maior circulação nacional.

¹²⁴ O instrumento ou ficha de classificação aplicada nesta pesquisa foi apresentada para análise de duas pesquisadoras de reconhecimento em dois países distintos: Virginia Guzman, consultora da CEPAL, no Chile e Tatiana Merlo Flores, do Instituto de Investigação de Meios, na Argentina. Ambas aprovaram a ficha com pequenas considerações.

gundo investiga como algumas pautas específicas (Fatores de risco, Trabalho Infantil Doméstico, Família) foram tratadas, o terceiro analisa diversos ângulos que pudessem identificar algum tipo de discussão em torno das questões de gênero e o quarto esmiuça as diferentes facetas do comportamento editorial dispensado a esta seleção de temas. Neste sentido, o instrumento permite analisar as seguintes questões:

Foco Central - qual o assunto centralmente discutido pelo jornalista na matéria? Estatísticas? Legislação? Combate?

Identificação sócio-econômica, geográfica e étnica - quais as características das personagens e/ou dos fatos descritos na matéria?

Para todas as matérias verificaremos se elas trazem discussões sobre: causas, soluções, conseqüências, indicadores, estatísticas, legislação, tipo de menção ao trabalho infantil doméstico, tipo de tratamento conferido à família, tratamento dispensado à população.

Gênero - diversas questões permitem verificar quando o tema ocorre e identificar como a discussão das questões de gênero é tecida na matéria: diferenças físicas entre meninos e meninas; diferenças comportamentais, psicológicas; diferenças no processo de vitimização; conseqüências sofridas por meninos e meninas; tipos de estereótipos reproduzidos; vulnerabilidades; reprodução do trabalho nos espaços privados e públicos envolvendo meninas e meninos, entre outros.

Questões jornalísticas: neste bloco do instrumento, a preocupação será identificar o tipo de matéria veiculado (matéria *per se*, artigo, editorial, entrevista); a forma de abordagem; "as fontes" e os responsáveis pela matéria.

Após a concepção do instrumento de pesquisa, uma equipe de classificadores foi treinada para que se diminuíssem ao máximo os possíveis problemas de subjetividade.

Com matérias classificadas e processadas, uma análise qualitativa embasada nos dados quantitativos auferidos foi conduzida, seguindo o modelo já testado nos últimos anos pela ANDI, e está descrita no presente texto.

Gênero e poder, um ponto importante

Antes de se entrar na análise dos resultados propriamente dita, entende-se como necessária uma compreensão da relação entre gênero a questão do poder. Nes-

se sentido, os indicadores escolhidos foram retirados do Relatório de Desenvolvimento Humano 2003, publicado anualmente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. O relatório de 2002 é de especial interesse para as questões de gênero, dado que o tema central do mesmo são as Metas do Milênio. Em setembro de 2000, chefes de nações de todo o mundo se comprometeram com metas e objetivos específicos nas áreas de erradicação da pobreza, educação, direitos humanos, meio ambiente; sempre visando modificações bastante claras até o ano de 2015. É interessante notar que duas destas metas têm direta relação com as questões de gênero:

Metas de Desenvolvimento do Milênio

Meta 3: Promover equidade de gênero e empoderamento da mulher.

Objetivo: Eliminar disparidade de gênero na educação primária e secundária, preferencialmente até 2005 e em todos os níveis de educação.

Meta 5: Melhorar a saúde materna.

Objetivo: Reduzir em três quartos, entre 1990 e 2015, a mortalidade materna.¹²⁵

Veja-se que uma das metas têm o objetivo específico de promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, percepções que estão conectadas às diferenças nas relações sociais, à igualdade de oportunidades e à questão do poder. Para *medir* estes impactos são especialmente relevantes os indicadores de diferenças de escolarização entre homens e mulheres, de diferenças de renda, de presença no parlamento, entre outros. É importante notar que se está considerando central para o desenvolvimento humano a condição da mulher nestes diferentes níveis. E mais, esta consideração não é apenas teórica ou uma espécie de vontade política: o PNUD produz dois índices acerca da questão de gênero, o GDI (Índice de desenvolvimento relacionado a gênero) e o GEM (Medida de empoderamento de gênero); no primeiro índice, há uma coincidência perfeita entre os quatro primeiros colocados e os quatro países (Noruega, Islândia, Suécia e Austrália) mais bem colocados no IDH (Índice de desenvolvimento humano); no segundo índice, há uma coincidência não perfeita (a ordem não é a mesma) entre os três primeiros colocados.

As tabelas abaixo mostram que os países enfocados neste estudo possuem diferentes graus de desenvolvimento humano, contudo, as diferenças nos

¹²⁵ UNDP/IDH, 2003, pp. 1-2.

índices de gênero são menores (tabela 1). Aliás, os países do Mercosul + Chile¹²⁶ estão ou com a mesma colocação que possuem no IDH ou melhor colocados nos índices de gênero.

Para o caso da educação (tabela 2) não há grandes diferenças entre a situação das mulheres e a dos homens, em geral (exceto para o Chile), as mulheres se encontram em vantagem em relação aos homens.

A tabela 3, entretanto, mostra problemas mais sérios: apesar do nível educacional feminino para os países do Mercosul + Chile ser ou praticamente o mesmo ou melhor do que o dos homens (ou estar caminhando para isto), as mulheres ainda não adquiriram paridade nos empregos e possuem uma renda *percapita* bastante inferior à dos homens. Nestes países, os homens ganham, em média, 2,56 vezes mais do que as mulheres.

O poder político das mulheres (tabela 4) continua sendo bastante desproporcional em relação aos homens. Apesar de as mulheres serem cerca de

metade do eleitorado nestes países, elas ocupam um número desproporcionalmente baixo de cadeiras no parlamento.

A Tabela 5, por sua vez, pode contribuir para compreender porquê o espaço dedicado à questão do trabalho infantil na mídia de nossos países é tão pequeno. No Chile, no Uruguai e na Argentina¹²⁷ praticamente inexistente trabalho infantil; não por acaso foi nestes países onde se encontra o menor número de matérias sobre o tema, respectivamente, 5, 3 e 9. Já Brasil e Paraguai, os quais ainda apresentam consideráveis percentagens de trabalho infantil, apresentaram, respectivamente, 26 e 15 matérias sobre o tema. Neste sentido, parece não ser possível cobrar a mídia daqueles países de maneira mais contundente, diante dos dados estatísticos de trabalho infantil. O que se pode fazer é instrumentalizar os profissionais de mídia para que eles possam cobrir corretamente o tema, especialmente ao adotar uma perspectiva de gênero como pano de fundo.

Tabela 1: Posição nos rankings de IDH e gênero

Países	INDICADORES – RANKINGS			
	IDH	Posição no ranking IDH	GDI (posição)	GEM (posição)
	2001	2001	2001	2001
Argentina	0,849	34	34	-
Brasil	0,777	65	58	-
Chile	0,831	43	43	52
Paraguai	0,751	84	69	59
Uruguai	0,834	40	39	43

Fonte: Human Development Report 2003.

Tabela 2: Principais indicadores de educação

Países	INDICADORES – EDUCAÇÃO							
	Razão de meninas em relação a meninos				Razão de mulheres analfabetas em relação aos homens		Taxa de alfabetização de adultos	
	Educação Primária		Educação Secundária	Educação Terciária	(15 a 24 anos)		(% , acima de 15 anos)	
	1990-91	2000-01	2000-01	2000-01	1990	2001	mulheres	homens
Argentina	-	0,96	1,04	1,61	1	1	96,9	96,9
Brasil	-	0,93	1,07	1,28	1,03	1,03	87,2	87,4
Chile	0,95	0,94	0,72	0,89	1	1	95,7	96,1
Paraguai	0,93	0,94	1	-	0,99	1	92,5	94,5
Uruguai	0,95	0,94	1,09	1,78	1,01	1,01	98,1	97,2

Fonte: Human Development Report 2003.

¹²⁶ Exceto para o Chile no índice GEM.

¹²⁷ Como os dados estão disponíveis apenas para a faixa dos 10 ao 14, supõe-se que, para as outras, os dados sejam semelhantes.

Tabela 3: Indicadores sobre trabalho e renda

Países	INDICADORES – TRABALHO E RENDA				
	Percentagem de trabalho assalariado feminino no setor não agrícola		Renda percapita estimada		Salário dos homens em relação ao das mulheres*
			em dólares		
	1990	2001	Mulheres	Homens	
Argentina	37	43	6.064	16.786	2,77
Brasil	40	46	4.391	10.410	2,37
Chile	36	37	5.055	13.409	2,65
Paraguai	41	38	2.548	7.832	3,07
Uruguai	42	47	5.774	11.190	1,9

Fonte: Human Development Report 2003.

*Para esta coluna o cálculo foi feito pelos autores.

Tabela 4: Poder político das mulheres

Países	INDICADORES ESTATÍSTICOS E HISTÓRICOS – PODER POLÍTICO			
	Percentagem de assentos femininos no parlamento		Ano em que a mulher recebeu o direito de ...	
	1990	2003	Votar	Concorrer nas eleições
Argentina	6	31	1947	1947
Brasil	5	9	1934	1934
Chile	-	13	1949	1949
Paraguai	6	3	1961	1961
Uruguai	6	12	1932	1932

Fonte: Human Development Report 2003.

Tabela 5: Trabalho infantil

Países	Trabalho Infantil (10-14 anos, percentagem de trabalhadores infantis dentro da faixa etária)
Argentina	2.16
Brasil	14.082
Chile	0
Paraguai	5.433
Uruguai	0.9

Fonte: World Development Indicators Database

Os dados acima são um tanto quanto paradoxais, pois, se por um lado a mulher ganha espaço no sistema de educação e no mercado de trabalho, por outro ela continua em extrema situação de desigualdade no que concerne ao poder político e econômico. Estes dados refletem uma constatação encontrada em Deepa Narayan¹²⁸, apesar de as mulheres terem conquistado novos espaços, as concepções de gênero não mudaram na mesma velocidade:

O que é surpreendente é que, apesar das mudanças amplamente notadas nos papéis de gênero, normas tradicionais de gênero têm mostrado marcante tenacidade, fazendo com que famílias lutem para encontrar caminhos freqüentemente contraditórios.

Os dados apresentados por Castells¹²⁹ não deixam dúvidas: a família patriarcal¹³⁰ está sofrendo sérios golpes por todo o globo. Número de di-

¹²⁸ Narayan, Deepa et. al. – *Can anyone hear us?: voices of the poor*. Washington: World Bank, New York: Oxford University Press, 2000a., pp. 175.

¹²⁹ Castells, Manuel – *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (“A era da informação: economia, sociedade e cultura”, v.2), pp. 169-278.

¹³⁰ Para Castells o “patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, imposta institucionalmente, do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar. Para que essa autoridade possa ser exercida, é necessário que o patriarcalismo permeie toda a organização da sociedade, da produção e do consumo à política, à legislação e à cultura. Os relacionamentos interpessoais e consequentemente a personalidade, também são marcados pela dominação e violência que têm sua origem na cultura e instituições do patriarcalismo.” (Ibidem, p. 169)

vórcios, número de lares chefiados por mulheres, número de lares onde há um núcleo familiar no modelo tradicional, número de filhos, comportamento sexual e tantos outros indicadores apresentados pelo autor reforçam a constatação de que o modelo de família patriarcal vigente nas sociedades humanas por séculos está enfrentando sérios questionamentos¹³¹. Apesar de Castells ressaltar que o processo de corrosão da família patriarcal foi "induzido acidentalmente pelo capitalismo informacional e perseguido intencionalmente pelos movimentos sociais e culturais" (Ibidem, p. 278), a análise do autor peca por não sublinhar com traços ainda mais marcantes que a destruição da família patriarcal não implica, necessariamente, em redesenho das concepções de gênero existentes na sociedade.

Como parece ficar claro na obra de Narayan¹³², houve um certo atropelo da realidade sobre a redefinição dos papéis, especialmente nos países menos desenvolvidos. Ou seja, a pobreza impeliu a mulher a procurar trabalho fora de casa¹³³, o que, juntamente com o desemprego masculino, alterou os papéis da tradicional família patriarcal (conceito não utilizado pelos autores), não obstante, o fato desta alteração de papéis não ter sido precedida pela alteração das normas sociais, fossem elas institucionalizadas ou informais, em relação ao gênero acabou (e acaba) por gerar uma série de importantes conflitos nestas sociedades: alcoolismo, violência doméstica, abuso sexual, depressão masculina, como está amplamente documentado nos dois volumes mencionados de Narayan e seus colaboradores. O trabalho da equipe de Deepa Narayan coletou as opiniões de 60.000 homens e mulheres em países pobres. Os dois volumes utilizados para a produção da presente análise trazem inúmeras contribuições para a discussão de gênero, especialmente na sua relação com a questão da superação da pobreza ou, em muitos casos, como consequência desta.

Mais do que isso, a pesquisa salienta que o que pode estar ocorrendo é não o desejável empoderamento

das mulheres por uma melhoria de suas próprias condições, mas sim por uma deterioração da condição masculina. Ou seja, na verdade, como se procura sublinhar, não houve alterações significativas da posição em relação às mulheres, ao contrário, houve uma alteração – negativa – da posição masculina:

Surpreendentemente, (...) a feminização da força de trabalho e a informatização da economia refletem "a posição de enfraquecimento dos homens em vez da melhora de oportunidades econômicas às mulheres."¹³⁴

Os achados da pesquisa, ainda que trabalhados especialmente em relação à população adulta, trazem importantes contribuições para se entender causas e possíveis consequências do trabalho infantil para meninos e meninas. A primeira grande questão é a pobreza como fio condutor dos processos de saída da mulher do *locus* da casa. A mulher deixa a residência não por uma redefinição de seu *status* na sociedade, mas por uma necessidade imposta pela situação de pobreza.

Uma segunda questão importante tem haver com o próprio entendimento dos papéis sociais em geral e, no trabalho em particular, de homens e mulheres adultos e de crianças que serão futuros homens e mulheres. A construção do imaginário de que o homem é único responsável *de direito* pelo provimento das necessidades¹³⁵, a partir de recursos externos, da casa (*breadwinner*) e de a mulher participar, esporadicamente, desta tarefa em situações de fracasso do homem pode explicar os inúmeros problemas¹³⁶ acarretados para as relações homem-mulher e familiares. São meninos e meninas socializados desta forma ao adentrarem, precocemente, no mundo do trabalho? Provavelmente sim; o que acaba por gerar um ciclo vicioso nestas relações.

A dúvida, por conseguinte, é: como ficam as relações de gênero nesta família reestruturada? Quais são as consequências da ausência da figura masculina nas decisões familiares? É preciso ter esta estrutura em mente para se fazer comparações quanto à relação com o trabalho infantil e, especialmente,

¹³¹ O autor lembra, contudo, que a família patriarcal continua sem abalos em diversas partes do globo.

¹³² *Op. cit.*

¹³³ No segundo volume da série (Deepa *et. al.* – *Crying out for change: voices of the poor*. Washington: World Bank, New York: Oxford University Press, 2000b, p. 111) encontra-se o reforço desta idéia: Em muitos lugares as pessoas reforçam que quanto mais pobre a família, mais facilmente será a mulher a se envolver com alguma forma de trabalho fora de casa. Isto parece ser especialmente válido para o trabalho infantil, nos grupos focais realizados, como já mencionado, as meninas foram unânimes em dizer que jamais teriam entrado no trabalho doméstico não fosse a pobreza da família.

¹³⁴ Ibidem, p. 204.

¹³⁵ Muitos depoimentos confirmam a angústia do desemprego masculino, o que pode ser sintetizado por esta declaração de um dos participantes em Níger: "Um homem feliz é um homem com emprego", (Ibidem, p. 182).

¹³⁶ Na linha do que foi exposto, os problemas são das mais diferentes ordens: "Mudanças econômicas e as mudanças que afetam os papéis de gênero podem produzir significativo estresse na casa, humilhação e conflitos em ambos, homens e mulheres. Incapazes de contribuir adequadamente com a família, os homens se sentem com menos poder, sem finalidade, inútil e pode reagir violentamente. Mulheres, por outro lado, continuam a cuidar de suas famílias e às vezes saem de relações abusivas. Mulheres podem ganhar confiança assim que elas começam ser remuneradas e fazer reserva de dinheiro, ainda que, devido às tênues conexões com o emprego, elas podem também continuar vulneráveis." (Ibidem, p. 194)

quanto ao trabalho infantil da menina. Uma das constatações que ajudam a começar a responder estes questionamentos é a de que os filhos, para a mãe deste novo arranjo familiar, são vistos como "recursos, um investimento de longo prazo", "a dependência com respeito aos filhos se torna a base da independência para com os companheiros".

Por fim, é preciso reforçar que as realidades familiares não são apenas negativas, em geral, não obstante, há a presença permanente de conflito nas relações entre os membros da família, especialmente entre homens e mulheres. Este conflito existe porque homens e mulheres possuem interesses diferentes, entretanto, milhões de núcleos familiares continuam existindo porque, juntamente com o conflito, mulheres e homens desenvolvem relações de cooperação para a manutenção do núcleo familiar. O entendimento destas relações e das relações conflituosas é, adicionalmente ao que foi dito, peça chave para a compreensão dos problemas relacionados aos direitos da criança.¹³⁷

A violação dos direitos da infância e da adolescência se dá dentro do escopo das estratégias de exercício do poder e de dominação, institucionalizados ou não, que existem dos adultos para com as crianças e adolescentes. Ora, que outro campo do conhecimento, além dos estudos de gênero, se especializou tão profundamente em analisar as estratégias de dominação entre dois seres humanos?

Ou seja, na percepção de que o *homo hierarquicus* não se aplica apenas para as construções sociais entre homens e mulheres, mas também entre adultos e crianças, por isso, torna-se absolutamente útil utilizar-se de um conhecimento amplamente construído. Neste sentido, as relações entre gênero e trabalho infantil derivariam, desde logo, da utilização do ferramental metodológico da análise de gênero para se analisar os sistemas de dominação existentes numa relação de trabalho infantil, os quais, supõe-se, são mais complexos do que a dominação capital-trabalho já tão amplamente discutida e com outro arcabouço teórico¹³⁸.

Como conclusão, não é possível a uma instituição, que deseje operar modificações em relação ao gênero na sociedade, fazê-lo sem antes refletir seus próprios comportamentos em relação ao tema¹³⁹. O processo não é diferente com relação ao trabalho in-

fantil e com relação ao entendimento do papel dos meios de comunicação nesta questão.

Inúmeros trabalhos salientam como as características pessoais da classe dos jornalistas (valores, formação profissional, classe social e outros) interferem na produção da notícia. Mais do que isso, as características das organizações onde jornalistas trabalham moldam substancialmente o conteúdo daquilo que é veiculado em seus jornais, televisões, rádios e portais. São vastos os relatos em como estes valores influenciam na compreensão das questões de gênero: há, via de regra, menos mulheres em cargos de posição nas organizações de mídia, há menos mulheres trabalhando com assuntos considerado de política estratégica, quando, por exemplo, mulheres são as repórteres responsáveis por uma matéria elas tendem a ouvir mais mulheres do que fazem os seus colegas homens. Em seminário realizado pela ANDI para se discutir a cobertura feita pela mídia impressa brasileira sobre educação infantil, as jornalistas relatavam a sua dificuldade em conseguir junto às empresas auxílio para deixarem seus filhos e filhas pequenos em instituições de educação infantil, o que denota um des-caso das empresas em relação a uma questão que preocupa, essencialmente, as mulheres. Portanto, não é possível imaginar alterações mais contundentes no comportamento dos atores que interessam neste estudo (seja o governo, a mídia ou as organizações da sociedade civil) sem que todos repensem suas próprias visões internas acerca do gênero e dos outros temas.

Análise empírica do conteúdo da mídia impressa no Mercosul + Chile

O objetivo desta seção, segundo o previamente descrito anteriormente sobre os procedimentos metodológicos, é avaliar como a mídia dos países do Mercosul, mais Chile, não abordou a questão do trabalho infantil e, quando abordou, como ela não enfocou a questão de gênero.

É bastante compreensível que países com baixíssimas taxas de trabalho infantil (como é o caso do Chile, Uruguai e Argentina) não tenham suscitado, em seus meios de comunicação de

¹³⁷ A idéia aqui exposta foi primeiramente desenvolvida por Amartya Sen (2000, pp. 223-24), no que ele chamou de "conflitos cooperativos".

¹³⁸ Engels, por exemplo, analisou inclusive a situação das crianças, em seu trabalho sobre os trabalhadores pobres de Manchester, na Inglaterra.

¹³⁹ Esta necessidade de modificação institucional também aparece em ILO, op. cit., p. 96: "Antes de organizações de desenvolvimento promoverem resultados com viés de gênero a seus clientes, elas precisam se certificar que as próprias organizações aplicam o viés de gênero em suas estruturas. Em outras palavras, organizações de financiamento e implementação devem primeiro determinar até que ponto questões de gênero são adotadas internamente, se tais preocupações devem ser integradas em seus projetos e programas."

massa, o devido interesse para abordar a questão. A mesma desculpa não é válida para Brasil e Paraguai, países que ainda apresentam sérios problemas em relação ao trabalho infantil e cujos principais meios de comunicação de massa se interessaram muito pouco pela questão. É importante lembrar, contudo, que, ainda que os outros 3 países apresentem menos problemas em relação ao trabalho infantil, este desinteresse pela questão mostra a enorme ausência de integração sub-regional que existe entre estes países.

Não é possível se caminhar para uma integração que vá além dos acordos tarifários se não houver um conhecimento mútuo de problemas e soluções existentes nos diferentes países nas mais diferentes áreas, inclusive na social. O sentimento de ser europeu não ocorre apenas pelo fato de que franceses, italianos, alemães e outros conheçam as taxas de inflação dos diferentes países, mas sim, e talvez de forma mais importante, porque estão preocupados com a política ambiental, educacional, de saúde e outras. Neste sentido, a ausência de cobertura acerca da temática do trabalho infantil internamente, por um lado, e a ausência da cobertura da temática do trabalho infantil nos países vizinhos, por outro, soa como um alarme com relação à necessária condição de que estes países se conheçam mutuamente.

O fato, portanto, é que os principais veículos impressos na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai não cobriram a temática do trabalho infantil ao longo do segundo semestre de 2002, conforme indicam as tabelas 6 e 7 abaixo.

Tabela 6. Publicação de matérias de trabalho infantil por país (2º semestre de 2002)

Países	Frequência	%
Argentina	25	43.1
Brasil	15	25.9
Chile	6	10.3
Paraguai	9	15.5
Uruguai	3	5.2
Total	58	100.0

A proposta inicial deste estudo ficou prejudicada, dada a ausência de discussões sobre gênero (ver tabela 8). Contudo, foi possível identificar, na análise de conteúdo, alguns dados que permitem, sempre lembrando o pequeno universo em análise, fazer algumas suposições acerca da cobertura sobre trabalho infantil e da perspectiva de gênero adotada pelos jornalistas em relação à esta cobertura. Antes, porém, observa-se algumas características da cobertura em relação ao trabalho infantil.

Tabela 7: Publicação de matérias de trabalho infantil por jornal (2º semestre de 2002)

Jornal	Frequência	%
Correio Braziliense (Brasília - DF)	2	3.4
Folha de S. Paulo (São Paulo - SP)	8	13.8
Jornal do Brasil (Rio de Janeiro - RJ)	7	12.1
O Estado de S. Paulo (S. Paulo -SP)	4	6.9
O Globo (Rio de Janeiro - RJ)	4	6.9
La Nacion (Chile)	3	5.2
La Tercera (Chile)	2	3.4
El Metropolitano (Chile) - Extinto	1	1.7
Última Hora (Paraguai)	7	12.1
Diário de Notícias (Paraguai)	2	3.4
ABC Color (Paraguai)	3	5.2
LA Nacion (Paraguai)	3	5.2
Clarín (Argentina)	5	8.6
La Nacion (Argentina)	3	5.2
Página 12 (Argentina)	1	1.7
La República (Uruguai)	2	3.4
EL País (Uruguai)	1	1.7
Total	8	100.0

Tabela 8: Quanto à menção às questões de gênero:

Menciona as questões de gênero?	Frequência	%
Sim	2	3.5
Não	56	96.6
Total	58	100.0

A análise de conteúdo realizada, cujos resultados estatísticos estão parcialmente expressos no conjunto de tabelas abaixo, corrobora uma série de constatações realizadas por uma pesquisa da ANDI sobre a cobertura do trabalho infantil nos 50 jornais brasileiros mais importantes. A principal discussão das matérias se concentra em torno da divulgação de estatísticas sobre o tema, também há a apresentação de um tipo de trabalho infantil - geralmente contando-se uma história - e a divulgação de campanhas sobre o tema (tabela 9). Temas importantes como a discussão de legislação, o combate às diferentes formas de trabalho infantil, soluções e discussões mais aprofundadas sobre políticas públicas ficam para um segundo plano, não fazendo parte das discussões centrais.

Apesar das enormes diferenças existentes na incidência do trabalho infantil sobre as diferentes etnias que compõem as populações dos países em análise, nenhuma matéria se ocupou da questão, nenhuma matéria descreveu à etnia a qual pertenciam os meninos e meninas cujas histórias foram divulgadas pelas mesmas.

Tabela 9: Foco central da matéria

Foco	Frequência	%
Um tipo de Trabalho Infantil (T.I.)	9	15.5
Soluções	1	1.7
Discussão de estatísticas e pesquisas	10	17.2
Legislação	4	6.9
Violação (garantia) de direitos	7	12.1
Responsabilidade pela situação das crianças e/ou adolescente	2	3.4
Defesa do T. I.	1	1.7
Dia mundial contra o T. I.	1	1.7
Combate ao T. I.	1	1.7
Crianças e/ou adolescentes na condição de T. I. / vítimas de	1	1.7
Campanhas	8	13.8
Outros	13	22.4
Total	58	100.0

Tabela 10: Local de ocorrência do trabalho infantil

Local	Frequência	%
Urbano	34	58.6
Rural	7	12.1
Fronteira	3	5.2
Urbano e Rural	1	1.7
Urbano, Rural e Costa	1	1.7
Não cita	12	20.7
Total	58	100.0

Tabela 11: Trabalho infantil, segundo suas grandes divisões

Tipo	Frequência	%
Doméstico (espaço privado)	3	5.2
Fora de casa (espaço público)	28	48.3
Ambos	7	12.1
Não Cita/Não foi possível identificar	18	31.0
Não se aplica	2	3.4
Total	58	100.0

Tabela 12: Menção ao conceito de piores formas

Houve menção?	Frequência	%
Sim	6	10.3
Não	52	89.7
Total	58	100.0

Quanto ao local de incidência do trabalho infantil, as matérias se encontram em consonância com a realidade, 58,6% estão abordando o trabalho infantil em meio urbano (tabela 10). Não obstante este pé na realidade, observa-se, com isso, uma ausência de importantes discussões culturais acerca da aceitação do trabalho infantil, as quais estão muito mais presentes nas regiões não urbanas dos países analisados.

Também na esteira dos dados estatísticos que descrevem as diferentes situações nacionais, há uma predominância

do trabalho infantil em espaços públicos, sendo que o trabalho em espaços privados raramente aparece (5,2%, cf. tabela 11). Tal constatação pode ser uma das explicações para a baixa incidência das discussões de gênero, já que, ao menos de forma mais simplista, este tipo de discussão está usualmente relacionada ao trabalho feminino, o qual, por sua vez, está mais ligado ao trabalho em espaços privados. Uma outra característica interessante e, ao mesmo tempo, preocupante, é a ausência da discussão acerca das "piores formas", conceito importante para a determinação das idades mínimas para determinados trabalhos e para a abrangência dos programas de atenção às crianças vitimizadas (tabela 12).

A atenção dispensada à família pelas matérias analisadas deixa, muito, a desejar, o que, conforme discussões anteriores, tem impactos importantes na abordagem sobre o gênero. Cerca de 60% das matérias sequer mencionam a família. Das que mencionam, 55% param na simples menção e 25% tratam a família como excluída socialmente e necessitada do trabalho infantil.

Causas, soluções e conseqüências são sempre abordagens importantes para que se forme uma esfera pública de discussões mais capacitada para a discussão de temas complexos, como o trabalho infantil. No entanto, 30,9% das matérias mencionaram algum tipo de causa, 50% mencionaram soluções e 55,6% conseqüências. É interessante notar como que para o mundo do jornalismo problemas podem ter soluções e conseqüências sem causas. Das causas apresentadas, 76,5% se concentram na questão da pobreza e da falta de renda, há poucas menções à questão da família, e, certamente, nenhuma menção a discussões de fundo, como a questão de gênero, indicadora do ingresso diferenciado de meninas e meninos no trabalho infantil (tabela 13).

Apesar de a pobreza aparecer como a grande causa, portanto um problema estrutural da sociedade, a grande solução apontada é o maior envolvimento da sociedade civil, ou seja, redirecionando-se o foco do Estado (deixando, portanto, em aberto, o papel da mulher pobre). Como observa-se adiante, apesar de a questão da educação ser apontada como uma forte conseqüência negativa para os trabalhadores infantis, as políticas de educação aparecem pouco no rol de soluções apresentadas, assim como as

Tabela 13: Causas apresentadas

Causas	Frequência	Porcentagem de casos
Pobreza, fome e miséria	13	76,5
Desemprego	5	29,4
Pais	2	11,8
Fragilidade na fiscalização e repressão	2	11,8
Falta de outras políticas públicas	1	5,9
Natureza da sociedade	2	11,8
Busca de emancipação	1	5,9
Outras	6	35,3
Total	32	188,4

Em variáveis de respostas múltiplas as porcentagens podem somar mais de 100%

Tabela 14: Soluções apresentadas

Soluções	Frequência	Porcentagem de casos
Política compensatória	5	18,5
Política de emprego e renda	2	7,4
Políticas de educação	5	18,5
Política de apoio à família	5	18,5
Políticas de não discriminação (gênero e etnia)	2	7,4
Outras políticas públicas	2	7,4
Envolvimento da sociedade civil	8	29,6
Mudar a legislação para restringir o trabalho infantil	3	11,1
Mudar a legislação para permitir o trabalho infantil	1	3,7
Outras	7	25,9
Total	40	148,1

Em variáveis de respostas múltiplas as porcentagens podem somar mais de 100%

Tabela 15: Conseqüências apresentadas

Conseqüência	Frequência	Porcentagem de casos
Maus-tratos	4	13,3
Abuso Sexual	2	6,7
Evasão e repetência escolares	17	56,7
Problemas na escola	3	10
Falta de lazer, esporte e cultura etc.	1	3,3
Problemas de saúde	4	13,3
Problemas de socialização	1	3,3
Acidentes de trabalho	2	6,7
Manutenção do ciclo de pobreza	8	26,7
Outros	8	26,7
Total	50	166,7

Em variáveis de respostas múltiplas as porcentagens podem somar mais de 100%

Tabela 16: Tratamento dispensado à crianças e adolescentes

Tratamento	Frequência	%
Como detentora de direitos	7	12,1
Como uma pessoa carente ou desamparada	8	13,8
Como responsáveis pela sua própria situação e de sua família	1	1,7
De forma preconceituosa	1	1,7
Não foi possível identificar ou não se aplica	41	70,7
Total	58	100,0

de emprego e renda. Soluções relacionadas ao papel da família, da mulher e às discussões de gênero mal aparecem (tabela 14).

As conseqüências apresentadas estão fortemente concentradas nos problemas na escola (66,7%), o que é importante e verossímil. Não obstante, existe um problema ao se constatar a excessiva concentração apenas neste ponto. Questões importantes como os problemas de socialização, a ausência do brincar e a perda de convivência com a família não aparecem ou aparecem muito pouco (tabela 15).

Um ponto bastante grave das matérias analisadas é a falta de uma perspectiva de direitos. As crianças são tratadas mais freqüentemente como carentes do que como detentoras de direitos. Mais grave do que isso, no entanto, é que na esmagadora maioria das matérias (70,7%) a questão dos direitos é sequer mencionada (tabela 16). A pouca menção às legislações que regulam a questão do trabalho infantil (84,5% das matérias não mencionam nenhum tipo de legislação) é uma demonstração do quanto a questão dos direitos não está no foco das preocupações dos jornalistas que estão cobrindo a temática nos países citados. Além disso, esta baixa presença de diplomas legais nas matérias, assim como de indicadores, bibliografia, mostra que as mesmas aprofundam pouco a temática dos direitos.

A quase totalidade das matérias (94,8%) é composta por reportagens, denotando que espaços nobres dos jornais (editoriais, páginas de opinião) não têm sido destinados à discussão do trabalho infantil.

As fontes concentram-se na OIT, produtora de dados e estatísticas sobre o tema (12,1%). Preocupa, não obstante, o fato de que fóruns, legislativos, família, a mulher, aparecem muito pouco como fontes principais. Além disso, organizações que trabalham com a questão de gênero não são sequer ouvidas. Apesar de 41,4% das ma-

¹⁴⁰ Apesar disso, é importante ressaltar que, nas matérias em que havia um repórter claramente identificado, 55,2% destes eram mulheres, o que mostra que mesmo elas precisam intensificar uma abordagem que contemple uma perspectiva de gênero.

térias ouvirem mais de uma fonte (número longe do ideal), apenas 5,2% apresentam opiniões divergentes, o que dificulta a instalação de um verdadeiro debate da questão.

Conforme já foi mencionado, pouquíssimas são as matérias que adotaram uma discussão de gênero. Não obstante, alguns dados podem indicar algumas perspectivas que acabaram se fazendo presentes nas entrelinhas. Na linha das discussões anteriores, verifica-se que as poucas matérias que abordaram a questão do gênero foram redigidas por repórteres mulheres (tabela 19)¹⁴⁰.

Há poucas menções específicas a trabalhadores infantis dos dois sexos. Ou as matérias mencionam ambos ou não mencionam nenhum (51,7% dos casos), conforme os dados da tabela 20. Ainda que esta atitude pudesse denotar equilíbrio na abordagem, esse não parece ser o caso. Na verdade, o que a análise qualitativa mostra é que não há preocupação em evidenciar os impactos diferenciados do trabalho infantil para meninos e meninas, não havendo, portanto, um maior cuidado em se realizar reportagens que abordem os dois sexos de maneira específica.

A tabela 21 apresenta dados para corroborar a argumentação de que há uma ausência problemática quanto à perspectiva de gênero nas discussões. Esta tabela mostra que o trabalho de risco mais mencionado é a exploração sexual, não obstante, não há uma discussão de gênero relacionada a este dado, como não há para as matérias sobre os "niños soldados". Esta, na esteira de discussões teóricas, é uma realidade a ser alterada, já que o debate sobre estes trabalhos infantis demandam um posicionamento prévio a respeito da questão do gênero.

Em variáveis de respostas múltiplas as percentagens podem somar mais de 100%

A análise dos dados apresentados nas 2 tabelas abaixo, as quais contêm os estereótipos presentes nas matérias, também confirma a necessidade de: 1) contar com uma perspectiva de gênero nas matérias; 2) capacitar os jornalistas para adotarem uma perspec-

Tabela 17: Tipo de matéria

Tipo	Frequência	%
Reportagem	55	94,8
Artigos assinados	1	1,7
Editoriais	2	3,4
Total	58	100,0

Tabela 18: Principal fonte ouvida

Fonte	Frequência	%
Executivo Federal	5	8,6
Judiciário	3	5,2
Legislativo	2	3,4
Especialistas/Técnicos	1	1,7
Unicef – Fundo das Nações Unidas para a Infância.	3	5,2
OIT	7	12,1
Fóruns/Comissões/Comitês	1	1,7
Universidade	4	6,9
Organizações da Sociedade Civil	5	8,6
Associações	1	1,7
Crianças e/ou adolescentes exploradas	2	3,4
Outros	5	8,6
Não foi possível identificar ou não se aplica	19	32,8
Total	58	100,0

Tabela 19: Menção à questão de gênero, segundo o sexo do repórter.

Mencionou a questão de gênero?	Sexo do Reporter			Total
	NFPI*	Fem.	Masc.	
Sim	%	100,0 %		100,0 %
Não	7,4 %	51,9 %	40,7 %	100,0 %
Total	6,9 %	55,2 %	37,9 %	100,0 %

* Não foi possível identificar

Tabela 20: Quanto ao sexo dos trabalhadores infantis relatados nas matérias

Sexo	Frequência	%
Masculino	4	6,9
Feminino	5	8,6
Ambos	19	32,8
Não cita	30	51,7
Total	58	100,0

Tabela 21: Quanto ao tipo de trabalho de risco citado pela matéria

Tipo	Frequência	Porcentagem de casos
Exploração sexual (urbano)	17	29,3
Exploração sexual (rural e outros)	5	8,6
Tráfico de drogas (urbano)	6	10,3
Tráfico de drogas (rural e outros)	4	6,9
Lixão (urbano)	2	3,4
Trabalho escravo (rural e outros)	2	3,4
Niños soldados	4	6,9
Trabalho doméstico	7	12,1
Outros	1	1,7
Não foi possível identificar ou não se aplica	28	48,3
Total	76	131

Em variáveis de respostas múltiplas as percentagens podem somar mais de 100%

tiva não estereotipada. A leitura da tabela 22 mostra que as situações relacionadas à questão da exploração e do abuso sexual são as mais mencionadas, portanto, novamente apresentam-se situações que afetam, particularmente, as meninas e, a despeito disto, realça-se que não existe uma leitura de gênero por parte dos jornalistas.

Em variáveis de respostas múltiplas as porcentagens podem somar mais de 100%

Em 66,7% das matérias não existem quaisquer estereótipos de gênero, o que, infelizmente, está muito mais relacionado à característica extremamente factual dos textos analisados – ou seja, há pouco espaço para ir além de uma divulgação de dados ou de uma passeata – do que com uma postura acertada dos jornalistas. De qualquer forma, nas matérias onde há estereótipos, encontra-se a velha

Tabela 22: Situações relacionadas à construção social dos papéis de gênero

Situações	Frequência	%
Estar sujeito a sobrecarga de peso (urbano e rural)	3	5,2
Estar sujeito a sobrecarga de horas de trabalho (urbano e rural)	3	5,2
Ser vítima ou objeto de exploração sexual	13	22,4
Ser vítima ou objeto de grupos organizados para o tráfico de drogas	3	5,2
Ser vítima ou objeto de grupos organizados para tráfico de seres humanos	2	3,4
Ser vítima ou objeto de abuso sexual	6	10,3
Dormir no emprego	4	6,9
Morar na rua	1	1,7
Enfrentar a polícia	1	1,7
Abandonar a escola	10	17,2
Freqüentar a escola	7	12,1
Carência de serviços de saúde	1	1,7
Outros	3	5,2
Não se aplica	25	43,1
Total	82	141,4

Tabela 23: Estereótipos de gênero

Estereótipos	Frequência	Porcentagem de casos
Liderança do menino	1	1,8
Agressividade, violência do menino	2	3,5
Independência do menino	1	1,8
Dependência da menina	1	1,8
Força física do menino	2	3,5
Passividade da menina	4	7
Desejo da menina de constituir família	1	1,8
Gravidez precoce	1	1,8
Aptidão da menina para cuidar de outras crianças	1	1,8
Desejo da menina de ser cuidada	1	1,8
Desejo do menino de brincar	1	1,8
Protagonismo do menino	1	1,8
Protagonismo da menina	1	1,8
Outros	4	7
Não foi possível identificar/Não se aplica	44	77,2
Total	66	115,8

contraposição entre as características físicas do menino que lhe conferem mais “força” e a passividade e dependência da menina.

Análise de discurso

Dada a pequena quantidade de reportagens e, dentre elas, o pequeno número das que arriscam caminhar para além de um relato muito factual de divulgação de dados, campanhas e outros, foi uma tarefa de Holmes encontrar pistas que pudessem evidenciar um discurso com conexões com a questão de gênero. Para que a análise do discurso aconteça é necessário que, primeiro, haja um discurso, o que não foi o caso aqui. É claro que, do ponto de vista científico, isto, por si só, já é um grande achado: não há na imprensa do Mercosul e do Chile um discurso com perspectiva de gênero, negativa ou positiva, nas matérias sobre trabalho infantil.

Mesmo assim, é possível identificar alguns padrões. Antes, porém, é conveniente dizer duas ou três palavras sobre a importância da análise do discurso, especialmente em se tratando de uma investigação sobre gênero na mídia. Essencialmente, a ferramenta através da qual a mídia impressa influencia, em menor ou maior grau, a modelagem da esfera pública é o discurso. Por isso, sua análise é de especial significância para este estudo. E aqui, trata-se da análise que vai muito além do politicamente correto, porque abrange idéias e conceitos que estão por trás do e são transmitidas através do discurso.

Neste sentido, não se defende (ou se acusa) as estratégias politicamente corretas de se equilibrar o uso de “eles” e “elas” nos discursos, de sempre se falar em “homens e mulheres da nação” e outras táticas semelhantes. O ponto central, na linha do que afirma Grijelmo¹⁴¹, é que a prevalência do masculino do discurso gramatical não teria a menor importância se a idéia de gênero, que estivesse no dis-

¹⁴¹ Grijelmo, Álex – *La seducción de las palabras*. Madrid: Taurus, 1998, pp 247 e ss.

curso do emissor e do receptor da mensagem, fosse uma idéia que incluísse homens e mulheres indistintamente:

Sem dúvida, este uso perverso do masculino genérico não deve servir para condená-lo como tal. Se a linguagem é a mais democrática que existe, se falamos nossa língua matema, se as decisões lingüísticas vieram tomando os povos sem acesso ao poder (ao menos até a época muito recente), o idioma não pode ser culpado desse mecanismo de sedução que incita em suprimir a mulher. O idioma não. (...)

Assim, chegará o dia em que o masculino genérico não reduzirá o papel da mulher, por que sua presença na sociedade terá mudado até o ponto de alterar o conteúdo das palavras, ainda que as palavras permaneçam nos livros e em nossos lábios para que possamos seguir entendendo as gerações passadas. (...)

O masculino genérico (...) terá a maneira como o percebemos mudada, conforme se modifique a divisão de papéis na sociedade.

Entretanto, deve-se cuidar para que, em uma sociedade onde os papéis sociais ainda são postos de maneira desigual, a linguagem não venha a reforçar as desigualdades. Quando o tema em pauta é trabalho infantil, esta questão parece ser extremamente pertinente e preocupante, pois é sabido que este problema social afeta de forma diferenciada¹⁴² meninos e meninas. Neste sentido, há uma preocupação em verificar que a maioria das matérias analisadas utiliza o masculino genérico, não fazendo distinções entre meninos e meninas, *niños* e *niñas*, conforme os dados da tabela

Tabela 24: Textos segundo à linguagem utilizada.

Linguagem	Frequência	%
Universalista (não distingue os sexos/ usa o masculino plural)	42	72.4
Inclusiva (distingue os sexos, estereótipos, papéis)	8	13.8
Sensitiva (evidencia os papéis de gênero)	1	1.7
Assimétrica (evidencia mais um sexo que outro)	7	12.1
Total	58	100.0

Tabela 25: Sexo da criança e/ou adolescente relatados na matéria, segundo o tipo de linguagem

Sexo	ABRANGÊNCIA E LINGUAGEM USADA				Total
	Universalista (não distingue os sexos/ usa o masculino plural)	Inclusiva (distingue os sexos, estereótipos, papéis)	Sensitiva (evidencia os papéis de gênero)	Assimétrica (evidencia mais um sexo que outro)	
Masculino	100.0%				100.0%
Feminino	20.0%	80.0%			100.0%
Ambos	52.6%	10.5%	5.3%	31.6%	100.0%
Não cita	90.0%	6.7%		3.3%	100.0%
Total	72.4%	13.8%	1.7%	12.1%	100.0%

Tabela 26: Trabalho infantil segundo o tipo de linguagem

Tipo de trabalho infantil	ABRANGÊNCIA E LINGUAGEM USADA				Total
	Universalista (não distingue os sexos/ usa o masculino plural)	Inclusiva (distingue os sexos, estereótipos, papéis)	Sensitiva (evidencia os papéis de gênero)	Assimétrica (evidencia mais um sexo que outro)	
Doméstico (espaço privado)	66.7%	33.3%			100.0%
Fora de casa (espaço público)	71.4%	14.3%	3.6%	10.7%	100.0%
Ambos	42.9%	14.3%		42.9%	100.0%
Não Cita/ NFPI *	88.9%	5.6%		5.6%	100.0%
Não se aplica	50.0%	50.0%			100.0%
Total	72.4%	13.8%	1.7%	12.1%	100.0%

* Não foi possível identificar

Tabela 27: Sexo do repórter segundo o tipo de linguagem

Sexo	ABRANGÊNCIA E LINGUAGEM USADA				Total
	Universalista (não distingue os sexos/ usa o masculino plural)	Inclusiva (distingue os sexos, estereótipos, papéis)	Sensitiva (evidencia os papéis de gênero)	Assimétrica (evidencia mais um sexo que outro)	
Não foi possível identificar	100.0%				100.0%
Feminino	56.3%	18.8%	6.3%	18.8%	100.0%
Masculino	63.6%	9.1%		27.3%	100.0%
Total	62.1%	13.8%	3.4%	20.7%	100.0%

¹⁴²Com diferenciada não se quer dizer que afeta mais a uns e menos a outras (ou vice-versa) nem em graus piores ou melhores de conseqüências, apenas significa que os afeta diferentemente e que é importante entender o teor destas diferenças.

24. Não há preconceitos explícitos, segundo os dados, não obstante, constata-se o preconceito subliminar de que fala Grijelmo¹⁴³.

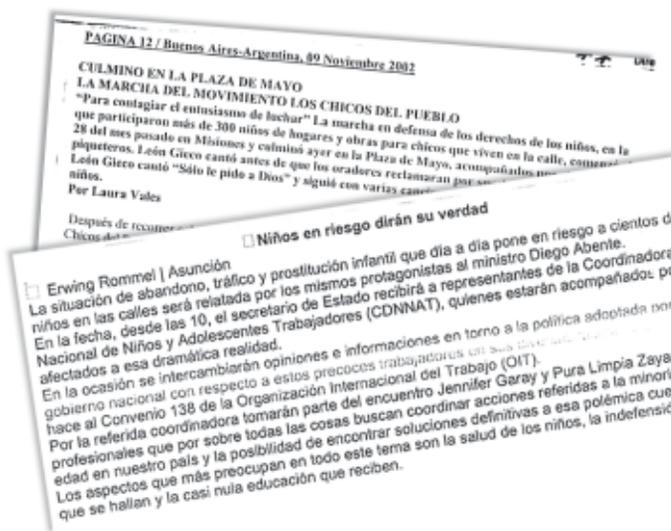
É pertinente sublinhar que, no entanto, na maioria das vezes em que há menções específicas à questão da menina (ou do sexo feminino) há a utilização da linguagem inclusiva. O que pode denotar um maior cuidado com a questão da presença da mulher ou a presença de estereótipos, especialmente de que as meninas apenas realizam alguns tipos de trabalho. O dado, entretanto, parece relacionar-se ao vício de linguagem de apenas se utilizar as expressões no feminino quando, claramente, há uma referência exclusiva e inequívoca às meninas.

A tabela 25, por exemplo, mostra que em 80% dos casos nos quais meninas são enfocadas pela reportagem, a linguagem é inclusiva. Número que não aparece em nenhuma outra situação.

Já a tabela 26, explicita que os trabalhos predominantemente exercidos por mulheres, os do espaço doméstico, também aparecem com uma proporção maior de linguagem inclusiva, quando comparados aos demais. Na tabela 27 percebe-se que quando a autoria da matéria é de uma repórter mulher há uma maior tendência em termos outros tipos de linguagem.

O conceito de *symbolic annihilation*¹⁴⁴, apresentado acima, aplica-se bem ao discurso encontrado nessas matérias sobre trabalho infantil. Na imensa maioria, como mencionado anteriormente, não há distinção entre meninos e meninas, não há especificação de conseqüências diferenciadas para meninos e meninas; em algumas, são mencionados diversos dados sócio-econômicos dos trabalhadores infantis, menos o sexo. Poucos foram os discursos de marcado preconceito. O que existe é uma imensa insensibilidade de entender as diferentes dinâmicas que afetam meninas e meninos no trabalho doméstico. As matérias são, portanto, muito descritivas e factuais e pouco analíticas.

De todas as matérias analisadas apenas duas traziam títulos que deixavam a predominância gramatical do masculino de lado: *Niños e niñas, víctimas de la calle* – artigo que é o único que discute com propriedade a relação entre trabalho infantil e gênero – e *As meninas do lar* – título que apesar de fazer



a discriminação inversa – para o feminino – destoa do conjunto das matérias.

É pertinente salientar que as matérias que, ainda que não entrem na questão do gênero, apresentam o discurso mais plural, falando em meninos e meninas, *niños e niñas*, são aquelas que dão voz a grupos que têm uma perspectiva mais aberta – *Organización de Niños, Niñas y Adolescentes Trabajadores, Consejo del Derecho de los Niños, Niñas y Adolescentes* –, as pesquisadoras-mulheres que tratam da questão e, por fim, aquelas que são escritas por repórteres-mulheres, segundo já indicado.

As matérias do Paraguai talvez sejam as que mais apresentam discursos de meninos e meninas, sem, contudo, adentrar na questão do gênero, visto que as organizações de trabalhadores e trabalhadoras infantis de lá possuem membros ativos dos dois sexos, os quais se apresentam como fontes para a mídia. Vale ressaltar que, e isto apareceu em matérias de todos os países, há uma tendência em se diferenciar, na apresentação das estatísticas, os trabalhos exercidos por meninas: *11.500 niñas trabajan como criaditas*. No entanto, quando se fala dos demais trabalhos, os termos utilizados são *niños*, crianças, adolescentes, o que não permite ao leitor saber qual é a participação efetiva dos dois sexos.

Os textos do Chile apresentam as duas realidades. Alguns sequer mencionam a figura feminina, enquanto os outros procuram demarcar os dados, separando-os por sexo. Não há avanços para além disso, mas, dado o quadro geral, já é um passo.

Atividade passa de mãe para filha

As meninas do lar

¹⁴³ Op cit.

¹⁴⁴ Tradução: *aniquilação simbólica*.

As matérias argentinas apresentam algumas características importantes. A primeira delas é que aquelas nas quais foi dada voz a deputadas, apresentaram um discurso mais plural e de maior atenção às meninas, além de, ao contar com a presença do legislativo – algo raro na imprensa brasileira, por exemplo –, trazer novas perspectivas para o problema. Entretanto, paradoxalmente, enormes matérias sobre a relação entre trabalho infantil e mídia sequer mencionavam o sujeito-feminino.

Um artigo digno de nota é o *Niños e niñas víctimas de la calle*. Neste artigo, a autora Eva Giverti, psicóloga, analisa a questão de gênero com a profundidade possível em um espaço jornalístico. Aqui cabe pontuar que a política editorial do jornal merece ser reconhecida, pois, mesmo que este artigo não tenha autoria de um jornalista, houve a decisão editorial de publicá-lo. Alguns elementos do discurso são dignos de nota:

“A cumplicidade cidadã silencia o registro do problema, assim como omite analisar a complexa relação que existe entre o cliente e a menina vítima.”

[grifos no original]

“Uns e outros contam com a **cumplicidade** de uma sociedade regulada por ideologias patriarcais que autoriza a dispor das meninas como se isso fosse um direito masculino, assim como exportar meninos e meninas em nome das leis de mercado.”

[grifos no original]

Na imprensa uruguaia os comportamentos se repetem, com um número ainda menor de matérias que dão atenção a *niños e niñas*. Um parágrafo de uma reportagem evidencia um hábito muito comum na divulgação dos dados: o que é sublinhado é o fato de que há mais meninos trabalhadores do que meninas, não havendo, não obstante, a iniciativa de se analisar de que formas diferenciadas estes trabalhos se dão: *En cuanto al sexo son más los hombres que las mujeres que trabajan a edades tempranas. Mientras que un 15% de varones está ocupado, sólo un 7% de mujeres lo está.* [grifo nosso]. Esta postura é muito presente nas matérias brasileiras, também.

Na imprensa brasileira encontram-se os maiores problemas em relação à questão do gênero. Para além do fato, positivo, de que foi naquele país onde os trabalhos tipicamente desempe-

nhados por meninas tenham recebido maior atenção, também foi no Brasil onde ocorreram os maiores deslizes no discurso. Mais de uma matéria sobre exploração sexual utilizou-se de expressões como: “exploração sexual de menores”, sem diferenciar as dimensões da questão para meninos e meninas. Mais do que isto, a quase totalidade das matérias sobre exploração sexual e pedofilia via internet estão fundamentadas no discurso policial, sem avançar nas discussões mais sociológicas do fenômeno.

Há um forte apego à expressão “crianças e adolescentes” no discurso, mesmo nos casos em que as pesquisas demonstram o gênero, há uma incidência diferenciada para os sexos: “[...] o trabalho doméstico envolve uma série de riscos, a maioria dos acidentes provoca queimaduras e cortes, e os adultos acabam delegando essas tarefas a crianças e adolescentes.”; “Segundo ele, a estimativa da OIT é de que existam 500 mil crianças trabalhando apenas no setor doméstico”. Mais do que isso, em muitos casos, os adultos têm sexo, enquanto crianças e adolescentes não: “Dos quatro processos [em relação ao tráfico de seres humanos] a que tivemos acesso, as vítimas eram mulheres, crianças e adolescentes [...]”

Ao descrever as consequências de uma investigação relacionada a atos de pedofilia, fotografia de meninas e internet, o seguinte discurso é inserido na reportagem: “O resultado [da publicização dos fatos para as meninas] foi o pior possível. Houve famílias que expulsaram meninas de casa.” Este, de forma paradigmática, é o discurso com que se encerra a matéria, paradigmática porque encarna o modelo de não ir além, não investigar o que está por trás da atuação policial, ou seja, as consequências para as meninas envolvidas, o que, em última instância, é o que realmente deveria interessar.

Um dos discursos mais problemáticos encontrados não parte diretamente do jornalista, mais da fonte utilizada. Sobre a constatação de que meninas das favelas do Rio são mais ociosas [sic] do que os meninos, comenta a fonte: “De acordo com o estudo, meninas nessa faixa etária [15 a 17 anos] não estão trabalhando ou estudando, mas ainda não sabemos o que estão fazendo” [...]. “Desconfiamos que isso tenha a ver com a maternidade precoce ou transferência de responsabilidade. Quer dizer, a mãe das meninas tem vários filhos e entrega às mais velhas os cuidados dos menores. Assim, a jovem fica sem estudar ou se ocupar de alguma maneira por conta deste problema familiar.” Primeiro, cuidar de crianças menores e dos próprios filhos não são ocupação; segundo, o estudioso está preocupado com o fato de que estas meninas não estão nem estudando nem trabalhando, quando estudar é um direito que devia ser garantido a elas, e trabalhar, é ilegal ou pode ser feito com várias restrições para a faixa etária. Já os meninos, que estudam ou trabalham são *ocupados*.

Com raras exceções, pode-se concluir que não existe compreensão sobre as implicações de gênero no trabalho infantil, no tratamento da mídia analisada. ■

A investigação

CIDADE

O procurador geral de Justiça, José Filho, cria um grupo formado por pra apurar as denúncias contra prostituição no Estado do Rio.

Policiais militares de Friburgo descolocanadense faria fotos de adolescentesserrana.

O canadense Anthony de Montigny colabora com a Justiça, passando informações sobre a quadrilha internacional.

O Ministério Público, com a ajuda das Civil, Militar e Federal começa a rastrear e-mails entre o canadense e o holandês Kadeddijk.

Jerry e o cunhado, John...

Trabalho infantil nas ruas de

BAIRROS - TIJUCA

Eduardo Fradkin

Os sinais de trânsito da Grande Tijuca são vez mais disputados por crianças em busca de fontes de renda, causando preocupação assistentes sociais que, por sua vez, correm a aumentar a procura por programas destinados a retirar menores das ruas ou do crime. Segundo a Secretaria municipal de Desenvolvimento da Grande Tijuca é a segunda colocada em regiões que concentram maior quantidade de crianças trabalhando, atrás apenas da Zona Oeste. A avaliação é feita com base nos números do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), mantido por um convênio da prefeitura com o governo federal. O Peti dá bolsas de trabalho para a criança retirada das ruas e mantida nas famílias carentes. Na Zona Oeste, 620 crianças são beneficiadas pelo programa, enquanto na Grande Tijuca são atendidos 470. O número só tende a aumentar por falta de vagas.

Mostra aborda a exploração infantil

Monitores guiam visitantes na UFRJ

Cem imagens de beleza plástica revelam, no campus da UFRJ da Praia Vermelha, no número 250 da Avenida Pasteur, um problema social que se estende de Norte a Sul do Brasil: a exploração infantil. A exposição *Exploração infantil: educação através da imagem* exibe cenas captadas pelas lentes dos fotógrafos João Roberto Ripper, Paula Simas, Iolanda Huzak e recebe, até sexta-feira, a visita de crianças, educadores e quem mais quiser ver um dos resultados de um projeto iniciado desde 1995.

JORNAL DO BRASIL

DIREITOS HUMANOS

TRABALHO INFANTIL

TERÇA-FEIRA

Informalidade vira coisa de criança

Exploração reprimida no setor formal invade o mundo onde direitos são ignorados até para adultos

Apesar de o trabalho infantil ter apresentado uma queda de 23% de 1992 a 1999, ainda tem 4 milhões de crianças e 5 e 17 anos que abrem a sua infância no Brasil. Pequenos trabalhadores ficam nas salas de aula por horas a fio, a bola de futebol e os seus minutos de diversão trocados por ajuda complementar da família.

Ele constata uma migração da mão de obra infantil para o setor informal. Ele explica que esse fenômeno torna o diagnóstico da situação do país mais complicado. Segundo ele, a estimativa da OIT é de que já existem 500 mil crianças trabalhando apenas no setor doméstico. Por conta da dificuldade na computação de dados, a organização desenvolveu juntamente ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) um suplemento de perguntas que serão anexadas à Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (Pnad) a partir do ano que vem.

Por enquanto, o oficial de projetos do Unicef no Brasil, Mário Volpi, diz que é possível constatar a migração de crianças para o trabalho informal na medida em que este fenômeno atinge muitas grandes empresas

que não usam, formalmente, a mão de obra infantil. Mas, como muitos serviços são terceirizados, as crianças acabam trabalhando em casa para ajudar a família. Assim acontece em Franca, com a indústria periférica ao setor de calçados da região. Até o início dos anos 90, o Unicef acreditava que uma política de concessão de ren-

da por meio de condicionamentos, como o acesso da criança à escola, por exemplo, seria suficiente para combater o trabalho infantil. Atualmente, a instituição tenta atacar também em outras frentes, promovendo atividades que preencham o tempo livre das crianças nos períodos em que elas não estão na escola.

Terceirização contribuiu para o aumento do trabalho infantil

em sido tão eficazes nos últimos anos: a redução de 23% absoluta dos trabalhadores, vemos que a taxa de participação se reduziu 13,6% em 1999, a redução, de





VALIDAÇÃO E CONCLUSÕES



A ANDI, com o apoio da OIT, enfrentou o desafio de ser a primeira instituição regional a desenhar uma metodologia de classificação e análise da mídia com recorte de gênero. A investigação para esta pesquisa abrangeu – por meio da análise de material bibliográfico e de como 17 jornais do Mercosul e Chile abordaram, no segundo semestre de 2002, os temas trabalho infantil e gênero – questões sobre: a relação entre os direitos da criança e do adolescente e os direitos da mulher, os esforços de veículos e de profissionais da comunicação para contribuir com mudanças nessa relação e as dificuldades dos jornalistas na cobertura desses assuntos.

A pesquisa foi realizada a partir de amplo levantamento bibliográfico na OIT, UNICEF, CEPAL, Banco Mundial, em universidades, por internet, com jornalistas, pesquisadores, organizações sociais, na ANDI e em áreas de governo. Parte da checagem dos dados foi realizada pela visita de campo aos cinco países da sub-região, nos quais foram realizadas 41 entrevistas. O material coletado compõe as informações que orientam a análise conceitual, as referências históricas, os dados dos censos e os levantamentos referentes ao Mercosul e às questões trabalhistas e a visão dos especialistas e jornalistas. Para a pesquisa foi criado um questionário de nível internacional para avaliação da cobertura de gênero, um trabalho pioneiro no continente.

Este estudo foi validado no “Seminário Trabalho Infantil e Gênero na Mídia do Mercosul e Chile”, realizado pela Organização Internacional do Trabalho em parceria com a ANDI, nos dias 13 e 14 de Outubro de 2003, no escritório da OIT em Brasília. O evento teve por objetivo fazer uma análise da atuação dos meios de comunicação com relação às questões de gênero e trabalho infantil. O Seminário con-

tou com a participação de profissionais dos cinco países onde a pesquisa foi realizada: Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai.

Um dos diagnósticos levantados pela pesquisa e pelo seminário foi a necessidade de se criar uma ampla rede internacional e multidisciplinar para discussão de metas e ações para a melhoria da qualidade da informação sobre o tema gênero quando se trata de trabalho infantil. Além disso, pontuou-se a importância do aprofundamento e introjeção do tema por parceiros estratégicos na área de combate ao trabalho infantil para a busca de recomendações incentivando que meios de comunicação passem a incorporar o viés de gênero no exercício de seu trabalho. A experiência da ANDI vem demonstrando ao longo de dez anos que uma abordagem sistêmica de um assunto é bem recebida nos meios de comunicação, que abrem espaço para o que é oferecido.

Resultados

Várias foram as dificuldades de realização da pesquisa, porque o tema gênero não está na prioridade de agendas de discussão das instituições, dos governos e da mídia; e, principalmente, porque há dificuldades em se conseguir dados confiáveis, pois os censos nos países pesquisados muitas vezes são defasados. De fato, os números levam as constatações de que gênero é um tema ausente na mídia dos cinco países estudados.

O levantamento de dados foi feito com uma temporalidade de seis meses (de 01/07 a 31/12/02) e foram consultadas todas as repórteres sobre trabalho infantil, bem como sobre violência e abuso

sexual nos principais jornais e revistas de veiculação nacional nos cinco países pesquisados (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai). O cenário encontrado foi de um baixo número de reportagens, que influenciou grandemente no molde da metodologia adotada na pesquisa. A análise do conteúdo (quantitativa), só e simplesmente, não seria esclarecedora o bastante. Criou-se, portanto, um instrumento de pesquisa específico para o trabalho, um questionário para fazer a análise do discurso (qualitativa), o que somou à análise quantitativa.

Uma das conclusões da pesquisa é que gênero não é tratado nem como um tema em si, nem como um tema diretamente relacionado a outras questões; e que, definitivamente, não está incluído, percebido ou discutido nos países do Mercosul e no Chile. Há, em todos os países, uma dificuldade de se lidar com comunicação e gênero. Trazer o tema à tona é muito importante para a compreensão dos Direitos Universais. No entanto, isso só vai acontecer nos meios de comunicação par e passo com a melhora na qualidade do trabalho das fontes.

A baixa inserção do tema na mídia traz à tona uma realidade geral de desinteresse (ou desconhecimento) pelo tema gênero. Essa constatação não significa atribuir culpabilidade, mas sim perceber o que pode ser feito. Programas de formação em gênero para jornalistas já existem, e nota-se que publicitários são profissionais de comunicação mais abertos à temática.

Foi constatado, a partir da análise do conteúdo, que não há cobertura jornalística aprofundada sobre o tema em nenhum dos cinco países. Quando gênero aparece nas reportagens, ainda está ligado à mera diferenciação de masculino e feminino. No entanto, percebe-se que o jornalista tem abertura para esse tema, principalmente se houver dados disponíveis a respeito. É importante registrar que reportagens que continham alguma discussão de gênero em geral eram de autoria de jornalistas mulheres, entretanto o tratamento do tema ainda pode ser considerado superficial, talvez por se tratar de um conceito relativamente novo, que precise ser mais trabalhado e difundido junto aos meios de comunicação. Nota-se também que reportagens registram o trabalho infantil de meninas, identificando este problema, mas sem avançar na discussão (ou seja, sem elaborar sobre fatores de aceitação cultural, e sem realizar análise do papel da menina e do papel do menino dentro da casa da família em situação de exclusão social etc.). Quando o tema é exploração sexual comercial de crianças, é freqüente que haja menção da menina nesse trabalho, em uma abordagem mais óbvia e sem nuances de causas, efeitos e contextos sócio-econômicos e culturais.

Há, nas reportagens analisadas, predomínio da linguagem universalista (genérica), que pode contribuir para encobrir uma situação de desigualdade na sociedade, o que é o caso do gênero. Quando as reportagens são realizadas com linguagem inclusiva, observa-se que ou a fonte ou a repórter é uma mulher. Porém, somente aparecem meninas no texto, o que pode sugerir exclusão da voz masculina (em uma espécie de preconceito às avessas).

A análise do discurso das reportagens revela que adultos têm sexo, crianças e adolescentes, não; o trabalho feminino é invisível (quando o tema é gravidez na adolescência, há menção de que meninas grávidas não trabalham ou estudam, sem considerar o trabalho que têm com o bebê, com a casa, e muitas vezes, com os irmãos menores); o tema exploração sexual vem associado à expulsão de meninas de casa, possivelmente demonstrando intolerância para se lidar com diferenças e com problemas que vitimam mulheres.

Com relação à legislação dos países estudados, verifica-se que há poucos projetos de lei avançando na direção de melhoras estruturais que, por conseguinte, abrandariam os problemas de desigualdade de gênero. Os marcos legais estão centrados aos problemas de cada país, sem apresentar uma visão geral do Mercosul, mesmo no que diz respeito a questões como migrações e fronteiras.

Lista de apontamentos

Algumas recomendações elaboradas a partir da discussão deste documento durante o seminário sugerem aprimoramento de indicadores nos cinco países, implementação de políticas públicas levando em consideração as boas práticas já mapeadas, capacitação de profissionais de comunicação e elaboração de campanhas para dar visibilidade ao tema trabalho infantil e gênero.

Com relação aos indicadores, nota-se que os indicadores de gênero ainda são insuficientes para dar visibilidade com precisão à situação de meninas e meninos na sub-região, pois não contemplam diferenças regionais, urbanas e rurais, a diversidade cultural e o trabalho doméstico realizado principalmente por meninas. Indicadores demonstrativos por sexo, raça/etnia, que iluminem as desigualdades de gênero entre meninas e meninos, e jovens de ambos os sexos, precisam ser construídos (incluindo o enfoque ao trabalho infanto-juvenil na economia informal urbana). Estratégias nesse sentido, levando em conta a relação entre gênero e trabalho infantil com pobreza e com os Índices de Desenvol-

vimento Humano, devem ser articuladas entre as agências multilaterais com os institutos públicos de pesquisa dos governos da sub-região e com os meios acadêmicos.

Quanto à elaboração de políticas públicas, é importante pontuar que agências internacionais de desenvolvimento devem continuar a envolver-se em negociações com os governos da sub-região para criação e implementação de políticas públicas para a educação de gênero a partir do ensino básico, com revisão do material didático escolar. Programas públicos e sociais de apoio às famílias com relação à educação dos filhos e as questões de gênero devem ser criados, e a sociedade civil organizada dos países em questão deve envolver-se nessa estratégia. Para esse fim, capacitações são necessárias, tanto para professores e organizações do Terceiro Setor, como para profissionais de mídia, apoiadores na divulgação social dessa ação. Campanhas de implicações sub-regionais poderiam ser uma via para introduzir o tema trabalho infantil e gênero às sociedades dos cinco países e contribuir para sua inclusão nas agendas sociais.

Seminário

A realização do seminário concretizou o grupo central que integra a rede inicial sobre gênero e trabalho infantil nos países do Mercosul, denominada *Rede Trabalho Infantil e Gênero nos Meios de Comunicação do Mercosul e Chile*. Desta forma, após a apresentação do presente documento aos integrantes do seminário, e a discussão do seu conteúdo com a identificação das boas práticas e a elaboração de recomendações concretas, percebeu-se que, apenas com ações integradas como estas seria possível construir uma lógica dentro do contexto da eliminação do trabalho infantil no Mercosul + Chile que agregasse o tema gênero, inclusive em atividades seguintes. No Brasil, viabilizar-se-á nos próximos anos o Programa de Duração Determinada (ou *Time Bound Program*), com estratégias de combate às piores formas de trabalho infantil, no qual o viés de gênero está profundamente agregado.

Entre as recomendações do seminário, que paulatinamente vêm sendo concretizadas, destacaram-se:

- a apresentação da presente pesquisa, pelo ineditismo e qualidade das informações, a públicos selecionados e formadores de opinião em cada um dos países da sub-região;

- o desenho de áreas para aprofundamento dos dados até agora levantados sobre trabalho infantil e gênero;
- a disponibilização dos dados à Federação Latino-Americana de Jornalistas;
- a tradução da pesquisa para o espanhol e a publicação do material produzido, com apoio da UNESCO;
- a realização de discussões e seminários sobre o tema; inclusive que a ANDI buscasse espaço para apresentação prévia desta pesquisa durante a Cúpula Mundial sobre Criança e Mídia, no Rio de Janeiro, em abril de 2004, com a participação de pesquisadores de outros continentes;
- a manutenção da rede de informação sobre “Trabalho Infantil e Gênero no Mercosul e Chile”, a partir do site da ANDI, incluindo as Comissões Nacionais de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETIs), as instituições presentes no seminário e agências da Rede ANDI América Latina – presentes em nove países: Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Venezuela, Costa Rica, Guatemala e Nicarágua. ■

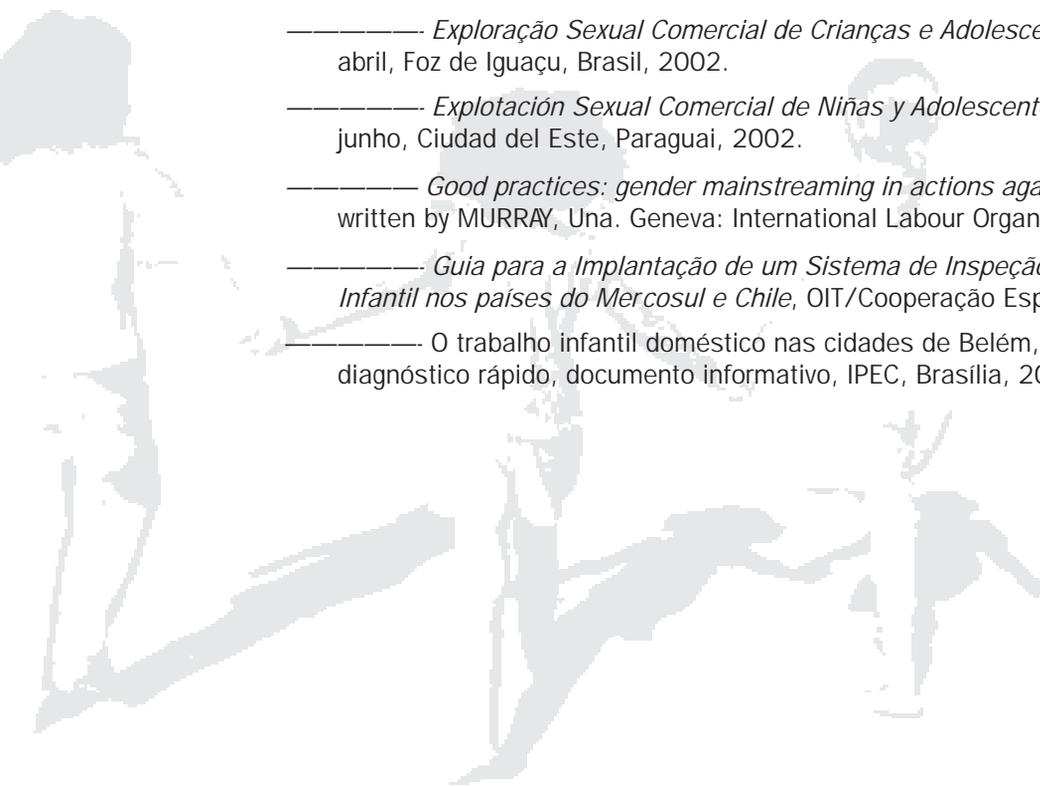




REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, Gladys Vargas – *Genero y Trabajo Infantil Doméstico: Enfoque de Derechos Humanos*, UNICEF, Guatemala, 2003.
- ACOSTA, Gladys Vargas, MENDEZ, Emilio Garcia, e HOYOS, Soraya – *Trabalho Infantil Doméstico*, TM Editores, UNICEF, Colômbia, 2000.
- ALARCÓN, Walter, e SALAZAR, M.C. (orgs.) – *El trabajo de niños e adolescentes em América Latina y Caribe: situación, políticas y retos en los años noventa*. In Gladys Acosta Vargas et al – *Trabajo Infantil Doméstico y quien la mandó a ser niña?*, TM Editores, UNICEF, Colombia, 2000.
- *Mejores escuelas, menos trabajo infantil. Trabajo infanto-juvenil y educación en Brasil, Colombia, Guatemala, Ecuador y Perú*, UNICEF TACRO/Inocenti, Bogotá, 1996.
- ARRIAGA, Irmã, e TORRES, Carmen (orgs.) – *Género y Pobreza*, ISIS Internacional, Chile, 1998.
- BANCO MUNDIAL – *Desafios e Oportunidades para a Igualdade entre Gêneros na América Latina e Caribe*, Setor de Redução da Pobreza e Administração Econômica, Região América Latina e Caribe, 2003.
- BETANCOUT, Josceline – *El Trabajo Infantil*, Global...Infância, Asunción, 2002.
- BOURDIEU, Pierre – *A Dominação Masculina*, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1999.
- BOURGUIGNON, François, FERREIRA, Francisco H.G., e LEITE, Phillippe G. – *Ex-ante Evaluation of Conditional Cash Transfer Programas: the Case of Bolsa Escola*, World Bank, first draft, setembro de 2002.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine – *Introdução à análise do discurso*, 8ª ed., Editora da UNICAMP, Campinas, 2002.
- CASTELLS, Manuel – *O poder da identidade*, Paz e Terra, São Paulo, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.2).
- COTIDIANO Mujer – *En el Medio de los Medios: Infancia*, Montevideo, 1999.
- CRUZ, Claudia – *O Trabalho Infantil nos países do Mercosul*, OIT, no. 74, Peru, 1998.
- FONTAINE, Susan, e MCGREGOR, Judy – “Reconstructing gender for the 21st century: news media framing of political women in New Zealand”, In: <http://www.bond.edu.au/hss/communication/ANZCA/papers/JMcGregorSFontainePaper.pdf> , pp. 1-7., s/d.
- GIBERTI, Eva – *La Niña: para una ontología de la discriminación inaugural*, Revista Feminaria, ano XVI, no. 26-27, Buenos Aires, 2001.

- GIBERTI, Eva *et al* – *Políticas y Niñez*, Editorial Losada, Buenos Aires, 1997.
- GRIJELMO, Álex – *La seducción de las palabras*, Taurus, Madrid, 1998.
- GIDDENS, Anthony – *Mundo em Descontrole- o que a globalização está fazendo de nós*, Ed. Record, Rio de Janeiro, 2000.
- GOMES DA COSTA, Antonio – *Trabalho Infantil*, OIT, Ed. LTr, São Paulo, 1994
- HEILBORN, Maria Luiza – *Quem mandou nascer mulher? Meninas e meninos em situação de pobreza: a experiência cotidiana do gênero*, UNICEF, Brasil, 1993.
- MATURANA, Humberto – “Biología e Violência”. *In: Violencia en sus distintos ámbitos de expresion*, Dolmen Ediciones, Santiago, 1997.
- MENDEZ, Emilio Garcia, e ARALDSEN, Hege - *El debate actual sobre el Trabajo infanto-juvenil en America Latina y Caribe: tendencias y perspectivas*, Cuadernos del UNICEF, Argentina, 2000.
- *Los Niños que Trabajan*, Cuadernos del Unicef, Argentina, 2000.
- MONTAÑO, Sonia – “Políticas para el empoderamiento de las mujeres como estratégia de lucha contra la pobreza”. *In: Capital Social y Reduccion de la Pobreza en América Latina y Caribe: en busca de un nuevo paradigma*, CEPAL, Chile, 2003.
- NAPP – Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa – “Trabalho Infantil: Examinando o Problema, Avaliando Estratégias de Erradicação”.
- NARAYAN, Deepa *et. al.* – *Can anyone hear us?: voices of the poor*, Washington: World Bank, New York: Oxford University Press, 2000a.
- *Crying out for change: voices of the poor*. Washington: World Bank, New York: Oxford University Press, 2000b.
- NARDELLI, Elizabeth, e SANT´ANNA, Francisco – *Mujer y Prensa em América Latina*, Sindicato dos Jornalistas do Distrito Federal e UNESCO, 2002.
- OIT – *Crianças no narcotráfico: um diagnóstico rápido*, documento informativo, Rio de Janeiro, Brasil, 2002.
- *Dialogues Latin America and the Caribbean*, da Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, 2003.
- *Evaluación rápida sobre Trabajo Infantil Doméstico en hogares de terceros en Paraguay*, documento informativo, IPEC, Dezembro, Assunção, Lima, 2002.
- *Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes*, documento informativo, abril, Foz de Iguaçu, Brasil, 2002.
- *Explotación Sexual Comercial de Niñas y Adolescentes*, documento informativo, junho, Ciudad del Este, Paraguai, 2002.
- *Good practices: gender mainstreaming in actions against child labour*. Compiled and written by MURRAY, Una. Geneva: International Labour Organization, 2003.
- *Guia para a Implantação de um Sistema de Inspeção e Monitoramento do Trabalho Infantil nos países do Mercosul e Chile*, OIT/Cooperação Espanhola, 2003.
- O trabalho infantil doméstico nas cidades de Belém, Belo Horizonte e Recife: um diagnóstico rápido, documento informativo, IPEC, Brasília, 2003.



- *Trabajo Infantil en los países del MERCOSUR: Argentina, Brasil, Chile, Paraguay, Uruguay*, documento informativo, Peru, 1998.
- *Un Futuro sin Trabajo Infantil*, Ginebra, Suíza, 2002.
- OVIEDO, Susana – *Orientaciones para Comunicadores Sociales*, OIT, Asunción, 2003.
- PARK, David J. – “Media, democracy and human rights in Argentina”, *Journal of Communication Inquiry* 26:3 (July 2002): 237-260, Sage Publications, London, 2002.
- PITANGUY, Jacqueline, e HERINGER, Rosana – *Direitos Humanos no Mercosul*, Cadernos Fórum Civil, Ano 3, no. 4, CEPIA, Rio de Janeiro, 2002.
- QUARPER, Klaudio Duarte, e MENZ, Catalina Littin – *Niñas, Niños y Jóvenes: Construyendo Imágenes en la Prensa Escrita*, ACHNU, Chile, 2002.
- RIOS, Luis Felipe – “Quando o Assunto é Cultura Sexual: um olhar sobre a mídia”. In: *Olhar sobre a Mídia*, CCR, Mazza Edições, São Paulo, 2002.
- RIZZINI, Irene – *Deserdados da Sociedade, os “meninos de rua” da América Latina*, Universidade Santa Úrsula, Rio de Janeiro, 1995.
- RIZZINI, Irene *et al.* – “La fuerza de la infancia no está en el trabajo”. In *Mejores escuelas, menos trabajo infantil*, Unicef, Colombia, 1996.
- SAINT MAUR, Agnès Fournier de – “Abuso Sexual de Crianças na Internet: um Novo Desafio para a Interpol”. In: *Inocência em Perigo*, UNESCO, Ed. Garamoud, Rio de Janeiro, 1999.
- SANTOS, Th. dos – “A Globalização reforça as particularidades”. In *Território, Globalização e Fragmentação*, Hucitec, São Paulo, 1996.
- SEN, Amartya – *Desenvolvimento como liberdade*, Companhia das Letras, São Paulo, 2000.
- SEN, Gita – “El empoderamiento como um enfoque a la pobreza”. In: *Gênero y Pobreza, nuevas dimensiones*, Irmã Arriaga y Carmen Torres (orgs.), ISIS Internacional, Chile, 1998.
- SOUZA E SILVA, Jailson, e URANI, André – *Crianças no Narcotráfico, um diagnóstico rápido*, OIT-Brasília e Ministério do Trabalho, Brasília, 2002.
- UNICEF – *El trabajo infantil y adolescente en Uruguay y su impacto sobre la educación – Análisis de la situación en la década pasada y presente*, documento informativo, Montevideu, Uruguay, janeiro 2003.
- UNICEF – *Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileira 2003*, versão preliminar, Brasília, 2003.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP) – *Human development report 2003*. New York: Oxford University Press, 2003.
- VARGAS, Gladys Acosta *at alli* – *Trabajo Infantil Doméstico, y quién la Mandó a ser Niña*, UNICEF/TM Editores, Colombia, 2000.
- VAZ, Marlene – *A Menina e a Casa, a Identidade Coletiva da Menina Empregada Doméstica*, Salvador, 1999.
- VIVARTA, Veet (coord.) – *Que País é Este? Pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano e social no foco da imprensa brasileira*, ANDI, Instituto Ayrton Senna, UNICEF, Cortez Editora, São Paulo, 2003.



- *O Grito dos Inocentes*, ANDI-UNICEF-Childhood, Ed. Cortez, São Paulo, 2003.
- VON FEILITZEN, Cecília, e CARLSSON, Ulla (orgs.) – *A Criança e a Mídia*, UNESCO, Ed. Cortez, São Paulo, 2002.
- WEISCHEDEL, Wilhelm – *A escada dos fundos da filosofia: a vida cotidiana e o pensamento de 34 grandes filósofos*. Angra, São Paulo, 1999.
- WOLF, Mauro – *Teorias da comunicação*, 5ª ed., Ed. Presença, Lisboa, 1999.

OS SEGUINTE SITES CONTÊM PUBLICAÇÕES RELACIONADAS AO TRABALHO INFANTIL:

- <http://www.antislavery.org>
- <http://www.defence-for-children.org>
- <http://www.dol.gov> (Departamento de Trabalho do Governo dos Estados Unidos)
- <http://www.ecpat.net>
- <http://www.globalmarch.org> (Marcha Mundial contra o trabalho Infantil)
- <http://www.ictfu.org> (Confederação Internacional de Sindicatos)
- <http://www.ioe-emp.org> (Organização Internacional do Empregador)
- <http://www.netec.wustl.edu/WoPEc.html> (Cadernos de Economia)
- <http://www.savethechildren.org.uk>
- <http://www.terredeshommes.org>
- <http://www.ucw-project.org> (Entendendo o trabalho Infantil)
- <http://www.unesco.org>
- <http://www.unicef.org>
- <http://www.worldbank.org>





BOAS PRÁTICAS COMO PERSPECTIVAS PARA O FUTURO



Programa PAPAÍ

Fundado em 1997, o Programa PAPAÍ (www.ufpe.br/papai) é uma instituição civil sem fins lucrativos que desenvolve pesquisas e ações socioeducativas com homens de diferentes idades, a partir de uma perspectiva feminista e de gênero, com o objetivo de promover atividades de formação, pesquisa e ação social em torno de questões relativas à saúde e relações de gênero, sexualidade e reprodução, por meio de atuação em diferentes fóruns: sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa, instâncias de controle social e órgãos governamentais.

A origem do PAPAÍ é marcada por pesquisas de pós-graduação em Psicologia Social que evidenciaram a ausência de pesquisas e/ou ação social voltadas aos homens e às masculinidades, particularmente no tocante ao campo da saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Como desdobramento dessas constatações, foi estruturado o programa PAPAÍ, com quatro eixos estratégicos: prestação de serviços, produção de conhecimentos, construção de um banco de dados e atividades de sensibilização.

Hoje, o PAPAÍ integra uma equipe de quatro profissionais (Benedito Medrado, Jorge Lyra, Karla Galvão e Pedro Nascimento) e um corpo de profissionais e estagiários, além de inúmeros colaboradores diretos e indiretos. Tem como objetivos específicos:

- realizar estudos e pesquisas sobre homens e masculinidades, embasados na perspectiva de gênero, bem como desenvolver ações junto a homens, de diferentes idades, no contexto da saúde e direitos sexuais e reprodutivos;
- atuar para a melhoria do atendimento integral à saúde dos adolescentes/jovens, por meio do monitoramento e avaliação dos serviços; da par-

ticipação em instâncias de controle social das políticas públicas de saúde nos níveis municipal, estadual e nacional;

- desenvolver alternativas conceituais e metodológicas que originem e facilitem a realização de projetos de pesquisa e/ou intervenção social na área gênero, sexualidade e reprodução;
- popularizar as propostas feministas de justiça social com equidade de gênero;
- oferecer prestação de serviços à comunidade, particularmente adolescentes e jovens, no tocante à atendimentos individuais e/ou coletivos a partir de uma abordagem clínica e psicossocial, com ênfase no diálogo e informação;
- trabalhar junto a outros movimentos sociais pela promoção da cidadania e garantia e respeito aos direitos humanos.

Os projetos atualmente desenvolvidos pela PAPAÍ são:

Mídia, saúde e gênero

Pesquisas em comunicação, com abordagem psicossocial, e produção de material para veiculação local e virtual, considerando que a mídia não é vitrine, mas um dos instrumentos básicos de difusão de informações e promoção de mudanças, nos dias de hoje, particularmente no campo das relações de gênero, sexualidade e reprodução.

Paternidade na adolescência: construindo um lugar

Atividades de pesquisa e intervenção social que visam a criação de um lugar social para a paternidade na adolescência e o envolvimento do jovem pai em questões relativas à sexualidade, direitos reprodutivos, gênero e cidadania.

Homens, masculinidades e prevenção de DST / Aids

Pesquisas e ações voltadas para a temática gênero e vulnerabilidade, tendo o objetivo de promover a prevenção da Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis, junto a homens em situação de pobreza. Trabalha-se com população masculina e profissionais de saúde.

Homens jovens: gênero, educação e violência

Conjunto de projetos voltados à questão da socialização de gênero, através da realização de grupos de discussão com homens jovens residentes na Várzea e bairros vizinhos, com vistas à formação de um grupo de multiplicadores. Envolve temas como: sexualidade, reprodução, redução de danos, violência e drogas.

PROMUNDO

O PROMUNDO é uma instituição não-governamental brasileira filiada ao The Global Orphan Project / JSI Research and Training Institute, Boston / EUA, que atua em colaboração com organizações nacionais e internacionais nas áreas de saúde pública, direitos humanos, prevenção da AIDS e desenvolvimento social. A ONG está comprometida com o objetivo de melhorar a qualidade de vida de crianças, adolescentes e suas famílias. Esses objetivos são alcançados a partir de um trabalho permanente de:

- Pesquisar e desenvolver novos olhares e novas idéias sobre temas relevantes e que possam produzir um impacto em larga escala;
- Aplicação destas idéias em iniciativas piloto;
- Disseminação do resultado destas ações através de publicações, seminários e cursos, além da prestação de consultoria técnica para diversas organizações.

Áreas de atuação:

Gênero, juventude e saúde

A organização atua no desenvolvimento e disseminação de técnicas de trabalho relativas aos temas de promoção de saúde e equidade de gênero com homens jovens entre 15 –24 anos.

Um dos projetos destaque dessa área de atuação é o *Projeto Hora H*, que consiste em uma iniciativa de marketing social criada para promover o uso de camisinhas e um estilo de vida mais equitativo de gênero.

Prevenção de violência

A maioria dos atos de violência cometida no âmbito público é entre homens (jovens e adultos) e, no

âmbito doméstico, de homens contra mulheres. Pesquisa realizada mostra que relacionamentos violentos entre homens não significam uma pré-disposição genética, mas sim o resultado de sua socialização. Apesar desta constatação, pouca atenção tem sido dirigida à relação entre a socialização masculina e a violência. Por isso, a PROMUNDO procura incluir a perspectiva de gênero com um olhar diferente sobre a questão da violência.

O objetivo desta iniciativa é pesquisar as relações entre a violência masculina e a socialização dos homens, especialmente os jovens, a fim de engajá-los na prevenção de violência contra as mulheres.

Merece destaque o *Projeto Homens e Violência de Gênero*, que inclui o primeiro estudo sobre violência de gênero realizado com homens no Brasil e sua correlação com as questões de saúde sexual e reprodutiva.

Comunidades e famílias

Nessa temática o PROMUNDO procura trabalhar em parceria com as famílias e comunidades no sentido de fortalecê-las para que elas possam ampliar a oferta de serviços às suas crianças e jovens.

Um dos projetos desenvolvidos nessa temática é o *Projeto Paternidade*, que consiste em uma revisão da literatura da América Latina sobre o papel do pai na criação dos filhos.

Avaliação

No sentido de qualificar o impacto das iniciativas em termos de mudanças de atitude e comportamento e na melhoria da qualidade de vida de crianças, jovens e suas famílias, a ONG está implementando, atualmente, dois projetos de avaliação de duração de dois anos, são eles:

Projeto de Avaliação de gratuidade de Gênero

Financiado por Population Council / Horizons, está avaliando as mudanças nas atitudes e comportamento que resultam do trabalho com homens jovens;

Projeto de Apoio no Fortalecimento de Famílias e Comunidades, financiado pelo Departamento Internacional de Desenvolvimento (DFI / UK) e Fundação OAK, está avaliando o impacto do trabalho com famílias e comunidades no sentido de fortalecer o trabalho que elas já fornecem às suas crianças e jovens e, subsequentemente, o impacto que isto causa em suas vidas.

O PROMUNDO também é afiliado à John Snow Brasil Consultoria, uma empresa internacional na área de desenvolvimento social estratégico. Outras informações sobre a ONG estão no www.promundo.org.br. ■



BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



No sentido de estimular a pesquisa sobre o tema trabalho infantil e gênero, apresenta-se a seguir uma seleção de bibliografia complementar.

Esta seleção teve como fonte a publicação *A Selected Annotated Bibliography on Girl Child Labour: A Gender perspective* – Girl Child Labour Studies, Vol. 04 – ILO, 2003 – Compilado e editado por Anita Amorim, Una Murray e Pallavi Rai.

Os critérios para esta seleção priorizaram publicações da região geográfica em questão (Mercosul + Chile), publicações que tecnicamente podem dar contribuição e agregar informação ao tema central deste estudo e publicações mais recentes.

Livros, publicações, relatórios e ensaios:

BACKSTROM, Kirsten M. – “The International Human Rights of the Child: Do They Protect the Female Child?”, *In: George Washington Journal of International Law and Economics*, vol. 30, no. 2/3, Washington, D.C, 1996.

CARRERA, Juan Iñigo. – *Determinaciones Económicas del Trabajo Infantil: Fundamentos y el Caso Rural Argentino*, UNICEF, Buenos Aires, 2001.

CECRIA Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, *Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na América*, Brasília, 1996.

CÉSPEDES, Roberto L. – *Trabajo Infanto-Juvenil Severo en Paraguay*, UNICEF, Asunción, 1997.

CEVALLOS, C., e DEL CARMEN, S. E. - *Aprendizajes experienciales de las niñas y niños trabajadores(as)*, Universidad Politécnica Salesiana, Facultad de las Ciencias de Educación, Quito, 1998.

DEL ROSARIO, Rosario – *Girl Child Workers Carrying the Burden of the World: Women Reflecting on the Effects of the Crisis on Women and Girls*, relatório resultante da discussão de mesa redonda conduzida pelo Centro de Estudos Integrativos e de Desenvolvimento (Centre for Integrative and Development Studies), Diliman, Quezon City, 1998.

EMERSON, P. M. e PORTELA, A. – *Bargaining Over Sons and Daughters: Child Labour, School Attendance and Intra-household Gender Bias in Brazil*, Vanderbilt University, Nashville, 2001. (disponível no site <http://sitemason.vanderbilt.edu/econ/>).

EMERSON, Patrick, e SOUZA, Portela, A. – “Is There a Child Labour Trap? Intergenerational Persistence of Child Labor in Brazil”. *In Economic Development and Cultural Change*, vol. 51 (2), Chicago, 2003.

ERSADO, L. (2002): *Child labour and school decisions in urban and rural areas: cross country evidence*, Food Consumption and Nutrition Division, International Food Policy Research Institute (IFPRI) <http://www.ifpri.org/divs/fcnd/dp/papers/fcndp145.pdf>

FLORES, M. Rosa; VEGA, S. Liliana; CÁCERES, L.; RUIZ, P.; e ISAAC, S. – *Invisible y sin derechos: Aproximación al perfil del trabajo Infantil Doméstico en el Perú*, OIT/IPEC-TID, Lima, 2002. ISBN 92-2-313540-0.

- FRIEDMAN, Sara Ann, e DOTTRIDGE, Mike – *Considering girls' invisible labour in the development of the new ILO Convention: Targeting the Most Intolerable Forms of Child Labour*, relatório apresentado na mesa redonda da OIT/Genebra, em 9 de junho de 1996. (disponível em http://www.globalmarch.org/girlchild/invisible_girls_invisible_work.htm).
- FRIEDMAN, S. A. – *Girls 2000*, relatório preparado para Beijing+5, produzido por Grupos de Trabalho sobre Meninas (Working Groups on Girls), UNICEF, New York, 2000.
- FYFE, Alec – *Child Labour*, Polity Press, Cambridge, 1989.
- GIRALDO, Adriana Espinosa – *Hasta Cuándo Sin Educación?*, Save the Children – United Kingdom, Bogotá, 2001.
- GUSTAFSSON-WRIGHT, E., e PYNE, H.H. – *Gender Dimensions of Child Labor and Street Children in Brazil*, World Bank Latin America and the Caribbean Region, Gender Sector Unit, October World Bank Policy Research Working Paper 2897. Washington, D.C., 2002. (disponível em http://www-ds.worldbank.org/servlet/WDS_Ibank_Servlet?pcont=details&eid=000094946
- ILAHÍ, Nadeem – *Children's work and schooling: Does gender matter?* Policy Research Working Paper No. 2745, World Bank, Latin American and the Caribbean Region, Gender Sector Unit, Washington, D.C., 2001. (disponível em [http://wbi0018.worldbank.org/lac/lacinfoclient.nsf/d29684951174975c85256735007fef12/deb93f84ea4e2e2f85256b5d006b649a/\\$FILE/WPS2745.pdf](http://wbi0018.worldbank.org/lac/lacinfoclient.nsf/d29684951174975c85256735007fef12/deb93f84ea4e2e2f85256b5d006b649a/$FILE/WPS2745.pdf)).
- ILAHÍ, Nadeem; ORAZEM, Peter; e SEDLACEK, Guilherme – *The implications of child labour for adult wages, income and poverty: Retrospective evidence from Brazil*. Background Paper for the ESW Social Protection Loan to Brazil, World Bank, Washington D.C., 2000.
- ILO/IPEC – *Memória: Reunión Técnica Internacional, Niñez Trabajadora en el Hogar de Terceros*, Save the Children, Bogotá, 2000.
- *Plan Subregional para la Eradicación del Trabajo Infantil en los países del Mercosur y Chile*. Ministério del Trabajo y Seguridad Social de Uruguay, 2001.
- *Prevention and Elimination of Commercial Sexual Exploitation of Children and Adolescents*, parte do Programa de Cooperação Técnica, Paraguay, Geneva, 2000.
- *Strategy Paper: Child Domestic Labour*, Geneva, 2000.
- *Trabajo Infantil: Material Informativo para Profesores, Educadores y sus Organizaciones*. Lima, 1999. ISBN: 92-2-311040-8.
- ILO. Gender Promotion Programme – *National report for promoting the linkages between women's employment and the reduction of child labour*. (Setor de emprego da OIT) Dar-es-Salaam, 2001.
- International Fund for Agricultural Development (IFAD) – *An IFAD approach to gender mainstreaming*. Preparado pela Latin America and the Caribbean Division da IFAD, com apoio de Ingrid Schreuel, Rome, 2000.
- INVERNIZZI, Antonella – *Child workers on the streets of Lima: Between strategies for survival and socialization*. University of Fribourg, Faculty of Economic and Social Sciences, Fribourg, 2000.
- JENSEN, R., e ZAMBRANO, M. – *Mainstreaming gender into the International Programme on Child Labour*, ILO/IPEC Geneva, 2001. (disponível em <http://www.ilo.org/public/english/standards/ipecc/publ/gender/jensen.pdf>).
- KAUSHIK, Sushila – *Family and Rights of Girls*, Har-Anand, New Delhi, 1993.
- KOLOMIYETS, Tetyana – *Global child labour data review: A gender perspective*. Girl child labour paper, no. 2, ILO/IPEC, Geneva, 2003.
- KUZNESOF, E. A. – "The puzzling contradictions of child labour, unemployment, and education in Brazil". In *Journal of Family History*, vol. 23, no. 3, 1998.
- LAVINAS, Lena – *The appeal of minimum income programmes in Latin America*, ILO. InFocus Programme on Socio-Economic Security, Geneva, 2001. ISBN: 9221124401. (disponível em <http://www.ilo.org/public/english/protection/ses/download/docs/latin.pdf>)

- LEAL, Maria Lucia Pinto – *Exploração sexual comercial de meninos, meninas e de adolescentes na América Latina e Caribe: Relatório final - Brasil*, Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA), Brasília, 1999.(disponível em <http://www.cecria.org.br>)
- LUMEN Instituto de pesquisa/ FUMARC/ PUC Minas ICA – Instituto da Criança e do Adolescente - *O trabalho infantil doméstico nas cidades de Belém, Belo Horizonte e Recife: um diagnóstico rápido. Consolidado 3 cidades*. Brasília, 2003. OIT/ IPEC-TID. ISBN 92-2-813758-4.
- MORENO, Ana – *La Explotación Sexual Infantil en Paraguay*, BECA, Equipo Técnico, Ed. Amar, Asunción, 2001.
- MURRAY, U. – *Draft Module on Gender: the SCREAM Stop Child Labour Campaign*. ILO/IPEC, Geneva, 2003.
- MURRAY, Una, e AMORIM, Anita, ed. – *A Comparative Analysis: Girl Child Labour in Agriculture, domestic work and sexual exploitation: The cases of Ghana, Ecuador and the Philippines*. Girl child labour paper, no. 2, ILO/IPEC, Geneva, 2003.
- MURRAY, U.; AMORIM, A.; e PIPRELL, C. – *Good Practices: Gender mainstreaming in actions against child labour*. ILO/IPEC, Geneva, 2003. ISBN 92-2 113586-1.
- NEWMAN, C., e LOVELL, J. – “Worker and firm determinants of piece rate variation in an agricultural labour market”. *In Economic development and cultural change*, vol. 49, no. 1, 2000.
- OIT/IPEC-TID – *Proyecto subregional de prevención y eliminación del Trabajo Infantil Doméstico en hogares de terceros en Sudamérica*. Lima, 2002. ISBN: 92-2-313363-7 (Versión en CD Rom).
- RACHITA, Jawa – *Girl Child Labour*, Manak, Delhi, 2002. ISBN 81-86562-60-5.
- SAITH, Ruth, e HARISS-WHITE, Barbara – *Gender sensitivity of well-being indicators*, United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD), Discussion Paper no. 95, Geneva, 1998.
- SOTO, Clyde; GONZÁLEZ, Myriam; e MARTÍNEZ, Ofelia – *Evaluación Rápida sobre Trabajo Infantil Doméstico en hogares de terceros en Paraguay*, OIT/IPEC-TID, Asuncion, 2002. ISBN 92-2-313520-6.
- UNICEF – *Eliminar el Trabajo Infantil Afirmando los Derechos del Niño*, New York, 2001.
- *Programas de Beca Escuela en Brasil: Garantizar el Derecho a la Educación para Romper el Ciclo de la Pobreza*. Brasília, 2001. (*Bolsa Escola Programme in Brazil: to Guarantee the Right to Education to Break the Poverty Cycle*).
- VARANDI, G. – *Child Labour and Women Workers*, Ashish Publishing House, New Delhi, 1994.
- Women and Autonomy Center, Leiden (VENA) – “Special issue on the Girl Child” , em *VENA Journal*, vol. 6, no. 2, Leiden University, Leiden, 1994.
- Os seguintes *sites* contêm publicações relacionadas ao trabalho infantil e questões de gênero:
- <http://www.antislavery.org>
- <http://www.defence-for-children.org>
- <http://www.dol.gov> (US Department of Labor)
- <http://www.ecpat.net>
- http://www.ilo.org./dyn/gender/gender.home?_lang=EN.
- http://www.ilo.org./dyn/gender/genderresources.details?p_lang=en&p_category=NEW&p_resource_id=138
- <http://www.ilo.org./public/english/employment/gems/index.htm>
- <http://www.ilo.org/public/english/standards/ipecc/index.htm>
- <http://www.itcilo.it/english/bureau/turin/gender/learning.htm>
- <http://www.oit.org.pe/ipecc/tid/>
- <http://www.savethechildren.org.uk>

<http://www.terredeshommes.org>

<http://www.ucw-project.org> (Understanding Children's Work)

<http://www.unesco.org>

<http://www.unicef.org>

<http://www.worldbank.org>

OUTRAS FONTES DE INFORMAÇÃO:

39 Títulos Sobre Trabajo Infantil, CANIL, Ana Maria; LENZI, Blanca. In Sociedades y Políticas N°2, Buenos Aires, 1996. 40-45 p.

Sistema de Información Regional sobre Trabajo Infantil. CD Rom. Ed. OIT/IPEC / AECI. Lima, 2002. ISBN 92-2-312987-7 (Regional Information System on Child Labour)

United Nations Fourth World Conference on Women (FWCW) – *Girl Child Diagnosis at the UN Fourth Conference on Women: "Action for Equality, Development and Peace"* Beijing, 1995. (disponível em <http://www.un.org/womenwatch/daw/beijing/platform/girl.htm>).

